

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Ricardo de Jesus Cardoso

**A GEOGRAFICIDADE DOS HABITANTES DO RIO CUIEIRAS:
PERCEPÇÕES DE UM MUNDO VIVIDO**

Manaus/AM – 2010

RICARDO DE JESUS CARDOSO

**A GEOGRAFICIDADE DOS HABITANTES DO RIO CUIEIRAS:
PERCEPÇÕES DE UM MUNDO VIVIDO**

**Dissertação de Mestrado do Curso de
Pós-Graduação em Geografia, para
obtenção do Título de Mestre em
Geografia na área de concentração:
Amazônia, Território e ambiente.**

Prof^a Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira
Orientadora

Manaus/AM – 2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Cardoso, Ricardo de Jesus

C268g A geograficidade dos habitantes do rio Cuieiras:
percepções de um mundo vivido / Ricardo de Jesus Cardoso. -
Manaus: UFAM, 2010.
161 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade
Federal do Amazonas, 2010.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Amélia Regina Batista Nogueira

1. Geografia cultural 2. Cidades e vilas – Cueiras, Rios
(AM) 3. Mudança Social I. Nogueira, Amélia Regina Batista
(Orient) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997): 911.3(043.3)

DEDICATÓRIA

Aos meus avôs. O primeiro, Sr. Cândido, um dos primeiros moradores do rio Cuieiras, e o segundo, Sr. Sebastião, que compartilhou comigo lindas histórias das suas vivências e experiências no interior de um lugar chamado Amazonas. A todos que de alguma forma fizeram parte desta minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas - UFAM, especialmente aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia;

Ao Instituto Federal do Amazonas, IFAM – Maués, especialmente à direção e aos colegas de trabalho;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, pelo apoio financeiro;

Ao Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, especialmente aos colegas Mariana Semeghini e Leonardo Kurihara que contribuíram ao compartilhar suas experiências profissionais no rio Cuieiras;

À professora Dra. Amélia Regina Batista Nogueira, minha orientadora, pelo carinho e compreensão que conduziu minha orientação;

Aos colegas das turmas do mestrado de Geografia, por compartilhar fortes sentimentos de companheirismo;

Aos meus familiares, especialmente minha mãe Raimunda e minha irmã Simone, fundamentais na minha trajetória;

Ao colega Miguel Ângelo, pelo apoio técnico na área de cartografia digital;

A todos moradores do rio Cuieiras, pela hospitalidade, assim como pelas belas amizades que construí com todos. Agradeço especialmente aos seguintes amigos do rio Cuieiras: Raimundo Alencar, Berenice, Graça, César, Joilson, Otília, Marlene, José Messa, Amildo, Orgulhina, Analina, Geraldo, Rafael, Ederson, Miguel Rodrigues, Dirce, Fábio César, Marcelo, Fábio Jr., o saudoso Paulinho.

Fiquei em pé por um longo tempo e sentei-me por um tempo mais longo ainda, nesse maravilhoso ponto... Eu sinto-me em paz. Mais do que a que sentia em casa... De fato, estava para tornar-se minha casa espiritual... por expressar, em outra forma, um modo de vida com o qual eu sinto profunda simpatia". (OYLER, 1950, p. 41 apud RELPH, 1979, p. 17)

... Este lugar é o rio Cuieiras!

RESUMO

No entorno do espaço urbano do município de Manaus-AM, registra-se um número expressivo de comunidades ribeirinhas e indígenas, revelando também uma rica e complexa realidade sociocultural e formas específicas de relacionamento com a natureza. Esta pesquisa teve como objetivo central compreender a dinâmica de vida dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, área rural do município de Manaus, a partir de suas relações socioculturais, ambientais e afetivas com o lugar. O ponto de partida para o desvendamento do mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras foi o olhar fenomenológico, discussão na Geografia respaldada na corrente humanística-cultural que tem entre seus objetivos interrogar o sujeito a respeito de como este constrói sua visão de mundo e estabelece formas específicas de relacionamento com a natureza a partir do mundo experienciado e vivido a cada dia, elementos fundamentais para a construção das geografidades do ser e, numa outra escala, pelo conjunto dos grupos sociais, compreender as diversas formas de habitar cada lugar num sentido existencial. Nesse sentido, priorizamos as percepções e as experiências destes habitantes como verdade primeira sobre o lugar. Em relação aos resultados, destacamos as histórias, a dinamicidade sociocultural e ambiental dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras que revela formas específicas de habitar o lugar em sua autonomia, criatividade, diversidade e complexidade. Trata-se de todo um conjunto de saber e aquisição de valores afetivos, construído ao longo do tempo, sobre o lugar que se traduz em geograficidade, que deveria ser levado em conta pelas políticas públicas sociais e ambientais, visando a busca do equilíbrio entre a conservação da natureza e o direito de habitar dos moradores das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras.

Palavras-chave: lugar, cultura, geograficidade, percepção, mundo vivido.

ABSTRACT

In the vicinity of urban space in the city of Manaus-AM, enrolls a significant number of riverain communities and indigenous, it reveals also a rich and complex socio-cultural reality and specific forms of relationship with nature. This research aimed principally at understanding the dynamics of life for inhabitants of riverain communities bordering the river Cuieiras, rural area in Manaus, from their socio-cultural relations, environmental and emotional with the place. The starting point for the unveiling of the world lived for the inhabitants of the river Cuieiras was the phenomenological view, the discussion in the Geography supported by the cultural humanistic current that has among its goals to interrogate the subject regarding how it builds its world view and sets out specific ways of relationship with nature from the world experienced and lived every day, key elements for the construction of geofraficities of being and, on another scale, by all social groups, understand the different ways of living in each place in an existential meaning. In this meaning, we prioritize the perceptions and experiences of these inhabitants as true at first about the place. Regarding the results, we highlight the stories, the socio-cultural and environmental dynamics of the inhabitants of the riverain communities of the river Cuieiras that reveals specific ways of inhabit the place in its autonomy, creativity, diversity and complexity. This is a whole set of knowledge and acquisition of affective values, built over the time, about the place which is reflected in geofraficity, should be taken into account by social and environmental policies, aiming at achievement of a balance between conservation of nature and the right to inhabit for the inhabitants of riverain communities and indigenous of river Cuieiras.

Keywords: Place, culture, geofraficity, perception, world lived.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – localização das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras.....	52
Figura 02 – Porto da Beira Rio, zona oeste de Manaus/AM.....	54
Figura 03 – Barco de linha do rio Cuieiras.....	57
Figura 04 – Comunidade de São Sebastião	64
Figura 05 – Sr. José Gonçalves, com. de Boa Esperança.....	66
Figura 06 – Comunidade de Nova Canaã (Coanã).....	68
Figura 07 – Comunidade de Boa Esperança.....	68
Figura 08 – Comunidade de Barreirinha.....	69
Figura 09 – Comunidade de Nova Esperança.....	70
Figura 10 – Comunidade de Três Unidos (Areal).....	70
Figura 11 – Motor gerador de energia, Com. São Sebastião.....	78
Figura 12 – Escola Mul. Rui Barbosa, Com. Nova Canaã.....	79
Figura 13 – Antena telefônica via satélite, com, São Sebastião.....	80
Figura 14 – Posto de saúde, com, São Sebastião.....	81
Figura 15 – Merenda escolar, com. São Sebastião.....	83
Figura 16 – Alunos indígenas, com. Nova Canaã.....	84
Figura 17 – Transporte escolar no rio Cuieiras.....	85
Figura 18 – Escola pública, com. de São Sebastião.....	86
Figura 19 – Paisagem do rio Cuieiras na vazante.....	93
Figura 20 – Paisagem do rio Cuieiras na enchente.....	93
Figura 21 – Roça de mandioca, com. de Nova Canaã.....	95
Figura 22 – Roçado de mandioca em sítio, com. de São Sebastião.....	95
Figura 23 – Prática do mutirão para plantação no rio Cuieiras.....	97
Figura 24 – Derrubada da cobertura vegetal para a queima, rio Cuieiras.....	98
Figura 25 – Casa de farinha, com. Nova Esperança.....	99
Figura 26 – Produção de tapioca, com. Nova Canaã.....	100
Figura 27 – Filho de pescador acompanhando e ajudando o pai na pesca.....	104
Figura 28 – Pescador exibindo a pesca obtida através da linha de mão.....	105
Figura 29 – Pesca para a subsistência, rio Cuieiras.....	106
Figura 30 – Prática da piscicultura no rio Cuieiras.....	107
Figura 31 – Morador assando animal silvícola obtido em caça.....	112

Figura 32 – Casas feitas de madeira no rio Cuieiras.....	114
Figura 33 – Morador construindo uma canoa de madeira, rio Cuieiras.....	115
Figura 34 – Toras de madeiras destinadas para a produção de espeto.....	117
Figura 35 – Produção de espeto no rio Cuieiras.....	118
Figura 36 – Comercialização artesanal no rio Cuieiras.....	119
Figura 37 – Mapa de sobreposições no rio Cuieiras.....	122
Figura 38 – Placa identificando área ambiental no rio Cuieiras.....	125
Figura 39 – Assentamento do INCRA, com. São Sebastião.....	127
Figura 40 – Sra. Inês, moradora da com. de Nova Canaã.....	132
Figura 41 – Tipo de moradia típica do rio Cuieiras.....	134
Figura 42 – Quintal, espaço de criação de pequenos animais e cultivo.....	134
Figura 43 – Torneio de futebol de campo, com. de Três Unidos.....	135
Figura 44 – Moradores apreciando o torneio de futebol de campo.....	136
Figura 45 – Missa em homenagem a São Sebastião.....	139
Figura 46 – Altar da igreja do Divino Espírito Santo, com. Três Unidos.....	140
Figura 47 – Recepção aos visitantes do festejo de Santa Luzia.....	141
Figura 48 – Chegada da imagem de Santa Luzia à comunidade.....	141
Figura 49 – Missa em homenagem à Santa luzia, com. de Nova Esperança.....	142
Figura 50 – Sede usada para comemoração dos festerjos religiosos.....	144
Figura 51 – Derrubada do mastro no alvorecer de domingo.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quadro demográfico das comunidades do rio Cuieiras.....	54
Tabela 02 – Diagrama Histórico do Baixo Rio Negro.....	61
Tabela 03 – principais plantas cultivadas.....	96
Tabela 04 – Relação de Quelônios existentes no rio Cuieiras	107
Tabela 05 – Relação dos principais animais caçados no rio Cuieiras.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO FENOMENOLÓGICO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.....	23
1.1 Uma revista aos geógrafos que contribuíram para a inserção da Fenomenologia na Geografia.....	28
1.2 A renovada Geografia Cultural e o olhar humanista ao lugar.....	37
1.3 Acepções humanistas do conceito de lugar.....	39
1.4 A percepção como primeiro ato de conhecimento do mundo (lugar).....	44
2 DINÂMICA GEOCULTURAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS.....	50
2.1 “Subindo” o rio Negro: rumo às comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras.....	50
2.2 Relembrar é significar o lugar: como surgiram as comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras?.....	60
2.2.1 Comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras e o sentimento de pertencimento ao lugar.....	73
2.3 A dinâmica socioeconômica e cultural das comunidades do rio Cuieiras.....	77
2.3.1 Saúde: a malária despertando sentimentos topofóbicos.....	81
2.3.2 A educação: ruptura entre gerações.....	82
3 A INTER-RELAÇÃO DO HABITANTE COM O LUGAR: SABERES E TÉCNICAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	89
3.1 O uso da floresta, da terra e da água: conflitos de saberes.....	90
3.1.1 O roçado: “aqui se planta o ano inteiro”.....	94
3.1.2 O espaço da água: a pesca.....	101
3.1.3 O uso da floresta: a caça.....	109
3.1.4 O extrativismo de madeira.....	113
3.2 A “nova” cartografia ambiental do rio Cuieiras <i>versus</i> lugares de vida..	120
4 PERCEPÇÕES DE UM MUNDO VIVIDO: A GEOGRAFICIDADE DOS HABITANTES DO RIO CUIEIRAS.....	130

4.1 Os espaços construídos: a liberdade de habitar o lugar.....	130
4.2 As festas e a religiosidade como elementos constituintes do mundo vivido no rio Cuieiras.....	137
4.3 Uma natureza percebida pelos sentidos.....	145
4.4 Uma natureza vivenciada pelos mitos.....	147
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 151
 REFEFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 155

INTRODUÇÃO

A experiência profissional na área de educação, somando a Interrogações a respeito do modo de vida das pessoas simples que vivem às margens dos rios no entorno do espaço urbano de Manaus, a presença cada vez maior das diretrizes ambientais na área onde foi realizada a pesquisa e as especificidades das relações culturais com o ambiente de vida dessas pessoas foram elementos que impulsionaram esta investigação geográfica, procurando colaborar no desvendamento de uma Amazônia menos naturalista e mais humana.

A Amazônia historicamente sempre teve como interpretação dominante a clássica visão naturalista. Os estudos sobre esta região, segundo Nogueira (2005), quase sempre privilegiam a natureza em detrimento do humano, onde a Amazônia é vista e compreendida nos seus aspectos físicos e de forma homogênea. Neste sentido, quando procuramos referências sobre a região, na maioria das vezes o que encontramos são bibliografias que descrevem uma Amazônia homogênea, onde os fenômenos físicos (hidrografia, relevo, vegetação, clima, etc.) prevalecem, refletindo uma visão naturalista da região.

Construir uma visão da Amazônia onde natureza e cultura sejam compreendidas de forma indissociável constitui um desafio para uma ciência geográfica comprometida com uma leitura multifacetada da realidade. Para isso, conforme convida a abordagem cultural na Geografia (CLAVAL, 1997), fazer uma revisão do arcabouço teórico-metodológico do fazer Geografia que preconizou formas universais na maneira de conceber o real, naturalizando-o, torna-se uma alternativa necessária, visando uma compreensão a respeito da complexidade que envolve os grupos sociais e sua capacidade de reinventar permanentemente o mundo, introduzindo novos recortes.

No campo da Geografia, a corrente humanística- cultural tem entre seus objetivos interrogar o sujeito a respeito de como este constrói sua visão de mundo e estabelece formas específicas de relacionamento com a natureza a partir do mundo experienciado e vivido a cada dia, elementos fundamentais para a construção das

geograficidades do ser e, numa outra escala, pelo conjunto dos grupos sociais, compreender as diversas formas de habitar cada lugar num sentido existencial.

A proposta de pesquisar o mundo vivido dos habitantes das comunidades ribeirinhas existentes às margens do rio Cuieiras, afluente da margem esquerda do rio Negro, área rural de Manaus-AM, parte da preocupação de discutir e refletir esses lugares a partir de uma perspectiva da cultura, ou seja, das diversas formas de relacionamento que envolve as populações locais e seus lugares de vida.

Neste sentido, o ponto de partida priorizado na pesquisa para revelar e trazer à tona as manifestações culturais e seus reflexos na organização do espaço geográfico deve partir dos próprios sujeitos que vivem e produzem os lugares.

E quem são os sujeitos da pesquisa?

Inicialmente cabe ressaltar que, seguindo a proposta teórica da pesquisa, resolveu-se identificar os sujeitos da pesquisa como habitantes¹ ou moradores das comunidades ribeirinhas existentes às margens do rio Cuieiras. A esse respeito, concordamos com Merleau-Ponty (1996) que antes da ciência e suas categorias, tem o mundo vivido de cada ser, cada habitante, sendo o universo da ciência sua expressão segunda.

Neste sentido, a identificação dos habitantes das comunidades que foram alvo da pesquisa, teve como ponto de partida a auto-identificação destes. Alguns se identificaram como ribeirinhos e/ou caboclos, outros já se identificaram como indígenas e pertencentes a comunidades indígenas, enquanto outros preferiram identificações mais genéricas, como brasileiro ou amazonense, evitando identificações com o caboclo ou indígena.

Com o objetivo de não fechar os sujeitos da pesquisa em uma categoria, mas inseri-los dentro de um contexto histórico, ambiental e cultural, é importante assinalar que estes sujeitos vivem em espaços rurais do município de Manaus e se inserem, portanto, dentro dos espaços comumente identificados de espaços

¹ O uso do termo habitante neste trabalho se respalda na concepção heideggeriana de “**dwelling**”, sendo, segundo Buttmer (1985, p. 165), “uma noção fenomenológica que significa viver harmoniosamente no lugar, sentir-se em casa tanto social, ecológica e espiritualmente”. Neste sentido, a autora enfatiza que habitar “implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa” (BUTTIMER, 1985, p. 166)

habitados por populações ribeirinhas, onde a organização sócio-espacial em forma de comunidades ribeirinhas atribui peculiaridade à paisagem da região.

Os habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras são imigrantes da fase recente de ocupação do lugar, caracterizando-se como uma população heterogênea, vinda de diversas regiões, principalmente do Alto Rio Negro, e espaços urbanos dos municípios de Manaus e Novo Airão. São pessoas possuidoras de uma vasta experiência e conhecimento dos ambientes da terra, floresta e água, e convivem em comunidades identificadas como ribeirinhas e indígenas em relações de cooperação e conflitos, produzindo e reproduzindo o modo de vida ribeirinho nos arredores da “metrópole” Manaus e áreas ambientalmente protegidas.

Neste sentido e considerando a especificidade de cada grupo que habita o rio Cuieiras, preferimos denominá-los conforme suas revelações identitárias, onde prevalece a identidade ribeirinha e indígena.

A proposta de entender as diversas formas de relacionamento dos habitantes com o seu ambiente deve, na ótica desta pesquisa, priorizar a relevância do conhecimento que estes têm dos seus lugares de vivência, reflexos de experiências concretas com um mundo vivido que constituem paisagens onde são impressas a presença humana e lugares carregados de significados simbólicos, sendo muitas vezes os espaços invisíveis, preterido pela ciência generalizante ou mesmo pelas políticas públicas sociais e ambientais.

Neste sentido, a abordagem proposta para compreender a dinâmica de vida desses sujeitos e suas relações com ambiente natural (rio, floresta, terra, clima, etc.) pode contribuir para responder algumas interrogações que emergem: Como é possível, circundando um dos maiores centros urbanos do país, comunidades ribeirinhas estabelecendo modos de vida tão peculiares, tão intensos, que ganham sentidos a partir de uma relação complexa com o preto do rio Negro, o verde da floresta e a multicolorida “metrópole” amazônica? Quais são os desafios para esses habitantes, no que tange à sua cultura, diante do avanço das áreas de proteção ambiental, muitas vezes sobrepostas, que impõe novas formas de uso dos recursos naturais, afetando a relação cultural e afetiva desses homens e mulheres com seus lugares de vida?

São estas interrogações que nortearam esta pesquisa, respaldadas na Geografia que tem, entre seus objetivos, o papel de apreender e compreender a

dimensão da interação de homens e mulheres com a natureza, relação esta que atinge também uma dimensão subjetiva, contribuindo para a organização do espaço, entendido neste trabalho como lugares de vida.

Desta forma, tivemos como objetivo geral compreender a dinâmica de vida dos habitantes das comunidades ribeirinhas existentes ao longo das margens do rio Cuieiras, afluente do rio Negro, área rural do município de Manaus, a partir de suas relações socioculturais, ambientais e afetivas com o lugar.

No que se refere aos objetivos específicos, Identificamos e mapeamos as comunidades localizadas às margens do rio Cuieiras, área rural de Manaus, e as unidades de conservação existentes na área de estudo; Descrevemos a história do surgimento das comunidades, levando em conta as narrativas de seus moradores; Priorizamos e descrevemos a dinâmica de vida dos habitantes das comunidades, suas relações socioculturais, ambientais e afetivas com o lugar, considerando as percepções de seus próprios moradores e investigamos as relações existentes, e seus reflexos na paisagem, entre as unidades de conservação e os moradores das comunidades ribeirinhas.

Para efetivar nossas investigações, priorizamos como ponto de partida a experiência adquirida ao longo da vida pelos habitantes das comunidades, localizadas às margens do rio Cuieiras, em sua relação com seu ambiente natural, entendendo que esta relação reflete uma forma de saber sobre o seu lugar de vida. Sendo assim, as narrativas e as informações transmitidas pelos moradores sobre o lugar e suas paisagens foram consideradas para o propósito da pesquisa como uma verdade primeira sobre o lugar.

A proposta de valorização dos saberes que os sujeitos obtêm em sua relação com seu mundo vivido está amplamente discutida em filósofos como Merleau-Ponty, Husserl, Heidegger, Sartre, Sheler, Lyotard, entre outros, que para Nogueira (2001) serviram de referência para estudar na Geografia categorias como lugar, geograficidade, mundo vivido e percepção. Merleau-Ponty enfatiza que “*o mundo é não aquilo que penso, mas aquilo que eu vivo*” (1996, p.1). O lugar aqui deve ser compreendido como sendo construído na relação existencial entre homem e mundo.

Os procedimentos metodológicos, portanto, priorizou o olhar fenomenológico com o qual investigamos a geograficidade dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, entendendo as descrições e histórias dos

homens e mulheres que habitam este lugar como um conhecimento concreto do seu mundo vivido, reconhecendo ser este, fruto de uma experientiação de seus habitantes, buscando interpretar as informações dos moradores tal qual eles nos demonstram; e a fenomenologia nos dá sustentação para isso, pois ela é uma tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela se apresenta. A descrição aqui ressaltada não é apenas do sujeito que pesquisa, como bem demonstrou Nogueira (2005), mas aquela de quem percebe e vive o fenômeno e extrai dele uma compreensão da sua realidade vivida.

As descrições sobre o mundo vivido dos moradores que habitam as comunidades ribeirinhas, localizadas às margens do rio Cuieiras, portanto, teve como elemento chave as percepções que seus moradores têm do seu lugar de vida. Neste sentido, a categoria percepção foi alvo das nossas reflexões voltadas para a compreensão destes habitantes com os seus lugares de vida. Procuramos compreender a percepção tomando como referência os princípios fenomenológicos, onde se observa que todo o conhecimento é resultado do mundo da experiência e nessa perspectiva do mundo vivido, a percepção é tratada como o ato primeiro do conhecimento (MERLEAU-PONTY *apud* NOGUEIRA, 2001).

Os estudos sobre percepção na Geografia, de acordo com Holzer (1992), decorrem das décadas de 1960 e 1970, quando alguns geógrafos preocupados com o avanço do neopositivismo na Geografia passaram a discutir a percepção ambiental como proposta inovadora para os estudos geográficos. Seguindo esta proposta, se destacaram duas formas de abordagem de percepção na Geografia; os estudos da percepção visando mais esquemas e modelos da linha comportamental e os estudos da percepção voltados para o mundo vivido, onde as referências foram os trabalhos revisados de Eric Dardel (1952) por Relph (1979) e Tuan (1974).

Nos estudos de percepção ambiental na Geografia, sob o viés fenomenológico, a percepção passou a ser pensada como a primeira forma de compreensão do mundo vivido por cada indivíduo, onde *“o perceber não é tratado como uma capacidade psicológica, mas como um ato que acontece no momento que o Ser vai ao mundo”* (NOGUEIRA, 2001, p. 75). Para Tuan (1980, p. 14) *“a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo”*. Desde quando nascemos, já apreendemos o mundo através da percepção. *“A forma como percebemos o mundo, também é a forma como o concebemos”* (GOULD *apud* NOGUEIRA, 2001, p. 62).

A percepção, abordada amplamente por outras áreas do conhecimento (Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, etc.), passa a ser, conforme referimos anteriormente, também centro de preocupações de geógrafos ligados à abordagem humanística. Neste sentido, Conforme afirma Nogueira (2001, p. 79):

a percepção não poderia ter ficado fora das nossas discussões geográficas, pois ao geógrafo cabe desvendar, descrever e representar o mundo, mas o problema está em saber qual mundo queremos desvendar e para quem produziremos nosso conhecimento a respeito dele.

Na pesquisa que realizamos nas comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, a percepção dos moradores, que se traduzem em experiências e conhecimento sobre o lugar, foram alvos das nossas investigações, obedecendo também aos princípios etnogeográficos proposto por Claval (1997) que convida a refletir sobre a diversidade dos sistemas de representações e de técnicas, enfim, as diversas formas de relacionamento que os homens estabelecem com o mundo. Neste sentido, relacionamos estas informações com as informações bibliográficas já existentes sobre a área de estudo, assim como as informações de órgãos governamentais e não governamentais.

A pesquisa qualitativa em campo foram viabilizadas através das descrições das histórias orais, das narrativas dos sujeitos entrevistados. Esta técnica de investigação científica foi trabalhada tanto com os antigos moradores, como com os jovens, pois estes também já possuem um saber acumulado ao longo do seu cotidiano. As histórias orais, as narrativas, serão aqui trabalhadas na concepção de Meihy (1996) e Benjamin (1987), onde esta metodologia é vista como um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas.

O critério utilizado para a seleção dos entrevistados, portanto, priorizou o tempo de moradia e as experiências dos sujeitos da pesquisa na área de estudo. Neste sentido, as pessoas que moram nas comunidades a menos de dez anos não foram alvos da pesquisa. Ao total, foram realizados seis levantamentos de campo e entrevistados 36 moradores, sendo 20 do sexo masculino e 18 do sexo feminino, ressaltando que estes foram distribuídos obedecendo a proporcionalidade da população das seis comunidades localizadas no rio Cuieiras.

As entrevistas foram abertas, não diretivas, porém seguindo um roteiro pré-definido e tematizado, buscando informações específicas sobre temas de nosso interesse, por exemplo: relação e compreensão dos fenômenos físicos, técnicas de pesca e caça, relação com as áreas protegidas ambientalmente, além das próprias relações socioculturais e afetivas com o lugar.

Durante a realização das atividades de campo, utilizamos os seguintes instrumentos: gravadores, máquina digital de imagens, caderno de campo, mapas, etc. As entrevistas foram gravadas, mas também partiram de conversas informais, onde foram anotadas parte delas. Quanto ao uso da máquina digital de imagens, o objetivo foi registrar imagens do lugar, assim como possibilitar aos entrevistados também selecionar aquelas imagens preferenciais, visando compreender as representações e significações simbólicas que estes têm do lugar.

Propomos, visando atingir os objetivos deste trabalho, a estruturação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, com o título **“Contribuições do método fenomenológico ao pensamento geográfico”**, faz-se um convite a investigar as construções dos lugares em suas múltiplas dimensões a partir de uma abordagem da geografia humanística-cultural. Esta linha da Geografia, que se preocupa com a dimensão cultural, uma vez que esta abordagem tem como um dos seus campos de análise o mundo vivido, sugerindo, portanto, uma leitura dos princípios fenomenológicos para a compreensão da subjetividade e sua relação com o ordenamento espacial, vem nas últimas décadas se consolidando nos debates acadêmicos no que se refere à preocupação em estabelecer novas ferramentas teórico-metodológicas para compreender como os indivíduos interagem com seus espaços de vida a partir de relações que transcendem o material, atingindo também uma dimensão subjetiva.

Neste sentido, propomos inicialmente, neste primeiro capítulo, algumas considerações a respeito das contribuições do método fenomenológico para a emergência de uma corrente verdadeiramente humanista que a Geografia passou experimentar desde as décadas de 1960 e 1970, dedicando especial atenção ao legado de Eric Dardel e seu conceito de geograficidade. Na segunda parte do capítulo, enfatizamos a emergência da abordagem humanista na Geografia, tendo como referência o revigoramento da Geografia Cultural, o resgate do conceito de lugar, uma das categorias chave para a abordagem humanística-cultural na

Geografia, além de algumas considerações a respeito da categoria percepção, com viés fenomenológico, na Geografia.

No segundo capítulo, com o título **“A dinâmica geocultural das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras”**, considerando a análise geocultural, propomos uma caracterização da área de estudo, descrição do espaço físico onde se localizam as comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, enfatizando o surgimento e a construção da singularidade destas comunidades como resultado também da cultura dos sujeitos.

A dinamicidade da construção dos lugares, enquanto espaço da produção da vida, requer uma análise que parta da indissociabilidade entre lugar e cultura, sendo este primeiro produto da existência de uma cultura que se exprime em relações que transcendem o espaço socialmente produzido, revelando também um mundo vivido, absorvido de forma simbólica. É a abordagem geocultural que se encarrega de analisar, em nível espacial, onde se aloja a cultura (BONNEMAISON, 2002).

Cabe salientar que esta proposta tem como fundamento a idéia que é possível apresentar a localização de uma área de pesquisa não a partir somente da distância física entre os lugares, no caso, referenciar as comunidades do rio Cuieiras a partir do espaço urbano do município de Manaus, mas também a partir das percepções dos moradores do lugar que, através de suas vivências e experiências moldam as singularidades destes espaços, “batizando-os”, portanto, sedimentando “uma verdadeira tomada de posse do espaço” (CLAVAL, 1999, p. 189).

No terceiro capítulo, com o título **“A inter-relação do habitante com o lugar: saberes e técnicas de uso dos recursos naturais”**, destacamos na primeira parte as diversas formas de interação entre os habitantes e seu ambiente natural. Suas relações de interação, seja de cooperação e/ou conflitos, com o seu ambiente natural foram entendidas neste trabalho de pesquisa como reflexo de uma dinamicidade cultural, resultado de um determinado conjunto de valores, que vem sendo transmitido de gerações e gerações, e percepções que orientam as ações destes sobre seu ambiente de vida.

Na parte complementar do terceiro capítulo, o foco são as novas diretrizes voltadas para a proteção ambiental no rio Cuieiras, bem expressa nas restrições ao uso dos recursos naturais do lugar, afetando a geograficidade dos habitantes e

também contribuindo para o desencadeamento de conflitos inter-étnicos e novas percepções sobre o lugar.

O quarto capítulo, **“Percepções de um mundo vivido: a geograficidade dos habitantes do rio Cuieiras”**, propõe-se adentrar no mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras, tendo como referência a própria percepção destes sobre o lugar, reveladas principalmente em narrativas, o sentido de habitar o lugar. As percepções primeiras do habitante sobre o mundo que o cerca, seus sentimentos topofílicos e topofóbicos, suas representações simbólicas dos espaços vividos, serão vistas neste capítulo como elementos constituintes do mundo vivido desses habitantes que contribuem para sua realização existencial e seu próprio destino.

Espera-se com este trabalho atingir dois pontos: o primeiro é contribuir para o avanço dos estudos que priorize os lugares enquanto espaços da valorização e realização da vida em suas múltiplas dimensões, homens e mulheres no trabalho diário de traçar as peculiaridades do habitar a Terra. Outro ponto refere-se à sensibilização das políticas públicas, sociais e ambientais, onde apontamos para a necessidade da busca do equilíbrio entre a conservação da natureza e o direito de habitar dos moradores das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras.

CAPÍTULO 01
CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO FENOMENOLÓGICO AO
PENSAMENTO GEOGRÁFICO



1 CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO FENOMENOLÓGICO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao iniciarmos as reflexões sobre os habitantes que vivem nas comunidades ribeirinhas, localizadas às margens do rio Cuieiras, afluente do rio Negro, área rural de Manaus-AM, uma primeira interrogação se impõe: com qual visão de ciência caminharíamos para compreender a realidade que envolve a complexa relação homem/natureza desses lugares?

Uma revista aos autores² clássicos que se preocuparam com o modo de vida do homem amazônico e suas paisagens, apesar das suas valorosas contribuições a respeito da relação homem/natureza na Amazônia, nos revelou uma Amazônia onde o homem é visto apenas como mais um elemento da natureza, perdido num imenso vazio demográfico, sem cultura, portanto carente de civilização.

Sem dúvida, tal concepção teórica refletiu uma visão positivista que permitiu uma leitura fragmentada da região amazônica, onde cultura e natureza são vistas dissociadamente, e nesse sentido esta visão concebida para a Amazônia refletiu *numa “assimetria na relação entre sistema social e sistema natural, na qual o primeiro é subordinado ao segundo”* (ADAMS *et alii*, 2006, p. 15). A esse respeito, inúmeros autores³ vêm reagindo nas últimas décadas ao pensamento que priorizou o natural em detrimento do humano na Amazônia e uma leitura histórica linear que deixou as sociedades caboclas amazônicas invisíveis (NUGENT, 2006).

Por outro lado, diferentes autores⁴ da corrente marxista vêm buscando compreender a realidade rural da Amazônia na modernidade partindo da produção camponesa na várzea amazônica. Nesse sentido, o objetivo dessa vertente teórica é

² A visão que se construiu da Amazônia desde os naturalistas concebeu definições extremistas e paradoxais. De acordo com Lima (1975) ora a região era vista como inferno verde, ora era vista como paraíso verde. Nesse cenário, o homem amazônico era visto como um só, distante da civilização, isolado num mundo selvagem, sem guia, sem saúde nem cultura, sem preparo nem prévio trabalho adaptativo, um inconsciente diante da natureza hostil sendo um homem passivo, vivendo numa condição primária de cultura e civilização. Além de Lima, fazem parte desse grupo autores como Moreira (1960), Cunha (2003), Meggers (1954) e Wagley (1976).

³ Podemos citar, na área de Antropologia, além de Nugent (2006), pensadores como Cleary (1994), Lima (2006) e Harris (1996). Na área de Geografia, temos Nogueira (2001). Estes pensadores têm em comum a crítica à visão concebida sobre a Amazônia que prioriza os aspectos naturais da região em detrimento dos aspectos históricos e culturais.

⁴ Entre os autores que estudam o campesinato na Amazônia partindo da lógica capitalista, temos Cruz (1999), Fraxe (2000) e Witkoski (2007).

compreender a inserção do camponês amazônico a partir de sua relação com o mercado.

Calorosa é a discussão da realidade dos grupos sociais amazônicos partindo da inserção do modo de produção capitalista, onde já se percebe uma preocupação com os aspectos culturais desses sujeitos sociais na sua relação com a natureza. Porém, baseado na análise de Claval (1999), que critica veementemente as formas universais de conceber o real, assim como a insistência de ver o processo de modernização dos diversos grupos sociais a partir da lógica capitalista, pois, para este autor, produção e distribuição das riquezas são resultados e não princípio que explicam a modernidade contemporânea, nos interessa investigar a realidade dos homens e mulheres que produzem a vida na Amazônia em suas íntimas e singulares relações com os lugares e, nesse sentido, enfrentar o desafio de lançar novos olhares para compreender a dimensão da interação de homens e mulheres com a natureza e o seu papel na organização do espaço amazônico, sem incorrer em novas formas reducionistas, sejam naturalistas, sejam economicistas ou ambientalistas.

Novas reflexões, que privilegiem os lugares de realização da vida, desconsiderados pela Geografia racional-positivista, se fazem necessário e, nesse sentido, o debate no âmbito da Geografia não pode escapar à sua dimensão humanística-cultural. Tal desafio de compreender a dinâmica de vida das comunidades ribeirinhas, localizadas às margens do rio Cuieiras, passa também pela necessidade de rever a escala pela qual estas populações foram historicamente interpretadas. A esse respeito, concordamos com Nogueira (2001), que apontou a ênfase em escalas que tornam invisíveis as populações ribeirinhas nos mapas como um fator que contribui para visões generalistas sobre a região amazônica. Lançar um novo olhar sobre os lugares de vida dispersos no espaço rural amazônico implica também recorrer à escala de vida desses lugares, pois:

se nós temos a pretensão de compreender e interpretar o ordenamento espacial que as sociedades dão ao mundo, é preciso percorrer a “intimidade” dessas sociedades, através da compreensão que cada indivíduo particular e coletivamente dará ao lugar em que vive cotidianamente (BAILLY apud NOGUEIRA, 2001, P. 42-43).

Considerando as ponderações já expostas, nossa proposta de compreender a dinâmica de vida nas comunidades ribeirinhas existentes ao longo

das margens do rio Cuieiras acaba se encaminhando para a Geografia humanista que se preocupa com a dimensão cultural, uma vez que esta abordagem tem como um dos seus campos de análise o mundo vivido, sugerindo, portanto, uma leitura dos princípios fenomenológicos para a compreensão da subjetividade e sua relação com o ordenamento espacial.

Em sua obra, “Geografia e modernidade”, Gomes (2000) afirma a dualidade como elemento fundamental na história da Geografia, ressaltando que o pensamento geográfico está alicerçado sob dois pólos epistemológicos: o primeiro seria a ciência moderna, herdeira do pensamento hegemônico do século das luzes, com sua pretensa proposta de universalização da razão como único meio para atingir a verdade absoluta, enquanto, por outro lado, as contracorrentes (Filosofia da natureza, Romantismo, Hermenêutica e Fenomenologia), oferecendo um contraponto anti-racionalista. Deste embate epistemológico, segundo o autor, a Geografia historicamente se desenvolveu de forma antagônica: “Geografia geral/regional; matemática/descritiva; explicativa/compreensiva; sistemática/do particular; objetiva/subjetiva; da forma/do conteúdo; moderna/tradicional” (GOMES, 1996, P.339).

A fenomenologia representa uma das correntes que esteve presente no processo de construção do pensamento geográfico. Visando ilustrar especificidade desse método, observemos o exemplo de Dartigues:

Não diremos de um geólogo que ele procura compreender uma pedra; sua tarefa será somente a de analisar sua composição e determinar a época de sua formação, investigar sua proveniência etc. bem diferente será, ao contrário, a atitude de um arqueólogo ao encontrar um sílex lascado da idade paleolítica: o sílex não remete somente às leis físico-químicas e geológicas, como todas as pedras, mas à intenção do homem pré-histórico a que servia de ferramenta. Não temos mais a ver, conseqüentemente, com objeto natural, mas com o objeto cultural dotado de uma significação, porque a forma que lhe foi dada trai a intenção do artesão. Desse objeto diremos que deve ser compreendido, isto é, situado no meio humano que lhe dá seu sentido, que materializa nele a intenção em direção à qual procuramos remontar. O pesquisador estará, aliás, tanto mais consciente do caráter significativo do objeto quanto menos desvenda ainda estiver essa significação; o objeto se propõe a ele como um enigma, isto é, como uma questão dirigida ao autor ausente que deixou sobre sua obra o vestígio de uma intenção desaparecida: o que quis ele fazer? O que quis ele dizer? (2005, p. 48)

Os fenômenos humanos são animados por uma intenção e, neste sentido, *“assimilar os fatos humanos aos objetos físicos equivale a deixar de lado a*

dimensão subjetiva e intencional que, precisamente, os torna humanos” (DARTIGUES, 2005, p. 48), sendo a essência dos fenômenos humanos o objeto das inquietações dos fenomenólogos.

Ao privilegiar a essência dos fenômenos humanos, a fenomenologia parte das experiências pré-científicas, procurando *“valorizar as experiências vividas pelos homens antes das reflexões filosóficas e científicas que recaem sobre eles”* (NOGUEIRA, 2001, p. 25).

a Fenomenologia é uma Filosofia que assume que o conhecimento não existe independentemente do homem, mas tem que ser obtido pela experiência humana do mundo. A partir deste ponto de vista o mundo pode ser entendido somente através das intenções e atitudes do homem. Os métodos da ciência objetiva, baseados na suposição da independência do conhecimento, são considerados inválidos, exceto no que diz respeito às intenções limitadas dos cientistas. O método fenomenológico é oferecido como um procedimento de descrição rigorosa para a investigação dos mundos vividos da experiência humana (RELPH, 1970, p. 195 apud HOLZER, 1992, p. 189)

A descrição do mundo vivido dos homens, e não sua explicação, é a primeira iniciativa do método fenomenológico para o desvendamento das intencionalidades destes em sua relação subjetiva e intersubjetiva com o seu ambiente de vida e, sendo assim, Correia (2006, p. 69) afirma que este método *“seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e com isso, através da intencionalidade, reconhecer as essências de estrutura perceptiva”*.

Entre os diversos pensadores que se preocuparam em estabelecer as bases da vertente fenomenológica, temos inicialmente a contribuição significativa da fenomenologia de Husserl para o conhecimento. Ainda, segundo Correa (2006), a contribuição reside no fato deste filósofo se posicionar em relação ao ser cognoscente e objeto a se conhecer. Neste caso:

antes do pensar existe o ser que sente e pode conhecer, assim como este que sente tem a intenção ante a uma realidade a ser conhecida. A intencionalidade passa pela subjetividade e amplia-se na intersubjetividade que melhora a percepção em relação aos fenômenos sensíveis, configurando-se em apreensão teórica das realidades vividas, materializadas em descrições feitas pelos atores envolvidos neste contexto (CORREA, 2006, p. 69).

A relação sujeito e objeto, no âmbito da fenomenologia, se conduz pelo princípio da intencionalidade, ou seja, estes não se separam, pois são compreendidos na sua correlação ser-envolto-mundo (NOGUEIRA, 2001, p. 23). Essa primeira forma de relação do ser com o mundo se dá a partir do vivido, é o “*conhecimento antes do conhecimento*” que não é somente relação com o mundo, mas também relação com o outrem (DARTIGUES, 2005, p.57).

O mundo vivido, proposto pelo viés fenomenológico, não é o mundo galileano, ou seja, o mundo da objetividade pura, inabitado e inabitável, mas o mundo⁵ enquanto base da existência humana *que “compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos”* (HUSSERL, 1970, p. 146 apud RELPH, 1979, p. 6). Aqui, Relph faz distinção do mundo natural e mundo vivido: o primeiro é o mundo das coisas, das formas e de outras pessoas, as quais transmudam suas aparências no tempo e no espaço e onde estamos apenas implicados, é o mundo real presente e não representado; do outro lado, há o mundo vivido, social e cultural, que é o mundo da intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, espaços construídos ou não repletos de significados com os quais estamos profundamente envolvidos (RELPH, 1979).

A proposta do método fenomenológico de procurar compreender a relação homem-mundo, categorias amplamente discutidas por Merleau-Ponty, coincidirá com a discussão travada na Geografia a partir das décadas de 1960 e 1970, onde correntes ligadas ao humanismo passaram a criticar a supervalorização, preconizada pelas ciências humanas, do tempo em detrimento do espaço. Nesse sentido, é interessante o alerta de Nogueira ao afirmar que:

é momento de restabelecermos nossas relações com os homens dos lugares, para melhor compreendê-los, senão corremos o risco de pensar a sociedade separada do lugar, a-espacializada, e um lugar sem homens, onde as relações entre os lugares passam a ser apenas relações técnicas. Neste sentido, as análises feitas sobre as transformações das paisagens passam a ser apenas ‘expressões dos processos sociais e tecnológicos’ (2001, p. 27).

⁵ O “Mundo” para os fenomenologistas, segundo Buttimer (1985, p. 172), é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é “um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático”. Ainda, segunda a autora, está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal.

Críticas dirigidas à fenomenologia, enquadrando-a como teoria do sujeito, ainda segundo Nogueira, não se sustentou, pois esta concepção procurou pensar o sujeito a partir das relações construídas com outrem e com seus lugares de vida, numa relação intersubjetiva.

Quando pensamos em pesquisar o mundo vivido dos sujeitos que percebem e experienciam seus lugares de vida, concordamos com Dardel (apud NOGUEIRA, 2001), que o geógrafo não perde nada ao deixar em suspenso “o rigor científico e confiar a um observador que saiba admirar, escolher a imagem justa, luminosa.” Nesta mesma linha de análise, Merleau-Ponty (apud NOGUEIRA, 2001, p. 20) destaca:

todo o universo da ciência é constituído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual a ciência é a expressão segunda.

Com esta visão, inúmeros geógrafos aceitaram ao longo do tempo o desafio de pensar a construção de um saber geográfico também pautado nas experiências existenciais do homem com a Terra, conforme veremos a seguir.

1.1 UMA REVISTA AOS GEÓGRAFOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A INSERÇÃO DA FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA

Ao atribuir à fenomenologia a preocupação com princípios, como descrição, as intencionalidades, as origens do significado e da experiência humana, Relph (1979, p. 1) salienta que tais fenômenos da experiência humana “*são a substância de nossos envolvimento no mundo e constituem as bases do corpo formal de conhecimento que designamos de Geografia*”. No momento histórico de intensos questionamentos à matematização da Geografia, Relph foi corajoso em definir a ciência geográfica recuperando os princípios fenomenológicos propostos por Eric Dardel quando este afirmava que:

Geografia não é inicialmente uma forma de conhecimento, realidade geográfica não é primeiramente um ‘objeto’, espaço geográfico não é um

espaço em branco esperando para ser colorido ou preenchido. Ciência geográfica pressupõe um mundo que pode ser entendido geograficamente e, também, que o homem possa sentir e conhecer a si como sendo ligado a Terra (DARDEL, 1952, p. 42 apud RELPH, 1979, p. 1)

De acordo com Claval (1999), a Geografia humana tem suas origens identificadas às ciências naturais, o que justifica o fato dos geógrafos terem resistido por muito tempo a aceitar as dimensões da realidade humana em suas relações com o espaço, mas isto não quer dizer que esta proposição tenha sido totalmente esquecida pelos geógrafos. A abordagem fenomenológica na ciência geográfica teve seus expoentes iniciais em geógrafos como Carl Sauer e Vidal de La Blache que chegaram a se preocupar com as experiências pré-científicas que envolvem o homem e seu mundo (RELPH, 1979, p. 2), mas coube a Eric Dardel, que veremos detalhadamente mais adiante, a tarefa de introduzir na Geografia os princípios fenomenológicos a partir de uma perspectiva existencialista⁶.

Quando nos referimos evidentemente à gênese dos princípios fenomenológicos na Geografia, é preciso primeiramente reconhecer, concordando com Holzer (1993), que tais princípios formaram sempre eixos comuns que permearam tanto no âmbito da Geografia cultural como da humanista. Por esta razão, vamos resgatar algumas contribuições de Carl Sauer, fundador da Geografia cultural americana, para a inserção inicial da fenomenologia na Geografia, conforme preconizaram autores como Relph (1979) e Buttimer (1985).

Se respaldando no valoroso trabalho de Holzer (1993), que procurou estabelecer os marcos da trajetória humanista na Geografia anglo-saxônica de suas origens aos anos de 1990, apreciamos sua análise a respeito da obra consagrada de Carl Sauer, "The Morphology of Landscape", publicada em 1925. Nesta obra, Sauer sanciona os pilares da Geografia Cultural: o estudo da terra como meio de processos físicos; o estudo das formas de vida como sujeito de seu ambiente físico; e o estudo da diferenciação de áreas ou habitats da terra. O último foi o mais priorizado por geógrafos norte-americanos, pois a questão da fenomenologia da paisagem e do método proposto pelo autor [Sauer] para captar o significado e a

⁶ De acordo com Moreira (2008), a fenomenologia que chegou a Geografia a partir da década de 1970 não foi uma fenomenologia das essências de Husserl, mas uma fenomenologia de caráter existencial, sendo uma visão mais aproximada da filosofia de Maurice Merleau-Ponty. No entanto, conforme comenta Holzer (1992), ambas correntes filosóficas partem da não separação dos valores dos fatos ou os valores da ação dos agentes dessas ações, mas a fenomenologia enfatiza os problemas do conhecimento e do significado, enquanto que o existencialismo prioriza a conduta humana de vida (BUTTIMER, 1974 apud HOLZER, 1992).

riqueza dessa diferenciação [de áreas] são de grande importância, inclusive lembrado por Buttimer (apud Holzer, 1993, p. 110) ao considerar a *“proposta do autor [Sauer] para a descrição da paisagem como um exemplo da reflexão sobre o significado experiencial da ocupação da terra pelo homem”*.

De acordo com Holzer, a valorização do mundo vivido sutilmente proposto por Sauer atribuiu importância à visão fenomenológica na ciência e, nesse contexto a Geografia teria “o papel concebido como sendo o estabelecimento de um sistema crítico que inclua a fenomenologia da paisagem, de modo a captar todos os significados e cores do variado cenário terrestre” (SAUER, 1983, p. 320 apud HOLZER, 1993, p. 110).

De acordo com Relph⁷ (1979), Sauer se destacou como um dos primeiros Geógrafos a se preocupar com as experiências humanas pré-científicas, tendo entre outros objetivos estabelecer uma concepção de Geografia não-positivista, pois defendeu um estudo da paisagem a partir das inter-relações dos objetos que a compõem, propondo uma visão integral (ao mesmo tempo individual e genética, física e humana) dos fatos do lugar (HOLZER, 1993, 110). Uma crítica feita a Sauer, e talvez a razão das suas limitações no que tange à inserção da fenomenologia na Geografia, é sua visão de cultura, vista “como uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, onde priorizou aspectos materiais da cultura impressos na paisagem em detrimento dos aspectos não-materiais. Os avanços de Sauer e outros geógrafos a respeito do humanismo na Geografia proposto pelo viés fenomenológico arrefecem nas décadas de 1930 e 1940, o advento da Geografia Teorético-quantitativa parecia oferecer melhor resposta aos problemas da realidade espacial. Mas, é que no início da década de 1950 o geógrafo francês Eric Dardel lança sua obra mais importante com o objetivo de investigar o conteúdo fenomenológico que liga os homens a Terra.

Estamos na década de 50 do século XX, quando em 1952, o professor Eric Dardel (1899-1967) lança a obra intitulada *L’homme et la terre – nature de la réalité géographique*, considerada por muitos o marco inicial da concepção humanística na Geografia. Dardel tem como objetivo fazer “uma análise

⁷ Relph cita os pensadores, como Vidal de La Blache (1913:299), a Ad Hoc Committee (1965:7 e 67-68), Christian van Paassen (1957), e Gould e White (1974) que também se preocuparam com as experiências pré-científicas, referindo-se a elas especialmente em termos de senso de lugar. Entre estes autores, Paassen chegou explicitamente a reconhecer que a “ciência geográfica tem... uma base fenomenológica; que, por assim dizer, deriva de uma consciência geográfica” (PAASSEN, 1957, p.21 apud RELPH, 1979, p. 2).

fenomenológica da relação visceral que o homem mantém com a terra” (HOLZER, 2001:103). Para Eric Dardel, em *L’homme et la terre*, a Terra é uma escritura para se decifrar. *“Os recortes da montanha, os desenhos das margens e as sinuosidades dos rios formam os signos dessa escritura. O conhecimento geográfico deve ter por objetivo a possibilidade de tornar claros esses signos, pois é isso o que a Terra revela ao homem sobre seu destino e sua condição humana”* (SILVA e GALENO, 2004:7-8)⁸.

A notoriedade de Eric Dardel reside no fato deste se opor a redução da Geografia a condição de simples disciplina científica. Todo o conteúdo da relação da experiência humana com o mundo, ou seja, os fatos da existência humana não podem ser reduzidos ao objetivismo da ciência e, nesse sentido, sua primeira preocupação foi diferenciar o espaço geográfico do espaço geométrico:

a geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo o conteúdo, disponível para todas as combinações. O espaço geográfico tem um horizonte, um modelado, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e ele resiste (DARDEL, 1990, p. 2 apud HOLZER, 1993, p. 114).

A diferenciação proposta por Dardel de espaço geográfico de espaço geométrico serviria mais tarde como referência epistemológica na Geografia de Tuan e Relph, comprometidos em trazer para esta disciplina uma reflexão sobre o papel que o espaço tem na vida dos homens, sobre as diversas formas que este é apreendido, contribuindo para o entendimento da complexa relação do homem com os seus espaços de vida.

A Geografia que será preconizada por Dardel é uma Geografia que se apresenta como anterior a aquela voltada para o mundo exterior, onde o mundo é compreendido geograficamente a partir da avaliação das extensões e delimitação das regiões. É uma Geografia vivida em ato, que explora toda a potencialidade da existência humana em sua relação com o mundo, revelando uma geograficidade do homem como modo de sua existência e de seu próprio destino (DARDEL, 1990 apud HOLZER, 1992).

⁸ Ainda, segundo Jean-Marc Besse, em sua análise sobre o conceito de “geografia” como escritura, a geografia, por ser a inscrição do humano sobre o solo, é um sistema de sinais cheios de sentido, ou seja, uma escritura a decifrar e cuja significação última remete ao movimento da existência (2006, p. 94).

Aqui, chegamos à discussão do termo geograficidade, conceito chave da proposta do nosso trabalho, mas antes vamos analisar como Eric Dardel e seus sucessores pensaram algumas categorias de análise da Geografia, como espaço geográfico, lugar e paisagem para compreender como este autor propôs uma reflexão do mundo vivido para fundar uma Geografia da vida.

Como vimos Dardel foi um geógrafo extremamente preocupado com a redução da Geografia a uma “simples” disciplina científica. De acordo com Besse (apud HOLZER, 1992), Dardel será um pensador atento à trajetória positivista na Geografia e ao mesmo tempo sintonizado com as recentes filosofias, principalmente as literaturas de Kierkegaard, Jaspers e Heidegger. Estas preocupações do autor, somadas às suas reflexões sobre a ética do seu tempo e sua assídua leitura dos poetas e romancistas, o conduziram a conceber uma Geografia Geral, chegando à conclusão que um certo número de elementos da existência humana escapa à lógica racional. Nesse sentido, resgatando os princípios fenomenológicos dos filósofos já citados, Eric Dardel terá como preocupação inicial a definição de espaço geográfico, porém partindo da experiência espacial primitiva do homem, que envolve todos os seus pensamentos, vontades e desejos. Dessa experiência, o homem atinge uma consciência geográfica, extraíndo suas noções de distância e, assim, estruturando o mundo que o rodeia a partir de suas experiências. Observemos a citação:

que o espaço geográfico aparece como essencialmente qualificado em uma situação concreta que afete o homem, é o que prova a espacialização cotidiana que o especializa como afastamento e direção. As distâncias geográficas não provêm de uma medida objetiva, auxiliada por unidades de distância previamente desenvolvidas. Ao contrário, o cuidado de medir exatamente resulta desse cuidado primordial que o homem carrega com ele, de colocar a seu alcance as coisas que o cercam. A distância é experimentada não como uma quantidade, mas como uma qualidade exprimida pelos termos perto ou longe (DARDEL, 1990 apud HOLZER, 1992, p. 87)

Através dos nossos sentidos, estamos ligados ao espaço, sendo o corpo, conforme salienta Holzer (1992), o suporte onde essas experiências espaciais se instalam: *“a casa da família, a vida natal, as colinas. A partir destas lembranças afetivas e imaginárias constrói-se uma linguagem geográfica, que exprime”*... as surpresas, as privações, os sofrimentos ou alegrias que ligam às regiões (DARDEL,

1990, p. 15 apud HOLZER, 1992, p. 87). Desta maneira, Relph faz o seguinte comentário:

Espaço tem dimensões corpóreas de cima e abaixo, em frente e atrás, dentro e fora do trecho de influência, ao alcance e fora da visão ou audição. Essas estruturas perceptuais imediatamente possuem significado porque estão associadas com contextos cultural e individual mais amplos, de modo que as dimensões de segurança, escape e transcendência estão acima e em frente, enquanto aquelas de perigo, purgatório e aprisionamento estão abaixo e atrás (RELPH, 1979, p. 9)

Nesta relação do corpo com o ambiente que o circunda, a partir de todos os seus sentidos que apreendem o seu entorno, se constitui uma relação dialógica do sujeito com o mundo e a tomada perceptual e experiencial desse espaço primitivo que emerge o espaço geográfico, único e singular, persistente, porém mutável, que parte de nós, porém aparte de nós (RELPH, 1979). Dardel define o espaço primitivo do seguinte modo:

um espaço englobando o espaço material, mas mais próximo, sem nenhuma dúvida, do espaço geográfico concreto que do espaço geométrico. Espaço onde desenvolve a existência, porque ela é, em essência, extensão, por que ela procura um horizonte, direções, existências a se aproximar dela, por que a vida lhe oferece percursos a seguir. Fáceis ou acidentados, seguros ou incertos. Ali onde os termos não podem mais se agarrar à uma realidade resiste e que responde e não são mais do que cifras, é a geografia que, naturalmente, fornece seu vocabulário porque ele é concreto e qualitativo, próximo e claro (DARDEL, 1990, p. 17 apud HOLZER, 1992, p. 87).

A ligação com estes espaços primitivos se dá através dos nossos sentidos, nós nos envolvemos com ele, reconhecendo suas formas através do tato e da visão, ouvindo e detectando seus odores. A este respeito, Merleau-Ponty (apud RELPH, 1979, p. 8) descreve: *“Não estou no espaço e tempo... eu pertenço a eles, meu corpo combina com eles e os inclui”*.

De acordo com Holzer (1992), o espaço geográfico entendido por Dardel, em seu aspecto material ou substancial, se decompõe em partes que transcendem as dimensões de superfícies, revelando outros níveis de realidade dificilmente capturados pela ciência. Então, podemos identificar mais quatro tipos de espaços:

a) Espaço telúrico: extrapola as superfícies, tem a ver com profundidade, solidez, espessura e plasticidade. Imaginemos, por exemplo, o fundo de um rio, o interior de uma floresta, as cavernas, etc. Estes espaços constituem experiências imediatas na qual “sentimos a intimidade

da matéria da crosta da terra, um assentamento de raízes, um tipo de base para a realidade geográfica” (DARDEL, 1952, p. 20 apud RELPH, 1979, p. 8);

b) Espaço aquático: implica um domínio baseado na mobilidade e fluidez. Trata-se, como observa Dardel (apud RELPH, 1979, p. 11), de um domínio que está ao lado da vida – “onde quer que a água esteja ausente, o espaço é de algum modo incompleto e anormal; desertos e superfícies secas dos platôs calcários muito naturalmente sugerem a idéia de morte”.

c) Espaço do ar: é o espaço atmosférico, invisível, porém sempre presente, permanente e mutável. Não é um espaço apreendido apenas visualmente, mas também através da audição e olfato: é odor que denuncia a presença de uma possível caça ou predador ou, ainda, o som que vem das embarcações, anunciando chegadas e despedidas; e

d) Espaço construído: são os espaços produzidos pelos homens, encontrados em nossos mundos-vividos: a casa, a rua, o vilarejo, etc. estes espaços comunicam intenções e significados humanos. Dardel (1990, p. 41 apud HOLZER, 1992, p. 88) destaca, ainda, que este espaço pode ser a paisagem: “... uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’, une todos os elementos”.

Na concepção de Dardel, conforme observou muito bem RELPH (1979), o espaço geográfico representa a fusão dos espaços mencionados acima, somados aos espaços da imaginação e projeção. É um espaço rico e complexo, ordenado com referência às intenções e experiências humanas, uma vez que estamos imersos nele através de nossas ações e percepções.

Espaços, do ponto de vista experiencial, portanto, vivido, contém paisagens, estas, por sua vez, podem ser compreendidas para além daquilo que a visão consegue abarcar, mas “... *a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu estar com os outros, base de seu ser social*” (DARDEL, 1990, p. 44 apud HOLZER, 1992, p. 89). Evidentemente, é preciso reconhecer que a interpretação de paisagem proposta por Dardel, visa conceituá-la para além das concepções defendidas até o século XVIII no mundo Ocidental (LUCHIARI, 2001), como sinônimo de pintura ou cena, mas, sobretudo, romper com a idéia dominante da Geografia clássica de conceber paisagem como externalidade, ou seja, a parte das percepções e ações dirigidas e comandadas pelos homens que a vivem e experenciam. Observemos o seguinte comentário:

entre os homens e suas paisagens existe efetivamente uma convivência secreta, da qual o “discurso racional, científico, dissecador e classificador” não pode dar conta. A paisagem é, ao mesmo tempo, “o prolongamento e o reflexo de uma sociedade, e um ponto de apoio oferecido aos indivíduos

para se pensar na diferença com outras paisagens e outras sociedades” (SAUTTER apud BONNEMAISON, 2002, p. 90-91).

Ao recorrer ao termo paisagem para investigar o mundo vivido dos lugares, conforme os propósitos deste trabalho, estamos nos referindo a ela partindo dos sujeitos que a vivem, considerando todas suas experiências ambientais, pois, conforme defende RELPH (1979, p. 14-15):

A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e o envolvimento nela. A paisagem experienciada como imediatamente presente partilha do caráter da existência humana... Como implemento, as paisagens possuem significados porque ‘implicam a totalidade da existência humana e sua ligação com a terra.

O estudo das paisagens desnudadas do viés esteticista e do objetivismo racional, quando considerado somente, permite revelar a histórica relação dos diversos grupos sociais com a natureza em suas sucessivas relações espaciais (VARGAS, 2007). Tal análise pode revelar-nos múltiplas formas de relacionamento com a natureza, pois sua proposta fundamental é partir dos sujeitos, de suas percepções e experiências em interação com o meio.

Paisagens, enquanto um conjunto, convergência e um momento vivido contêm lugares. A base da nossa experiência, segundo Dardel, é o lugar. Descreveremos com mais detalhes sobre este conceito chave na Geografia mais adiante, aqui importa saber que, recorrendo às proposições de Relph (1979, p. 16):

não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados. Nem a relação entre eles é constante – lugares têm paisagens e espaços têm lugares. Culturalmente, lugar talvez seja o mais fundamental dos três, porque focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas. Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que clamam nossa afeição e obrigações. Neste sentido (e há muitos outros) lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e de responsabilidade social.

As nossas experiências geográficas, lembra RELPH (1979), parte de uma consciência ambiental pré-científica e revela uma geograficidade a partir das diversas formas de relacionamento com o mundo através dos espaços, paisagens e lugares que encontramos em nossas vidas diárias. As bases fenomenológicas da realidade geográfica estão ancoradas em três pilares anteriormente discutidos: espaço, paisagens e lugares, na medida em que são diretamente experienciados

como atributos do mundo vivido. As relações com essas experiências e entre os três pilares foram denominadas de “geograficidade” (*geographicité*) por Dardel (1990, *apud* RELPH, 1979, p. 18) que, assim, descreve considerações sobre esse conceito, definindo-o como *“um relacionamento definido que liga o homem a Terra – uma geograficidade do homem que é o seu modo de existência e seu destino”*.

As diversas formas de envolvimento com espaços, paisagens e lugares são fruto dos nossos envolvimento diários com o mundo vivido, construído ou natural e, nesse sentido:

geograficidade é, assim, um termo que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências. Todos devem conhecer lugares, responder aos espaços e participar na criação (ou destruição) da paisagem, meramente para ficar vivo; desta maneira a geograficidade é central nas experiências como, por exemplo, em admirar o pôr-do-sol ou cenário agradável, em conduzir um carro através das ruas da cidade, ou em escolher uma área na qual comprar uma casa (DARDEL, 1990 *apud* RELPH, 1979, p. 18).

Partindo da proposição de Wild (*apud* RELPH, 1979, p. 01) de que os fenômenos humanos *“devem primeiro serem vividos para serem compreendidos como eles realmente são”*, a proposta deste trabalho se respalda no método fenomenológico e resgata o conceito de geograficidade do geógrafo Eric Dardel para compreender a dinâmica de vida dos habitantes das comunidades ribeirinhas existentes ao longo das margens do rio Cuieiras, afluente do rio Negro, área rural do município de Manaus, a partir de suas relações socioculturais, ambientais e afetivas com o lugar. O espaço socialmente construído, as paisagens, os lugares e seus múltiplos significados que convergem para uma geograficidade, foram os principais objetos de investigação para a compreensão do mundo vivido, percebido e experienciado pelas pessoas que aí habitam.

Apesar de incipiente, considerando o pouco tempo que se voltou para a obra de Dardel, alguns trabalhos já destacam o conceito de geograficidade. Como exemplo, temos a tese de Nogueira (2001) que investigou a “Geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no rio Amazonas. Neste trabalho, Nogueira se apropriou do conceito de lugar, numa perspectiva do vivido, para compreender o mundo percebido e experienciado dos comandantes locais que navegam o rio Amazonas. Outro destaque seria para o trabalho de Nardy (2007) que propôs uma discussão que colocasse em evidência o objetivo comum do Direito

Ambiental e da Geografia Humanista que é trazer de volta ao mundo o homem pelo “reconhecimento de que em cada vivência geográfica, individual e coletiva, encontra-se codificada uma forma específica não apenas de conhecer a realidade, mas também de estabelecer regras para interferir nessa mesma realidade” (NARDY, 2007, p. 226). Na ótica deste autor, a convergência entre Direito Ambiental e Geografia Humanista aponta para uma relação intercambiante entre a existência de uma geograficidade e a proteção da juridicidade dos diferentes grupos sociais.

Sendo o mundo vivido o campo de análise para a compreensão da geograficidade dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, a Geografia Cultural será a referência, pois, concordando com Husserl (apud CORREIA, 2006, p. 4) “o fator cultural é o elemento condutor das relações dos sujeitos com os objetos, passando pela descrição, interpretação de seus significados, pelo sujeito que observa e, portanto, percebe o seu mundo.”

A partir de agora, a discussão segue enfatizando o revigoramento da Geografia Cultural, subcampo da Geografia que vem resgatando temas referentes ao olhar humanista dos lugares.

1.2A RENOVADA GEOGRAFIA CULTURAL E O OLHAR HUMANISTA AO LUGAR

A Geografia cultural que emerge a partir de 1970 é uma das expressões do movimento humanista na Geografia. O que difere a renovada Geografia Cultural da primeira Geografia Cultural de Carl Sauer é a introdução nesta linha de pensamento de novos elementos teórico-metodológicos voltados para a compreensão da subjetividade humana em sua relação com a natureza, além da revisão no próprio conceito de cultura. Outra característica da Geografia cultural pós-1970 é o resgate das categorias lugar e paisagem.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a dimensão cultural na Geografia ganhou grande destaque, tendo como referência o norte-americano Carl Ortwin Sauer e a escola de Berkeley. Antes é importante ressaltar que a preocupação da dimensão cultural na Geografia também esteve presente em geógrafos como Ratzel e Vidal De La Blache, ainda que vista apenas como um

elemento a mais na relação homem/natureza. Mas é Sauer que se encarregará de oferecer ao elemento cultural uma importância singular na relação homem/meio. Sauer se interessará pelas transformações que a cultura impõe aos ambientes naturais. *“Ele estuda as paisagens para dimensionar como o homem modifica, de forma mais ou menos profunda o que ele encontra, instalando-se em meios ainda naturais”* (SAUER apud CLAVAL, 1997, p. 91).

As críticas dirigidas à Geografia cultural de Sauer apontaram a ênfase dos aspectos materiais da cultura na paisagem em detrimento dos aspectos não-materiais, além do próprio conceito de cultura, onde Sauer via a cultura “como uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia” (CORRÊA E ROSENDAHL, 2003:11). A ênfase também em estudos de sociedades tradicionais, uma Geografia Cultural não produzida para a compreensão das sociedades modernas, foi alvo de críticas de geógrafos vinculados a outras linhas de pensamento na Geografia.

O movimento de renovação pelo qual passa a Geografia a partir das décadas de 1960 e 1970 acaba por revigorar a Geografia cultural. As contestações ao pretensão universalismo do racionalismo na ciência de forma geral, provenientes de diversas fontes filosóficas (estruturalismo, fenomenologia, materialismo dialético, etc.), acabam trazendo para a discussão a importância da cultura como elemento importante na relação que o homem estabelece com o seu ambiente de vida. Neste sentido, a cultura é redefinida como *“um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada”* (CORRÊA E ROSENDAHL, 2003:13). Observemos as citações a seguir:

a renovação da geografia cultural esboça-se desde o início dos anos 1970 (Mondada e Söderstrom, 1993). Ela se manifesta, então, quase em toda parte da mesma maneira: os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam (CLAVAL, 1999, p. 55).

a geografia cultural moderna, ao fazer do homem o centro de sua análise, foi obrigada a desenvolver novas abordagens. Ela construiu em torno de três eixos que são igualmente necessários e complementares: primeiro, ela parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é, pois, compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva (CLAVAL, 1997:92).

A Geografia Cultural contemporânea procura compreender *como “a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprimem e nele se reflete”* (CLAVAL, 2001, p. 40). O sentido de cultura nessa abordagem também incorpora novas definições, conforme salienta Claval (1999, p. 63):

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre os povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Tal concepção de cultura proposta por Claval permite fazer uma conexão com as raízes humanistas e fenomenológicas que discutimos anteriormente, pois confere especial atenção aos significados que os homens estabelecem com os lugares vividos. Nosso olhar investigativo voltado para os habitantes das comunidades localizadas às margens do rio Cuieiras priorizou as relações culturais destes com o seu ambiente natural, entendendo que através desta relação vivida, portanto existencial, se constrói o lugar.

1.3 ACEPÇÕES HUMANISTAS DO CONCEITO DE LUGAR

A importância do ‘lugar’ para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. Como nós funcionais no espaço, os lugares sujeitam-se as técnicas da análise espacial. Mas como um único e complexo conjunto – enraizado no passado e crescendo no futuro – e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista (TUAN, 1979, p. 389 apud HOLZER, 1992, p. 220)

Vimos, recuperando alguns trabalhos de geógrafos que se preocuparam com a abordagem fenomenológica na Geografia, que o espaço tratado pela ciência geográfica não é o espaço dos geômetras, mas, o espaço que é construído a partir da relação direta do sujeito com o mundo, através das suas percepções e experiências, tendo o elemento cultural como o vínculo entre o sujeito e o ambiente

que o cerca. Merleau-Ponty (apud NOGUEIRA, 2001, p. 29) expressou bem o espaço de realização da existência humana ao distingui-lo de espaço físico e geométrico:

1-O espaço espacializado, representado pelo meu corpo e as coisas, suas relações concretas segundo o alto e o baixo, à direita e a esquerda, o próximo e o distante podem aparecer-me como uma multiplicidade irreduzível. Esse seria o espaço físico. O que indica a posição dos objetos.
 2-O espaço espacializante, este só vive por um sujeito que o trace, é o espaço traçado, geométrico, é a espacialidade homogênea e isotrópica.
 3-Experiência do espaço, aquela dada na relação do meu corpo com o mundo e com os outros a partir de uma relação intersubjetiva. É o lugar produzido no dia a dia, na relação de trabalho, de afetividade, de rejeição, de circulação, de produção de idéias, etc.

A experiência do espaço, proposto por Merleau-Ponty, converge para os propósitos deste trabalho, pois permite fazer uma conexão com os princípios fenomenológicos que discutimos anteriormente. Partimos das percepções e experiência dos homens e mulheres que vivem nas comunidades ribeirinhas, entendendo que a partir desta convivência diária se constrói o lugar.

O lugar, uma das categorias base da Geografia, foi eleito por geógrafos, voltados para o viés fenomenológico e existencial, o conceito central que melhor expressa os princípios fenomenológicos na Geografia, sendo a referência de alguns expoentes – Relph, Tuan e Buttimer – comprometidos com a renovação da Geografia cultural.

Eric Dardel consagrou ao lugar o ponto de partida da experiência geográfica. Para este autor:

‘lugar’ significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança... para o homem, a realidade geográfica é primeiramente o lugar que está, os lugares de sua infância, o ambiente que lhe chama à sua presença. É a terra onde ele passeia ou ara, a borda do seu vale, ou talvez sua rua ou vizinhança (DARDEL apud RELPH, 1979, p. 16-17)

Apesar das amplas reflexões já realizadas a cerca do seu significado, é possível afirmar que este é o conceito menos desenvolvido pela Geografia. Porém, a partir dos anos 70 do século passado, este conceito passa a ser alvo de reflexões de inúmeros geógrafos, especialmente aqueles preocupados com a abordagem humanística na Geografia. A tomada do lugar como foco das intenções e

experiências humanas em parte foi resultado da redescoberta da obra de Eric Dardel por geógrafos americanos, no caso Relph, Tuan e Buttimer, sendo os dois últimos os primeiros a utilizarem o conceito de lugar e de mundo vivido associados a uma base fenomenológica co-existencialista (HOLZER, 1992).

Na década de 1970, o geógrafo Canadense Relph lança o texto “As bases fenomenológicas da Geografia”, interessado em resgatar as leituras de Dardel. Para Relph, o lugar é principalmente um produto da experiência humana: “(...) *lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança*” (RELPH, 1979, p. 3). Os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas (RELPH, 1979).

Em sua tese, que se tornaria o livro *Place and Placelessness* (1976), Relph também se debruçou no sentido de diferenciar as experiências de espaço e lugar. Observemos sua proposição:

A estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural. Ele é intersubjetivo e, portanto, permeia todos os membros daquele grupo, pois todos foram socializados de acordo com o conjunto de experiências, signos e símbolos (RELPH, 1976, p. 12 apud MELLO, 2001, p. 106)

Ao se referir à intersubjetividade do espaço, Relph salienta que é nesse contexto que lugar se diferencia deste por ser um modo singular de relacionar as diversas experiências de espaço. À medida que os espaços, em particular o espaço vivido, atraem e concentra as intenções humanas, dizia Relph (apud MELLO, 2001), por meio das experiências, vão se revestindo em lugares.

Se apropriando dos conceitos de Merleau-Ponty, Nogueira também propôs uma interpretação de espaço e lugar como termos não distintos, ainda que ambas as categorias não sejam sinônimas, pois:

Vemos que são categorias que estão sendo utilizadas pela filosofia, economia, geografia, para situar o homem na terra, vinculando-o a ela, pois “a existência é espacial”. (Merleau-Ponty-339) O espaço é o “maior lugar possível”, o lugar é o “menor espaço possível”. Quando o espaço passa a fazer parte da vida dos homens, ele é tratado como lugar, o lugar onde se está situado. “Ser é sinônimo de ser situado”. (MP-339). A princípio, podemos interpretar que ao nascer o homem está situado na Terra, no

espaço, que é anterior a ele, e é o seu mundo natural. Quando ele começa a ter suas primeiras percepções dele, reconhece-o como seu lugar. As crianças sentem-se seguras no das pessoas que elas já conhecem, no seu pequeno lugar de descansar, de brincar, na sua casa, no seu quintal, na sua rua... Esses espaços são agora lugares de vida, de existência ou espaços vividos para outros geógrafos (NOGUEIRA, 2004, p. 233).

Na discussão do mundo vivido, traduzindo lugar vivido para aos geógrafos, Nogueira (2001) enfatizou as contribuições de Buttimer a respeito da experiência do lugar. Para Buttimer (1985, p. 172), *“lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”* e, neste sentido reflete a noção heideggeriana de **“dwelling”**, enfatizando que o habitar está fortemente vinculado a um diálogo permanente com o ambiente, seu lar e fonte de valores simbólicos.

Na França, ainda na década de 1970, o geógrafo Armand Frémont lançou a obra *“Região, espaço vivido”*, onde tratou de reafirmar o lugar como central nos estudos da Geografia. O autor afirma:

Os lugares, entretanto, formam a trama elementar do espaço. Eles constituem, sobre uma superfície reduzida e em torno de um pequeno número de pessoas, as combinações mais simples, as mais banais, mas também talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento... Como diz muito bem o termo, pelos lugares, os homens e as coisas se localizam (FRÉMONT, 1980, p. 121-122)

O geógrafo Yi-Fu Tuan também é um dos pesquisadores humanistas que se preocupou com o conceito de lugar. Em 1977, Yi-Fu Tuan publica sua obra, *“Space and Place”*, onde procurou explorar o conceito de lugar e, por complementaridade e antagonismo, o conceito de espaço. Tuan defende o conceito de lugar e espaço como categorias analíticas fundamentais da Geografia e presta valorosas contribuições à epistemologia geográfica quando em suas obras também discute a relação de lugar e escala, assim como a inseparabilidade de tempo e espaço.

Para Tuan, *“lugar pode aflorar em escalas diversas”* (apud MELLO, 2001:91). Nesse sentido, Holzer (1992), revisitando a obra de Tuan, intitulada *“place: An Experiential Perspective”* (1975), afirma:

Tuan faria uma tentativa de caracterizar o lugar a partir da perspectiva da experiência. Avaliaria o lugar como lar, classificando as várias escalas desta

relação: o próprio lar, a vizinhança, a cidade, a região (que acredita ter características semelhantes à da vizinhança), e o Estado-Nação. Discutiria também o papel da arte, da educação e da política na formação da experiência que torna os lugares visíveis (HOLZER, 1992, p. 226).

Ao contrário de filósofos, até mesmo geógrafos, que priorizaram o tempo em detrimento do espaço, Tuan (1979 apud HOLZER, 1992) ressaltou que tempo e espaço estão ligados pela noção de distância, ambos os conceitos são orientados e estruturados pela intencionalidade do ser. Indissociáveis, portanto, da atividade locomotora. Nesse sentido, o *“corpo seria o centro desta estruturação que não passa de um direcionamento das intenções para um determinado campo”* (TUAN apud HOLZER, 2001, p. 107).

Conforme vimos acima, as contribuições de Tuan para a consolidação do conceito de lugar como uma categoria analítica chave na Geografia humanística-cultural foi profícua. Ele distinguiu o uso coloquial de lugar, pois na linguagem coloquial, lugar é entendido como posição na sociedade e localização espacial, enquanto que, conceitualmente discutido na Geografia, adquire um sentido mais profundo: ele possui “espírito”, “personalidade”, existe um “sentido de lugar” (TUAN, 1979 A, p.409 apud HOLZER, 1992, p. 224).

Em Tuan, assim como em Relph, a experiência afetiva de espaços, paisagens e lugares são intercambiáveis e revelam uma geograficidade anunciada por Dardel. Quando temos experiências agradáveis em nossas relações com os lugares, Tuan denomina de topofilia, termo criado por Gaston Bachelard (apud RELPH, 1979, p. 19) que definiu como *“experiências felizes sobre os espaços”*, mas que o geógrafo ampliou para *“experiências mais agradáveis de paisagens e lugares”* (TUAN, 1974 apud RELPH, 1979, p. 19). Observemos o conceito de topofilia:

Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão; envolve experiências extáticas dos lugares naturais e construídos pelo homem e os apelos mais persistentes e persuasivos de ambientes atrativos, como litorais e paisagens centrais. Em resumo, topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas atitudes ou costumes nos capacite a experienciar locais como dando-nos prazer (RELPH, 1979, p. 19)

As experiências topofílicas da qual se refere Tuan foram consideradas por Relph (1979) apenas como uma descrição parcial da geograficidade semiconsciente, uma vez que muitos dos nossos encontros com os nossos mundos-vividos estão

longe de serem agradáveis. Ele cunhou o termo topofobia em oposição à topofilia, argumentando que:

por causa do costume, das circunstâncias, ou do próprio ambiente, as experiências de paisagens e de lugar podem ser topofóbicas. Literalmente, isso significará que estamos com o receio ou medo delas, e rejeitados por elas, mas exatamente como o significado de topofilia foi ampliado, parece ser permissível estender a definição de topofobia para incluir todas as experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão (RELPH, 1979, p. 19-20)

Pretendemos aqui trabalhar com as categorias geograficidade, lugar, topofilia, topofobia e percepção para compreender o mundo vivido dos sujeitos que habitam as comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras. Como já salientamos, através de alguns trabalhos de autores que contribuíram para a visão humanística-cultural da Geografia, o ponto de partida para trazer à tona a geograficidade do sujeito da pesquisa, portanto, é o mundo percebido e vivido deste em suas múltiplas e complexas relações com os seus lugares de vida, sendo que as experiências da realidade vivida destes habitantes são também resultados da percepção do real que muitas vezes, segundo Claval (1999), servem de modelos para a ação e são originados a partir de uma determinada visão de cultura.

1.4 A PERCEPÇÃO COMO PRIMEIRO ATO DE CONHECIMENTO DO MUNDO (LUGAR)

o outro não me é dado somente como um corpo no qual eu teria de projetar meus próprios estados psíquicos. Não tenho, com efeito, de reconstruir por analogia com as minhas vivências de outrem, pois essas vivências são diretamente percebidas na expressão pela qual o outro as manifesta. A percepção de outrem não é de um manequim cuja vida interior eu teria de imaginar, ela é a de uma totalidade viva e expressiva, de modo que, de imediato eu percebo, não os olhos, mas o olhar, não o rubor da face, mas a vergonha (DARTIGUES, 2005, p. 60).

O início dos estudos voltados para a percepção, no que tange à área de Geografia, de acordo com Claval (1999), se reportam às décadas de 1960 e 1970, quando geógrafos vinculados à Geografia econômica, social e política constataram as limitações de seus métodos para explicar os fenômenos humanos, que não são

mensuráveis e escapam à padronização, mas influenciam na vida social, econômica e política. Neste momento histórico, caracterizado pela exposição da crise no mundo da ciência, também se iniciava as preocupações com as questões ambientais. Novos campos de abordagem, voltados para o entendimento da relação homem x natureza, emergiram e a questão da percepção passou a fazer parte mais abertamente das preocupações de vários geógrafos.

Os estudos sobre percepção na Geografia, de acordo com Holzer (1992), seguiram duas propostas que inicialmente tiveram em comum a preocupação em frear o avanço do neopositivismo na Geografia. Nesse sentido, se destacaram duas formas de abordagem de percepção na Geografia; os estudos da percepção visando mais esquemas e modelos da linha comportamental e os estudos da percepção voltados para o mundo vivido, fundamentado na corrente fenomenológica.

O 61º encontro anual da associação dos geógrafos Americanos, realizado no ano de 1965 em Columbus, Ohio, nos Estados Unidos, de acordo com Lowenthal (1967 apud HOLZER, 1992), sedimentou a idéia de conceber os estudos de percepção ambiental como conceito unificador na Geografia. Neste evento também foi realizado um simpósio sobre percepção ambiental e comportamento, sob a inspiração de Robert Kates e com o apoio de Gilbert White e David Lowenthal, onde se buscava a possibilidade de convergência e interdisciplinaridade entre as diferentes formações e concepções de autores interessados na consolidação do conceito de percepção na Geografia.

No sentido de chamar atenção para a importância dos estudos sobre percepção ambiental para a Geografia, Lowenthal, em sua publicação de 1967, observou que os estudos geográficos estão divididos em três reinos que se inter-relacionam: a natureza do ambiente; o que pensamos e sentimos sobre o ambiente; e como nos comportamos e alteramos esse ambiente. Seguindo esta concepção, o autor afirma que:

Até recentemente os geógrafos ficavam contentes em explorar principalmente o primeiro desses reinos – isto é, o que eles consideravam o mundo real. Já, na prática diária, nós todos subordinamos a realidade ao mundo que nós percebemos, experimentamos e agimos. Nós respondemos e afetamos o ambiente não diretamente, mas por intermédio de um meio pessoalmente apreendido. Esse meio difere para cada um de nós de acordo com sua história pessoal; e para cada um de nós elevaria também o ânimo, com o propósito e com a observação. O que nós vemos, o que nós estudamos, e o modo como nós modelamos e construímos a paisagem é selecionado e estruturado por cada um de nós segundo o costume, cultura,

desejo e crença. Entender o processo perceptivo requer o exame de todas essas facetas do comportamento humano (LOWENTHAL, 1967, p. 11 apud HOLZER, 1992, p. 119).

O aspecto significativo da proposta de Lowenthal se direciona para a idéia que pensamento e sentimento são fundamentais na interação entre o homem e o meio, considerando que as interpretações científicas são sempre modelos parciais frente à capacidade dos indivíduos que sentem, portanto percebem, e interpretam o seu entorno através dos sentidos. Tal proposta também se aproximou de novos campos, como a Psicologia Comportamental, a História das idéias, Antropologia Social e a Arquitetura, pois todos eles se direcionam em algum momento para a experiência geográfica (LOWENTHAL, 1967, 2-3 apud HOLZER, 1992, p. 119).

Neste sentido, vários foram os geógrafos que dedicaram atenção ao estudo da percepção na Geografia. De um lado, conforme citamos anteriormente, situam-se os geógrafos voltados mais para a linha Comportamental, conhecida também como Geografia analítica que se interessava mais pelas técnicas da Psicologia, da Economia e do planejamento urbanos, que serão predominantes nas pesquisas sobre percepção, porém, enfatizando questões da *“organização do espaço com o olhar voltado para os problemas catástrofes naturais e da influência climática nessa organização”* (NOGUEIRA, 2001, p. 56). Seguindo essa linha, temos as contribuições de Gilbert F. White (1961), Robert Kates (1964), Kevin Lynch⁹ (1960), entre outros.

Nogueira (2001) comenta que outro destaque para os estudos sobre percepção na Geografia, com viés Comportamental, é a concepção piagetiana¹⁰ de percepção, baseada na cognição, onde a percepção é filtrada pela mente, servindo para o indivíduo, ainda em fase infantil, como primeiras formas de apreensão nas relações topológicas, fase inicial das relações espaciais que antecede as relações espaciais projetivas e euclidianas. Essa linha de abordagem foi bastante aproveitada por pesquisadores brasileiros voltados para estudos da percepção.

⁹ Este autor lançou em 1960 sua obra intitulada “The image of the city”, onde a preocupação estava voltada para o planejamento e do desenho urbano, estudando o olhar dos indivíduos sobre o espaço urbano e sua influência no comportamento destes.

¹⁰ O conceito de percepção ligado a concepção de Piaget se situa dentro do escopo de cognição, compreendida como o “processo mental mediante o qual a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhe significado” (OLIVEIRA, 1999, p. 187-253 apud NOGUEIRA, 2001, p. 59).

O advento da renovada Geografia Cultural e Histórica, mesmo considerando a diversidade das concepções de diferentes autores, se aproximou dos temas humanistas que o campo da percepção oferecia. Nesse sentido, os estudos da percepção também foram aproveitados para a compreensão do mundo vivido.

Nos estudos de percepção ambiental na Geografia, sob o viés fenomenológico, a percepção passou a ser pensada como a primeira forma de compreensão do mundo vivido por cada indivíduo, onde “o perceber não é tratado como uma capacidade psicológica, mas como um ato que acontece no momento que o Ser vai ao mundo” (NOGUEIRA, 2001, p. 75). Para Tuan (1980, p. 14) “*a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo*”. Desde quando nascemos já apreendemos o mundo através da percepção. “*A forma como percebemos o mundo, também é a forma como o concebemos*” (GOULD apud NOGUEIRA, 2001, p. 62).

Na concepção de Dardel (apud NOGUEIRA, 2001), percepção não é um processo simples de estímulo x resposta, pois esta se dá a partir da presença do homem no mundo e, nessa inter-relação, homem e mundo (lugar) não existem separadamente, pois todo o conhecimento resulta do mundo da experiência. Merleau-Ponty foi um filósofo que bem expressou a valorização da percepção para a compreensão do mundo vivido quando afirma que:

‘O homem estar no mundo e é no mundo que ele se conhece... ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas.’ Essa percepção está carregada de manifestações culturais, memórias, sensações, imagens, linguagens (MERLEAU-PONTY apud NOGUEIRA, 2001, p. 77).

Então, com o objetivo de priorizar as percepções dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras como a verdade primeira sobre o lugar, descrevemos com vigor suas histórias orais, obedecendo também aos princípios etnogeográficos proposto por Claval (1997) que convida a refletir sobre a diversidade dos sistemas de representações e de técnicas, ou seja, as diversas formas de relacionamento que os homens estabelecem com o mundo.

Nossa investigação, que se voltou para o mundo vivido dos sujeitos da pesquisa, partiu do princípio que as experiências vividas de cada morador do lugar se traduzem em uma forma de conhecimento sobre este mundo vivido, optando,

portanto, pelo viés fenomenológico da abordagem sobre percepção. As narrativas e informações transmitidas pelos moradores sobre o lugar e suas paisagens foram consideradas para o propósito desta pesquisa como uma verdade primeira na relação que estes constroem com o lugar, resultado das percepções destes sujeitos na apreensão do real.

CAPÍTULO 02
A DINÂMICA GEOCULTURAL DAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS

2 A DINÂMICA GEOCULTURAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS

2.1 “SUBINDO”¹¹ O RIO NEGRO: RUMO ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS

Situado no centro da floresta amazônica, precisamente na confluência dos rios Negro e Solimões-Amazonas, o município de Manaus tem como característica marcante a histórica ligação com o rio, ainda que a estética da paisagem em sua orla revele uma cidade que cresceu de costas para o rio (PINHEIRO, 2003).

Manaus caracteriza-se hoje pelo seu caráter fortemente urbano, com o seu parque industrial de dimensão nacional e internacional e densamente ocupada, com uma população estimada, de acordo com o IBGE (2010), em 1.718.584 habitantes, sendo que 99,36% habitam a área urbana e 0,64% habitam a área rural do município.

A área rural do município de Manaus, de acordo com a divisão administrativa da Prefeitura Municipal de Manaus, divide-se em zona rodoviária, trechos da AM-010 e BR-174 onde se localizam pequenas comunidades localizadas no perímetro de Manaus, e zona ribeirinha, correspondendo às comunidades ribeirinhas da margem esquerda do rio Negro e Médio Amazonas.

Ao longo da margem esquerda do rio Negro, a partir da orla de Manaus, precisamente praia da Ponta Negra, distribuem-se inúmeras comunidades ribeirinhas, denominadas “comunidades ribeirinhas do rio Negro”, que se estende para além do arquipélago de Anavilhanas, aliás, toda a margem do rio Negro, seja esquerda, seja direita, é e foi habitado, pois suas paisagens podem até “esconder” as marcas da humanização do espaço, mas outros sentidos revelam: este rio respira

¹¹ As expressões “subindo” ou “baixando” o rio são usuais entre os habitantes do rio Cuieiras, assim como entre as populações ribeirinhas da Amazônia de forma geral. Quando este habitante expressa “subir o rio”, refere-se navegar o rio no sentido jusante-nascente, enquanto que a expressão “baixar o rio” significa navegar o rio no sentido nascente-jusante.

uma rica história cultural que resiste ao tempo, rompendo com a paisagem intensamente urbana de Manaus.

Considerando como referência a foz do rio Negro, o rio Cuieiras, que é um dos afluentes da margem esquerda do rio Negro, tem uma distância de cerca de 50 quilômetros do espaço urbano de Manaus, a partir de sua foz, “filho” do grande rio Negro, clama para si sucessivas histórias recentes de ocupação humana nas suas margens.

Atualmente, identifica-se no rio Cuieiras a existência de seis comunidades ribeirinhas (ver fig. 01), indígenas e não indígenas, tendo aproximadamente 140 famílias distribuídas entre as comunidades, sendo que o tempo de existência destas diferencia-se de acordo com a temporalidade dos movimentos migratórios para o lugar, conforme veremos mais adiante.

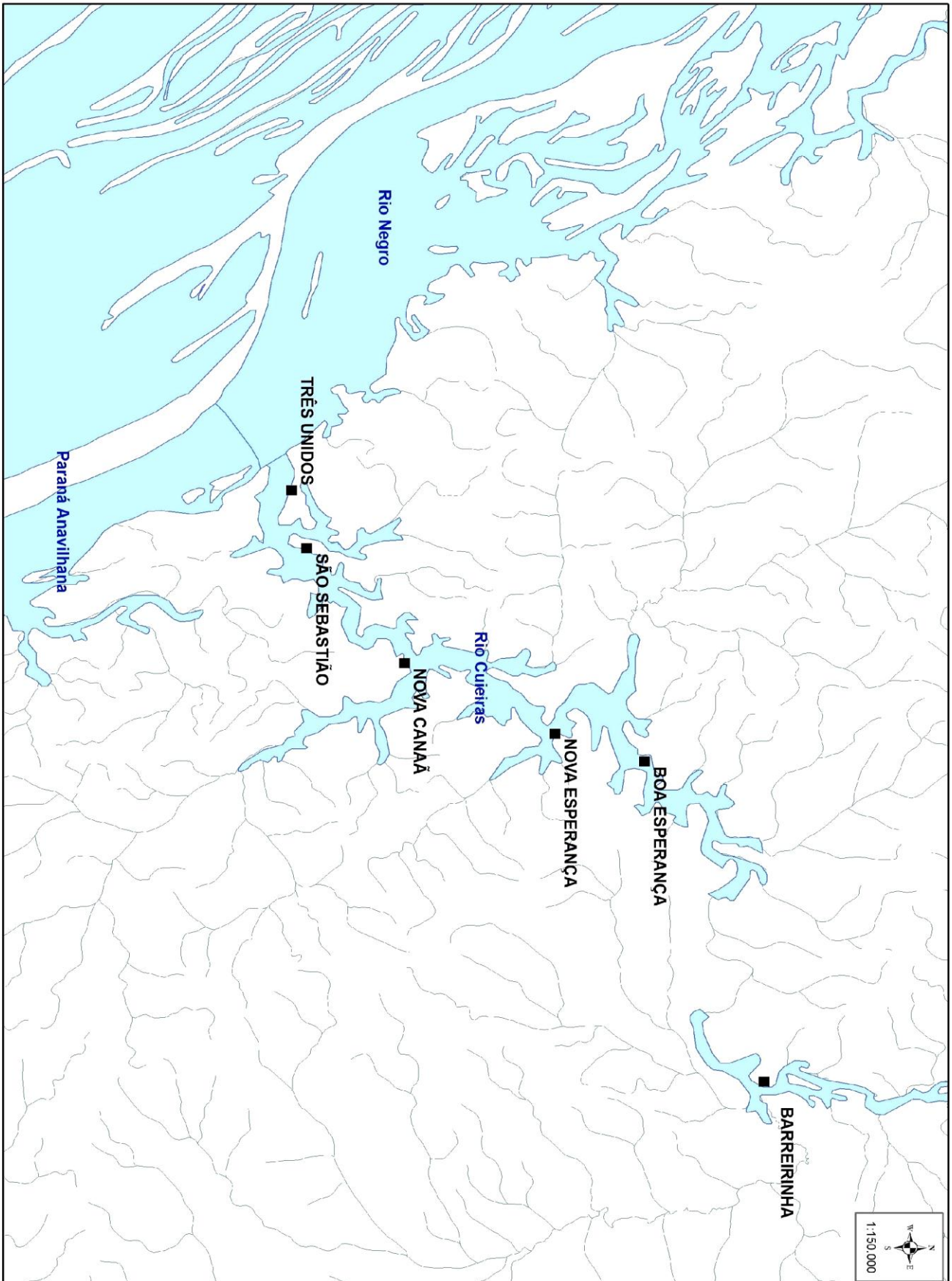


Fig. 01: localização das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras. Jun./2010.
 Fonte e organização: ITEAM, Miguel Ângelo, 2010.

Na foz do rio Cuieiras, à margem direita do rio, destacada pela praia, localiza-se a comunidade denominada pelos seus moradores Três Unidos ou Aldeia da Tribo Kambeba, habitada por 14 famílias, sendo 56 habitantes, auto-identificada como etnia Kambeba.

Ainda na margem direita do rio Cuieiras, distante um quilômetro aproximadamente da Comunidade Três Unidos, localiza-se a Comunidade de São Sebastião, também conhecida pelos habitantes do lugar como “Vila Paulino”. São Sebastião é a mais antiga e maior comunidade em termos populacionais do rio Cuieiras, possuindo 51 famílias, o que corresponde num total de 206 habitantes, sendo uma comunidade predominantemente denominada ribeirinha.

Subindo um pouco mais o rio Cuieiras, na sua margem esquerda, apresenta-se a Comunidade de Nova Canaã, também denominada pelos seus moradores de Kuanã. Composta atualmente por aproximadamente 26 famílias, sendo sete identificadas indígenas e 19 não indígenas, tendo num total 108 habitantes. Registra-se, portanto, na composição populacional da comunidade, predominância de moradores de origem ribeirinha.

Um pouco mais distante das comunidades anteriores, a Comunidade de Nova Esperança, localizada à margem esquerda do rio Cuieiras, é formada exclusivamente por famílias autodenominadas da etnia Baré que migraram na última década do século passado do Alto Rio Negro, precisamente de Santa Isabel do Rio Negro, possuindo na atualidade 22 famílias, o que corresponde a 97 habitantes.

Bem próximo de Nova Esperança, margem direita, registra-se a presença da Comunidade indígena de Boa Esperança, composta por oito famílias em sua sede e cinco nas adjacências, somando um total de 55 habitantes. Trata-se de uma comunidade formada por famílias indígenas da etnia Baré, porém, registra-se a presença de famílias não indígenas.

A Comunidade mais distante da foz do rio Cuieiras e das outras comunidades é a de Barreirinha, localizada à margem direita do rio. Suas famílias somam catorze, sendo 43 habitantes, também são de origem indígena, principalmente da etnia Baré.

A seguir, um quadro de resumo do perfil populacional do rio Cuieiras:

Tabela 01 – quadro demográfico das comunidades do rio Cuieiras

Comunidades	Nº de habitantes	Nº de famílias	Etnia(s)
Três Unidos	56	14	Kambebe
São Sebastião	206	51	Caboclos-Ribeirinhos
Nova Canaã	108	26	Caboclos-Ribeirinhos, Carapano, Cubeo, Saterê-Mawé.
Nova Esperança	97	22	Baré
Boa Esperança	55	13	Baré
Barreirinha	43	14	Baré, Tukano e caboclos-ribeirinhos

Fonte: Cardoso (2008) e dados de campo.

Feita esta breve apresentação, uma vez que aprofundaremos as características das comunidades pesquisadas mais adiante, nosso primeiro ponto de partida para adentrar no mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras, é o porto improvisado do bairro da Compensa, zona oeste de Manaus.

A porta de entrada da maioria dos habitantes do rio Cuieiras é a Beira Rio (ver fig. 02), na Compensa, mas também inúmeros moradores entram no espaço urbano de Manaus pelos portos localizados nos bairros da Ponta Negra, São Raimundo e Centro, onde se deslocam para outras áreas da cidade.

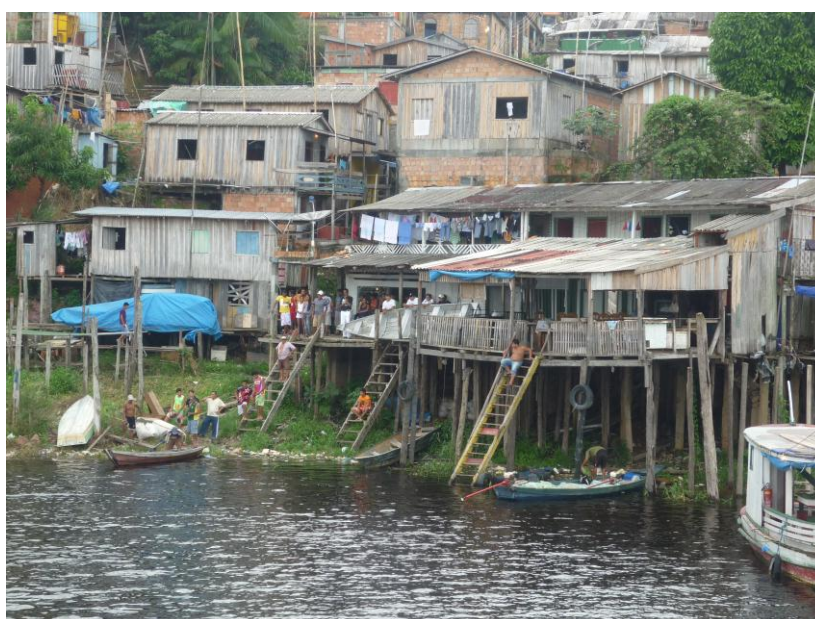


Fig. 02: Porto da Beira Rio, zona oeste de Manaus/AM. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

O porto da Beira Rio, que na verdade funciona mais como um atracadouro para alguns barcos que fazem linha principalmente para cidades e comunidades do rio Negro, é a interface entre as comunidades da margem esquerda do mencionado rio e o espaço urbano para os moradores da zona ribeirinha do rio Negro nas proximidades de Manaus.

A Beira Rio, como é conhecida a orla do bairro da Compensa, se trata de uma referência importante para os habitantes que migram constantemente para Manaus, sendo neste lugar que muitos vão em busca dos serviços públicos e comerciais oferecidos pela cidade, rever familiares¹², comercializar e comprar produtos diversos inexistentes em suas comunidades.

Partidas e chegadas na Beira Rio da Compensa dos habitantes do rio Cuieiras é o primeiro registro da convergência para este lugar de múltiplas temporalidades e espacialidades. Ao redor da cidade de Manaus¹³, que cresce com a imponência de uma das grandes capitais do Brasil, trazendo em sua paisagem a modernidade da construção da ponte sobre o rio Negro, com os seus mais de três quilômetros, assim como a valorizada área residencial e de lazer da Ponta Negra, vista e percebida pelos moradores das comunidades da zona ribeirinha, tem-se a resistência de lugares de vida com uma dinamicidade espaço-temporal diferenciada, refletindo numa fronteira que poderíamos também denominar, segundo Claval (1999), de fronteira cultural.

O meio geográfico nunca é homogêneo, a começar pelas características físicas dos lugares. No caso da área de pesquisa em discussão, nota-se uma assimetria no que se refere à distância e condições de deslocamentos que conferem distinções às comunidades ribeirinhas da margem esquerda do rio Negro e da margem direita.

As comunidades ribeirinhas da margem direita do rio Negro são pertencentes ao município de Iranduba, sendo que os moradores dessas

¹² No caso da Beira Rio, alguns habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Negro têm casa e familiares no bairro da Compensa. Suas atividades costumam ser realizadas no bairro da Compensa mesmo e no Centro.

¹³ Dentre as 11 maiores cidades brasileiras, Manaus foi a que teve maior crescimento na última década, segundo dados iniciais do Censo 2010. A população da capital amazonense cresceu 22,24%, saltando de 1.405.835, em 2000, para 1.718.584 na contagem atual. Com isso, Manaus superou Curitiba e Recife e já é a sétima maior cidade do país.

comunidades não utilizam o transporte fluvial, com raras exceções, pois nesta área tem o acesso ao espaço urbano de Iranduba por via terrestre através de rodovias.

Nesse sentido, o transporte fluvial de cargas e passageiros têm sua predominância nas comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras. Isto reflete em diversos segmentos do cotidiano das comunidades localizadas em margens opostas, como, por exemplo, oferta de energia elétrica permanentemente para as comunidades ribeirinhas da margem esquerda e comunidades onde a oferta de energia depende ainda de motores geradores de energia que funcionam à gasolina. A esse respeito, um morador da Comunidade de São Sebastião narra o seguinte:

a gente que mora aqui nesse rio, quer dizer, né, do lado esquerdo do rio Negro só pode ir pra Manaus de barco pelo rio. Já as comunidades aí de Paricatuba, Ajatuba, essas aí do outro lado tem os ramais que dá pra chegar carro. Aqui não, é só o barco mesmo e olhe lá, a gente demora muito chegar em Manaus, parece que aqui que é mais longe que lá, mas veja é a mesma distância, né? (Carlos, 35 anos, Comunidade de São Sebastião).

O acesso às comunidades do rio Cuieiras, assim como outras comunidades localizadas às margens do rio Negro¹⁴, é exclusivamente por via fluvial. No caso das comunidades mais próximas ao espaço urbano de Manaus, o meio de transporte mais comum são as lanchas ou voadeiras, motorizadas com motores Hp de 15, 25, 40, 50, até 350 de potência, que costumam oferecer transporte para os comunitários, assim como para os banhistas que vão principalmente aos finais de semana para a praia do Tupé e Praia da Lua, conhecidos espaço de lazer da população manauara. Os valores do transporte variam conforme a distância, sendo que boa parte dos comunitários tem seus próprios meios transporte, como canoas feitas de madeira motorizadas com rabetas e canoas de alumínio motorizadas com motores Hp. A principal ligação dessas comunidades é com a Marina do Davi, espaço que faz limite com a praia da Ponta Negra e funciona como área de estaleiro, oficina de barcos e lanchas, assim como atracadouro para as embarcações.

¹⁴ Toda extensão do rio Negro, na sua margem esquerda, no que se refere aos limites do município de Manaus, é ocupado por comunidades ribeirinhas, sendo algumas bastante numerosas e que estabelecem relações próximas com as comunidades dos rio Cuieiras, são elas: Solimõeszinho, Maravilha, São Tomé, Minpidiaú, Pagodão, Chita, Terra Preta, Santa Maria, Jaraqui ou Bela Vista, Araras, Tucumã, Tatu, Caiaué, Baixote, etc.

No caso das comunidades mais distantes do espaço urbano do Município de Manaus, o meio de transporte mais comum são os barcos de linhas que possuem uma rota fixa e atende todas as comunidades da margem esquerda do rio Negro, até os limites com o Município de Novo Airão, oferecendo transporte de passageiros e cargas.

No período da pesquisa, foram identificados os seguintes barcos de linha que navega no rio Cuieiras: Freitas Viana, São Francisco e JR. Há 20 anos o barco de porte médio Freitas Viana faz a linha para as comunidades do rio Cuieiras, até início de 2009, a passagem custava R\$15,00, quando passou para R\$20,00. A duração da viagem é de aproximadamente cinco ou seis horas, dependendo da quantidade de cargas e passageiros. O Barco de porte médio São Francisco, que juntamente com o Freitas Viana faz o trajeto, percorrendo toda a margem esquerda do rio Negro, até os limites do município de Manaus duas vezes na semana: saída de Manaus (segundas-feiras e sextas-feiras, às 20:00 horas) e saída das comunidades (quartas-feiras e aos domingos, às quatro horas da manhã).

Outro barco que navega nesta linha é o JR (ver fig. 03), barco pequeno, onde os passageiros se acomodam sentados, pois não há espaço para atar rede. Ele sai da comunidade terça, quinta e domingo, às 15:00 horas, chegando no rio Cuieiras por volta das 20:00 horas ou 21:00 horas. Este barco pequeno cobra a passagem por R\$15,00. Além de passageiros, carrega também cargas, como produção agrícola e extrativista.



Fig. 03: barco de linha do rio Cuieiras. Dez./2009.
Autor: Ricardo Cardoso.

A viagem de barco para o rio Cuieiras para a maioria de seus habitantes prossegue num ritmo lento, onde a viagem é feita à noite, das 20:00 horas à uma hora da manhã, o passageiro chega a atar sua rede, dormir, alguns preferem a boa conversa entre amigos, ouvir um som, consumir bebidas para resistir ao tempo da viagem. No que se refere à atuação desses barcos no rio Cuieiras, observemos a fala de uma moradora:

O barco de linha no início, quando a gente começou morar aqui, passava somente até o Três Unidos, na boca dos Cuieiras. Os moradores de outras comunidades tinham que descer até este lugar para poder pegar o barco... O primeiro recreio que começou a entrar para o Cuieiras foi o Manoel Aguiar...o Freitas Viana substituiu o Aguiar, que era o mesmo dono, depois passou ser o Freitas Viana, o Francisco Filho veio depois, acho que tá com sete anos disputando a linha (Adriana, moradora da Comunidade de São Sebastião).

De acordo com os moradores, a viagem a noite é escolhida pelos comandantes em razão de fatores como, menor fiscalização, menos banzeiro, porém muito desconfortante. Observe o relato de um passageiro:

Aqui pro Cuieiras vem dois barco até o talo de gente e bagagem, tem também aquele menor JR que não dá nem pra atar a rede, mas olha só como são as coisas, o Freitas e o São Francisco só andam no mesmo horário, de noite. A gente sai da beira rio umas oito ou nove horas, lá pela boca da noite, né, chega aqui nos Cuieiras depois de meia noite já, aí tem que desarmar a rede, arrumar nossos bagulhos que a gente compra na cidade. Eu acho que poderia ter um que circulasse de dia porque tem gente que não gosta de viajar a noite porque é muito perigoso, né, tem pedra no meio do rio, perto da Ponta Negra tem aquele banzeiro forte que só que pode virar até o barco, sei lá de dia é melhor, a gente pode ir apreciando a beira do rio, ver as comunidades, né, de noite a gente não enxerga nada disso". (Sadrak, morador do rio Cuieiras até ano de 2009)

Ao subir o rio Negro, a caminho das suas comunidades, esses moradores das margens dos rios levam consigo uma carga de percepções e experiências sobre estes lugares, improvável de ser revelada pelas paisagens ao primeiro olhar do estranho, pois, parafraseando Nogueira (2001, p. 105), *"a experiência é o resultado da comunicação do homem com o mundo, homem-mundo, controem-se mutuamente"*.

Na fase de levantamento de campo, onde tivemos a oportunidade de viajar com os habitantes do rio Cuieiras a caminho de seus lares, foi possível ouvir alguns de seus relatos:

Já faz tempo que moro no Cuieiras, vixe, eu nasci lá, isso já faz 41 ano, minha idade que completei esse ano. Sempre viajo nesse barco porque conheço o seu Luiz e os filhos dele, aí sempre que passo por aperreio, ele quebra meu galho... quando o barco sai ali daquela Beira Rio eu me sinto tão bem, sabe como é, a gente vai nessa calma da viagem, vou conversando com os amigos, vendo aí as pessoas chegando na sua casa...sabe eu conheço todas essas comunidades aí que a gente tá passando, às vezes converso com gente que nunca veio pra essas bandas, lá de Manaus mesmo, eles ficam admirado de ver tudo isso aqui, aí vou dizendo pra eles onde fica cada comunidade aí, falando das nossas dificuldade que a gente tem, né, mas não fico só nisso não, tá vendo aí que tranqüilidade, né, esse rio, essa mata aí cheia de gente e bicho..." (João, 41 anos, morador do rio Cuieiras).

As narrativas desses viajantes muitas vezes revelam um conhecimento profundo sobre a produção da vida nas margens do rio Negro e Cuieiras, deixando claro que estas paisagens não são compostas apenas de elementos naturais, mas também se tratando de espaços humanizados, socializados e vividos em processos culturais na interação com a natureza do lugar, sendo um

processo cultural intenso, que realça cosmicamente o homem no meio no qual ele vai ambientando, permutando e superando. São modalidade de trocas coletivas com as circunstâncias telúricas, expressivas de um comportamento geográfico insaciável, eivado de experiências, de enriquecimento, de sacrifícios, de heroísmos e capitulações, ao longo do que o homem amazônico foi imprimindo os padrões de sua afetividade, de sua visão de mundo, na constituição da sua cultura paralelamente à de sua paisagem (LOUREIRO, 1995, p. 120)

Nossas primeiras interpretações a respeito da área de pesquisa ousaram fazer um convite a uma viagem que cotidianamente os habitantes do rio Cuieiras fazem pelas águas do rio Negro e rio Cuieiras, enfatizando inicialmente as percepções dos moradores sobre as particularidades das relações destes com o espaço urbano do município de Manaus, assim como as suas percepções sobre a realidade espacial que os cercam no transcorrer dos deslocamentos de Manaus para seus lares em suas comunidades e vice-versa.

À medida que nós aproximamos do mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras, investigando suas geograficidades, registramos que entre o verde da exuberante floresta, o preto implacável do rio Negro, abraçando a cidade de Manaus, tem as comunidades ribeirinhas que serão alvos a partir de agora das nossas interpretações.

2.2 RELEMBRAR É SIGNIFICAR O LUGAR: COMO SURGIRAM AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS?

A história sociocultural e ambiental do rio Cuieiras, como bem salientou Leonardi (1999), está intrinsecamente relacionada à dinâmica do extrativismo como atividade norteadora da economia na bacia do rio Negro. Já a história recente de migração e ocupação do rio Cuieiras, se reportando às últimas cinco décadas, revela fases distintas de chegada das famílias nesse lugar. Não podemos deixar de registrar também a influência da cidade de Manaus que, devido à proximidade com o rio Cuieiras, serviu como ponte para muitas famílias que vieram de outras regiões do estado do Amazonas, principalmente médio e alto Rio Negro, assim como do próprio espaço urbano do município de Manaus.

Nós chegamos aqui no dia 17 de novembro de noventa, pra ter uma idéia, nós viemos de Manaus de canoa, no remo mesmo, esse homem aqui [Geraldo, seu cunhado] que me trouxe, ele já morava aqui, sofremos muito não existia comunidade como é hoje, moremos primeiro lá na casa do pai dela, que quando ele chegasse de Manaus, ele tava pra Manaus, ia ver um terreno pra nós, só que a gente ficou logo na casa, depois foi que fizemos uma casa lá onde fica o Adalberto [seu enteado] hoje dentro do Coanã, aquele chão disque já tinha dono, mas já tava com oito anos abandonado, depois de três anos o rapaz dono da terra mandou dizer que queria a casa, aí disse que não era menino de recado, foi quando um tempo depois veio uma carta do INCRA, pedindo pra eu comparecer, foi aí que ganhei a causa e lá moramos uma faixa de cinco anos... (Sr. José Raimundo, Comunidade de São Sebastião).

Outra característica que destaca o processo de ocupação do rio Cuieiras na atualidade é o fato desta área fazer parte do Mosaico¹⁵ de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, onde registra-se a existência de várias áreas de proteção ambiental, inclusive havendo sobreposições de áreas ambientais que abrangem os limites de comunidades ribeirinhas indígenas. Na área que

¹⁵ A construção do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro encontra-se ancorada no conceito de mosaico como descrito no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000), que versa em seu Art. 26 que: “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

corresponde às comunidades ribeirinhas existem restrições à migração de novas famílias, conforme veremos mais adiante.

No quadro a seguir, apresentaremos uma síntese das sucessivas fases de ocupação do rio Cuieiras e seu entorno a partir do Diagrama histórico da região, em seguida, direcionaremos nossas análises para as histórias de surgimento das comunidades que fazem parte do rio Cuieiras:

Tabela 01 – Diagrama Histórico do Baixo Rio Negro

Século XVIII	
- Drogas do sertão - descimento e escravização - missões	- Esvaziamento do Baixo Rio Negro - Etnocídio e genocídio indígena
Século XIX	
- cabanagem - exploração de madeira, vegetais e fauna - barco a vapor	- esvaziamento do Baixo Rio Negro - resistência de indígenas e caboclos
Século XX	
1910-20	- crise da borracha
1920-30	- “Novos” produtos Extrativistas (castanha, balata, sorva, fibras) - Agricultura tradicional
1930-50	- Soldados da borracha - Prisioneiros no Cuieiras
1950-70	- “Novos” produtos extrativistas - Término do ciclo da seringa - Zona Franca de Manaus - Intensificação da atividade madeireira - Migração dos seringais e médio/Alto rio Negro (atuais comunidades) - Urbanização e crescimento de Manaus
1950-70	- Extrativismo (areia, pedra) - Exploração de Acariquara - Criação das Unidades de Conservação - Intensificação do turismo - Propostas de desenvolvimento sustentável - Migração do Médio e Alto rio Negro - Urbanização e crescimento de Manaus - Conflitos entre UC's e comunidades locais - Solicitação de Terra Indígena - Criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Cuieiras-Apuau

Fonte: Diálogos agroecológicos (IPÊ), 2009.

Existe um consenso entre os moradores mais antigos que a migração em direção ao rio Cuieiras decorre desde o final da década de 1950, quando

começaram a chegar os primeiros moradores que iniciaram essa fase mais recente de ocupação do lugar, conforme relato um morador antigo do rio Cuieiras:

Eu cheguei aqui no Cuieiras no ano de 1957, não, em 1956, em 1957 meu pai faleceu, ele tá sepultado aí no cemitério Rouxinol, aí acima da boca dos Cuieiras, abaixo de Samaúma [comunidade], tem um bocado de sepultura, assim no meio do mato, onde meu pai está. Nessa época quando ele morreu eu tinha 11 anos. Aí, nós, dois irmão mais velho trabalhávamos na juta, quando eu tinha 11 anos já trabalhava na juta, aí quando nós viemos de Janauacá pra cá, aqui era um lugar estranho, só que era muito farto nessa época, peixe tinha demais e os moradores que vivia aqui era só os presos, aliados a uns amigos meus (Sr. Miguel, morador da Comunidade de Nova Canaã).

Dentro de uma escala maior de ocupação, concordamos com Meira (2005 apud CARDOSO, 2008), a respeito dos primeiros habitantes do baixo rio Negro, o que inclui também o rio Cuieiras, serem principalmente os povos Tarumã, Manaós, e Baré, sendo as etnias que passaram por intensas mudanças demográficas e culturais com a chegada dos colonizadores europeus na região, sendo vítimas de extermínios ou migração forçadas para o interior da floresta e Médio e Alto rio Negro¹⁶.

Nesse sentido, não estamos afirmando que a história de habitação humana no rio Cuieiras teve início apenas nas últimas cinco décadas, pois, conforme apontam vários pensadores com estudos voltados para a história social e ambiental da região (RIBEIRO, 1995; LEONARD, 1999), o registro da presença humana em períodos anteriores no lugar é evidente, considerando que ainda hoje é comum encontrar soterrados nos terrenos dos habitantes do rio Cuieiras restos arqueológicos, como pedaços de vasos, assim como as características do solo de determinadas áreas terem em sua composição a Terra Preta¹⁷. Uma moradora da Comunidade de São Sebastião narra assim este fato:

¹⁶ Estes índios, de acordo com Meira (2005 apud CARDOSO, 2008, p. 38), passaram por processos históricos de transformação cultural e perda populacional, chegando até a extinção absoluta de alguns deles, em decorrência dos empreendimentos mercantis e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus. Os Barés localizam-se atualmente do baixo ao alto rio Negro, enquanto que os Manaós e Tarumã foram praticamente extintos. Guzmán (2006, 67) afirma ainda que no rio Negro as comunidades nativas formam historicamente a maior parte da população local e mantêm contatos interétnicos séculos antes da chegada dos europeus.

¹⁷ De acordo com Cardoso(2008), As terras são reconhecidas pela sua origem da natureza ou relacionadas com sítios arqueológicos. Por exemplo, as terras conhecidas cientificamente como Terra Preta de Índio (TPI) para muitos indígenas a terra preta legítima tem origem natural ou das mãos de deus e outros agricultores associam a origem da terra preta com a prática dos roçados “Tanto de roça que fez a terra ficar preta. O pessoal ia abrindo roça e ia embora e foi ficando a terra. Lá no alto era assim também. A mandioca, de toda qualidade, dá bem em terra preta, mais na terra preta legítima”.

Bom lá no São Sebastião tinha, lá onde é o cemitério, lá onde é aquele ixizeiro, tinha um local assim, tipo uma casa, onde tinha pote de barro, tinha aqueles bolos que eles fazem de mandioca, aí enterram aquele bolão assim, tinha vestígios deles, mas ninguém sabe quando se era só de passagem e se tinha, era ali no São Sebastião, aí depois que vieram esses índios vieram presos, quando chegamos só tinha os presos, índio não tinha mais, aí os presos tavam lá, aí os presos foram saindo, foram morrendo, aí foram chegando outras pessoas que são essas que tem até hoje... (Luiza, Comunidade de São Sebastião)

Os relatos dos moradores mais antigos do rio Cuieiras deixaram claro um recorte histórico no que se refere ao processo de ocupação do rio Cuieiras; as histórias de surgimento das comunidades existentes são contadas a partir da chegada desses primeiros moradores¹⁸.

No caso do Sr. Miguel, este morador representa uma parcela significativa das famílias que chegaram ao rio Cuieiras e o viram como um espaço estranho, inicialmente sem nenhuma referência histórica ou afetiva, e isto fica claro quando em sua fala, revela o seguinte: *“aqui era um lugar estranho, só que era muito farto nessa época, peixe tinha demais e os moradores que viviam aqui era só os presos, aliados a uns amigos meus”*.

O período que o Sr. Miguel se reporta corresponde ao período em que o poder governamental da época mantinha no lugar prisioneiros que eram submetidos a trabalhos forçados, como extração de madeira para produção de lenha que, segundo Cardoso (2008), era utilizada basicamente para abastecer os fornos e fornecer energia elétrica para os moradores de Manaus. Em vários trechos do rio Cuieiras, principalmente entre as Comunidades de Nova Canaã e Nova Esperança a ocorrência de inúmeros troncos de árvores, distribuídos pelo leito do rio, citados pelos antigos moradores como resultado do período da presença dos prisioneiros no lugar.

De acordo com os moradores, São Sebastião (ver fig. 04) é a comunidade mais antiga do rio Cuieiras, foi criada pela Família Paulino, conforme a narrativa da sua neta:

¹⁸ É interessante destacar as descrições etnográficas a respeito do “presentismo”, ou domínio do presente, na relação temporal dos caboclo-ribeirinhos com seus lugares, pois, segundo Harris (2006, p. 84), o domínio do presente “inclui o entendimento do passado como descontínuo em relação ao presente, uma amnésia entre gerações, uma carência de identidade grupal consolidada em torno de memórias sociais ou de um mito de origem e assim por diante”.

Foi minha família que criou essa comunidade aqui por que nome dela também é Vila Paulino, sobrenome do meu pai... assim foi sendo construída a comunidade, depois veio a escola, aí achei o nome de São Sebastião na escola, aí ficou São Sebastião da vila paulino, ela tem o registro assim, né, na comunidade ficou São Sebastião, até hoje quando vem alguma coisa pra comunidade, vem São Sebastião da Vila Paulino. Então, a comunidade foi surgindo assim, através da família Paulino, da escola, aí nessa época da que a escola foi levantada só nossa família morava aqui nesse terreno que hoje é toda a comunidade, acontece que só aqui em São Sebastião tinha escola, aí muita família tinha que vim de longe trazer os filhos pra cá pra estudar, foi nessa época que a gente disse pra eles que eles poderia fazer sua casa aqui perto da escola e assim foram fazendo suas casas, né, quer dizer, foi virando comunidade...(Luiza, moradora da Com. São Sebastião).



Fig. 04: Comunidade de São Sebastião. Manaus-AM. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

O nome São Sebastião, que hoje identifica a antiga Comunidade de Vila Paulino, foi em homenagem a uma promessa que a filha do senhor Paulino, Maria de Nazaré, fez ao santo padroeiro para curar umas das suas filhas de uma enfermidade, conforme relata umas das suas filhas:

A missa pra São Sebastião, minha mãe organizou em 83 [ano de 1983], que antes era só reza, aí de 83 pra cá o pessoal pediram pra ficar mais animado o festejo, pediram uma festa e a festa foi crescendo.... naquela época o padre vinha de Novo Airão. A promessa que minha tinha vem desde o Juruá, minha tinha muita fé em São Sebastião, aí minha irmã teve febre amarela, aí minha mãe rezou pra São Sebastião para que ele curasse minha irmã, eu só sei que ela ficou boazinha, aí minha mãe desde desse tempo começou a organizar a missa pra São Sebastião, rezar, desde de lá do Juruá, isso em 59 [ano de 1959] ainda, aí viemos pra cá depois de um tempo, quando foi em 80 [ano de 1980], foi feita aquela igreja lá pra São Sebastião e assim nossa comunidade é conhecida até por esse rio a fora. (Luiza, Com. de São Sebastião)

Através da fala dos moradores, é possível identificar que São Sebastião teve seu surgimento a partir da escola, referência central para o concentração das famílias no lugar e pela ligação com a religiosidade das primeiras famílias que a criaram, fato que reafirma a importância do papel da religião como elemento constituinte na organização territorial e social dessas pequenas comunidades que surgem às margens dos rios. A esse respeito, temos o exemplo do trabalho de Nogueira (2005) que concluiu nitidamente a atuação da Igreja Católica na formação das primeiras Comunidades no município do Careiro da Várzea, onde a presença de um pequeno templo religioso geralmente é referência e indica o nascimento de um novo lugar.

O enfoque da importância da Religião na formação dos lugares tem ganhado espaço na Geografia Cultural, que procura dentre outras questões compreender o *“sentido que a religião dá a razão humana, bem como a vivência e a prática religiosa como caracterizadoras dos espaços geográficos”* (ROSENDAHL, 2002, p.24).

No caso do rio Cuieiras, a Comunidade de São Sebastião é a única que teve em sua formação inicial a contribuição do catolicismo, traço que mantém até hoje, uma vez que esta é identificada pelas outras comunidades como comunidades dos “católicos”.

No que se refere ao sentido de organização comunitária, as narrativas dos moradores deixaram claro que São Sebastião foi a primeira que ganhou esse caráter de comunidade, isto por volta da década de 1970, porém, neste período, já havia famílias morando em outras localidades dispersas pelo rio Cuieiras que na década de 1980 se consolidaram como comunidades no sentido da organização territorial e social. Como exemplo, temos o caso do Sr. Miguel Rodrigues, morador da Comunidade de Nova Canaã, e José Gonçalves, morador da Comunidade de Boa Esperança, ambos identificam-se como primeiros moradores de suas respectivas comunidades.

O Sr. Francisco Gonçalves, 72 anos, conhecido por amigos e familiares como Zé Gonçalves, toda a tarde desce o *“barranco”* (vertente), em frente sua casa e senta numa pequena jangada¹⁹, suspensa por toras de madeiras (ver fig. 05) à beira do rio. Ele faz esse exercício cotidianamente, se vislumbra com a paisagem

¹⁹ Conhecida também entre os habitantes do lugar como balsa onde se faz o banho, lava os utensílios domésticos, roupas, onde ancora as embarcações, prende-se a pequena canoa, realiza-se pesca.

que o cerca. É a paisagem de sua vida, o cenário que resiste ao tempo e revitaliza sua memória a respeito da história da sua comunidade. Sob essa geograficidade, ele revela:

Quando nós viemos do Uarini praTefé, que nós arranjamos um sítio por lá, rapaz, nos passemos muita fome...já aqui é bom demais, aqui tem muita fartura, fartura mermo, quando o rio tava secando, era muito peixe aí nessa beirada, era que nem no Solimões... “eu vim pra cá em 85 [ano], eu já tinha parente aqui. O marido dela, da Leide [sua filha], o mestre Miguel, já morava aqui no rio. Então quando eu ia tirar minhas férias, eu vinha pra cá, aqui era muito farto, farto, farto, mermo, aí fretamos o motor e vinha pra cá, pescar, aí já me dava com eles aqui, né, aí eles diziam rapaz tá bom de você tirar um terreno pra cá, quando tu se aposentar tu vem pra cá, aqui eu tinha mais vontade de ir morar porque pro Unini eu não ia não, né, porque pra lá é muito longe de Manaus, muito longe mermo e em tempo de seca, aí em vim pra cá e arranjei esse terreno, que aliás, esse terreno, aquele lá onde ela mora ali, aí alimpei lá, serrei lá... um dia o Aluisio chegou lá comigo e perguntou se eu ia morar lá no Cuieiras, aí disse que tava com vontade, aí ele disse: - rapaz, fica com o meu lugar, que eu não quero ficar lá mais não, vou me embora lá pro Unini, onde tá a mamãe. Então falei que se não entrar ninguém eu vou ficar lá, então o motivo deu ficar aqui foi isso... aqui só era capoeira... quem fundou a Boa Esperança fui eu, mas quem escolheu o nome foi um professor, o Anacleto, ele e o Clóvis, foi ele que fundou isso aqui... ele era evangélico... só saio daqui quando eu morrer” (Sr. Francisco Gonçalves, 72 anos, morador da Comunidade de Boa Esperança)



Fig. 05: Sr. José Gonçalves, Com. de Boa Esperança. Manaus-AM. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

Foi o Sr. Francisco Gonçalves que narrou cronologicamente o surgimento das comunidades hoje existentes no rio Cuieiras, quando comenta o seguinte:

A Vila Paulino foi a primeira, que é da dona Nazaré, mãe da Luzia... depois veio a nossa, da Boa esperança foi que surgiu a Barreirinha, depois que fundaram a Nova Canaã lá... depois de todas essas comunidades foi que veio a Nova Esperança e a do areal lá na boca do Cuieiras...então, aqui já tinha o Miguel que trabalhava lá nas missões, lá perto onde fica a Canaã, ele trabalhou pro Cândido... quando o Cândido veio pra trabalhar aqui, morou lá na repartição, veio pra trabalhar na madeira. Naquela época não tinha esse negócio de lei não, ele veio pra trabalhar pra lá, terra bonita pra lá. Aí quando ele se desgostou de lá, quando deu aquela seca grande que ele passou lá preso, aí ele se desgostou. Aí teve o sogro do compadre Carlinho que procurando terreno, aí o Cândido falou: - Rapaz, tu quer um terreno, vou sair de lá, não dei não porque é muito longe e quando seca a gente não pode nem transportar, eu trabalho com madeira, toma conta lá que vou sair. O homem se agradou, seu Demésio, aí ele ficou, aí pela beira, onde o Panta mora hoje (Sr. Francisco Gonçalves, 72 anos, morador da Comunidade de Boa Esperança)

O relato exposto pelo Sr. Francisco Gonçalves identifica o surgimento da Comunidade de Boa Esperança, que é a sua comunidade, como a segunda a surgir no lugar, seguida de Barreirinha e Nova Canaã (esta última também conhecida por Coanã). Seu critério para explicar as fases de nascimento das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras são as fases de chegada dos antigos moradores que habitavam o trecho do rio que hoje está situada as comunidades e não a formalização da comunidade, obedecendo a critérios burocráticos e organização política.

Nesse sentido, observamos que até o início dos anos de 1980 há registros apenas da existência das Comunidades de São Sebastião ou Vila Paulino, Nova Canaã (ver fig. 06), Boa Esperança (ver fig. 07) e Barreirinha (ver fig. 08). Neste caso, somente São Sebastião era constituída como comunidade, enquanto que as outras comunidades eram identificadas mais pelo nome dos seus antigos moradores.



Fig. 06: Comunidade de Nova Canaã (Coanã). Manaus-AM. Abr./2009.
Autor: Ricardo Cardoso.



Fig. 07: Comunidade de Boa Esperança. Manaus-AM. Abr./2010
Autor: Ricardo Cardoso.



Fig. 08: Comunidade de Barreirinha. Manaus-AM. Mai./2010
Autor: Ricardo Cardoso.

As primeiras famílias da fase recente de ocupação que chegaram ao rio Cuieiras e passaram a habitar o lugar, portanto, fazem parte da migração que houve entre as décadas de 1950-1970. Nota-se que esses primeiros moradores da fase recente de ocupação do rio Cuieiras são constituídos de migrantes que vieram do Espaço Urbano de Manaus, do rio Juruá e algumas famílias indígenas do alto rio Negro. A esse respeito, Cardoso (2008) informa que a migração indígena para o Cuieiras tem início na década de 1950, quando migraram do alto rio Negro povos da etnia Baré e Tukano, enquanto que as populações denominadas pelo autor de caboclas migraram principalmente dos antigos seringais no médio e baixo rio Negro, afluentes do Solimões, cidade de Manaus e Novo Airão.

Nesse sentido, até início de 1980, o rio Cuieiras recebeu migrantes de diversos lugares e a organização territorial das comunidades foi se conformando, com exceção da Comunidade de São Sebastião, com a co-habitação de indígenas e não indígenas. Porém, a partir da segunda metade da década de 1980, tem início a segunda fase migração de famílias indígenas, que migraram principalmente de Santa Isabel do Rio Negro, grupos de famílias da etnia Baré, e de Alvarães, no médio Solimões, famílias da etnia Kambeba.

O grupo de famílias indígenas da etnia Baré, de acordo com um dos seus moradores, chegou ao rio Cuieiras no final da década de 1980 e fundaram a Comunidade de Nova Esperança (ver fig. 09). O pequeno grupo de famílias da etnia

Kambeba, composto por quatro famílias, que migraram do Solimões, chegaram ao rio Cuieiras em 1991 e fundaram a Comunidade indígena Três Unidos (ver fig. 10).



Fig. 09: Comunidade de Nova Esperança. Manaus-AM. Abr./2010
Autor: Ricardo Cardoso.



Fig. 10: Comunidade de Três Unidos (Areal). Manaus-AM. Abr./2010
Autor: Ricardo Cardoso.

De acordo com o relato dos moradores, no ano de 1996 a FUNAI, Fundação Nacional do Índio, iniciou o cadastro das comunidades indígenas, sendo que as Comunidades de Três Unidos (conhecida também como “Areal”), Boa Esperança, Nova Esperança e Barreirinha identificaram-se e registraram-se como

comunidades indígenas, enquanto que na Comunidade de São Sebastião os moradores não aceitaram o registro da comunidade como indígena. O caso mais emblemático é o da Comunidade de Nova Canaã, denominada de Nova Canaã pelos seus antigos moradores e líderes comunitários e Coanã pelas famílias indígenas que vivem na comunidade, onde os moradores ficaram divididos entre e o caso de registro da comunidade como indígena se encontra “sub judice”.

A chegada dos novos grupos indígenas foi fundamental para a consolidação da atual organização territorial das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras, conforme vimos, convergiram para habitar as margens do rio Cuieiras em forma de comunidades, inúmeras famílias de diversas localidades e diversas identidades culturais que hoje co-habitam o lugar em inter-relações de solidariedade e conflitos, reconstruídos seus lugares de vida no entorno do espaço urbano de Manaus.

Conforme salientamos, a pesquisa limitou-se às comunidades ribeirinhas e indígenas existentes no rio Cuieiras. as histórias destas comunidades, reveladas por alguns de seus moradores, esclarecem que o lugar passou, e ainda passa, por diversas fases de ocupação. Histórias migratórias de chegadas de famílias que vieram de regiões próximas e distantes de Manaus com objetivos materiais de refazer suas vidas, mas também de construir seus lares a partir de relações que transcendem o material, revelando também a geograficidade em cada sujeito que contribuem para a existência das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras.

Evidentemente, ressaltamos que o recorte territorial, limitando ao rio Cuieiras, não subtrai a intensa relação existentes entre as comunidades localizadas à margem esquerda do rio Negro, e as comunidades selecionadas para a pesquisa. As comunidades do rio Negro que mais se relacionam com as comunidades do rio Cuieiras são as seguintes: São Tomé, Pagodão, Chita, Santa Maria, Terra Preta e Maravilha. As relações entre estas se estendem desde o meio de transporte coletivo comum a todas, passando por relações de parentesco, participações recíprocas em eventos profanos, religiosos e lúdicos, conforme veremos mais adiante.

No que refere às histórias de surgimento das comunidades do rio Cuieiras, defendemos que esta historicidade contribui para a valorização do lugar como reflexo também da humanização do espaço, dotando-o de valores afetivos,

encerrados nas memórias das pessoas que desenharam suas histórias com o lugar. A esse respeito, concordamos com Nogueira quando esta afirma que:

Nessa relação com o lugar, homens e mulheres relatam as histórias sobre o surgimento das comunidades com certo saudosismo, a transmissão do conhecimento sobre o lugar e o desejo dos mais antigos para que não haja dissolução destas, contribuem para a permanência da existência dessa organização que tem na paisagem além de formas naturais forma que refletem a presença humana na sua construção, há uma geograficidade refletida nestes lugares onde o homem está existencialmente ligado (2005, p. 107)

Nesse sentido, as histórias descritas oralmente pelos habitantes do rio Cuieiras, suas lembranças que enaltecem seus triunfos sobre as intempéries de um espaço inicialmente estranho, que aos poucos foi se revertendo em lugar, carregados de lembranças e afetividade, onde as marcas nas paisagens não conseguem disfarçar as percepções destes em relação à sua ligação com a natureza do lugar.

Assim como a natureza acha seu caminho para o centro da minha vida pessoal, e torna-se inextrincavelmente ligada a ela, também os padrões de comportamento instalam-se no da natureza, sendo depositados na forma de um mundo cultural” (Merleu-Ponty, apud Relph.1962:14)

Construir uma história no lugar como símbolo de fé, conforme vimos na história oral da Sra. Luiza, que representa bem a chegada dos novos habitantes da ocupação recente do rio Cuieiras, assim a construção do lugar como símbolo de esperança, batizadas nos nomes das comunidades indígenas (Boa Esperança e Nova Esperança), dificilmente teriam espaços nas investigações científicas que ignoram as relações experienciadas e vividas por cada morador do lugar, pois elementos relacionados à subjetividade humana geralmente passam despercebido pela lógica racional. Observemos a narrativa abaixo:

...assim, depois que escolheram o nome da escola, no primeiro ano (1996), né, Boas Novas, pensaram assim, queriam uma comunidade, ah, vamo progredir pra frente, crescer, crescer assim, né, na época eu era criança, né, aí eu já me lembrava, reuniram e escolheram, aí aqui já tem Boa Esperança, né, aí como nós estão pensando em crescer, em construir nosso espaço, nossa comunidade, vamo pensar Nova Esperança, nós estamos esperando, vamo esperar futuramente, né, a gente já pensava o crescimento, já via a população que tinha, já tinha uma visão de como seria o futuro, que as crianças iam crescer, que na época as moças, os rapazes que tavam solteiro iriam arranjar mulher e iriam progredir, olha eu que na

época era pequeno na época, já tenho mulher, já tenho filho (Joarlison, morador da Com. de Nova Esperança).

Consideramos, assim como o adotamos, o termo comunidade ribeirinha e indígena importante para os propósitos desta pesquisa. Neste sentido, apresentaremos uma breve discussão, sem nenhuma intenção de esgotar temática, a respeito do conceito de comunidade usualmente emprestados para denominar os núcleos de ocupações dispersos pelas margens dos rios na Amazônia, fazendo uma relação com as comunidades do rio Cuieiras.

2.2.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO CUIEIRAS E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO LUGAR

Eles vivem em pequenas comunidades na beira dos rios, igarapés e lagos; suas casas são feitas com materiais que encontram na floresta: cercadas de madeira ou barro e cobertas com palha, muito simples; no quintal, muitas árvores frutíferas, uma pequena horta e alguns pequenos animais de criação. A canoa ou o ubá, o meio de transporte mais usado, está sempre próxima (VAZ, 1996, p. 52)

A epígrafe acima ajuda-nos a identificar como se organiza no espaços denominados de comunidades o modo de vida ribeirinho. Habitar as margens dos rios faz parte da relação histórica dos habitantes ribeirinhos e indígenas com ambiente natural da Amazônia. A simples casinha de palafita ao fundo da paisagem, que por muito tempo serviu de cenário ideal para representar o modo de vida em comunidades ribeirinhas da Amazônia foi amplamente discutida pela literatura que voltou seu olhar para a Geografia humana da Amazônia. É o cenário, ou seja, esses espaços rurais da Amazônia, onde a organização sócio-espacial em forma de comunidades ribeirinhas atribui peculiaridade à paisagem da região.

Mesmo nos arredores do espaço urbano do município de Manaus, conforme já enfatizamos anteriormente, esse modo de vida ribeirinho comunitário resiste e traz consigo as matrizes e marcas de um modo de viver o lugar em toda sua profundidade no que se refere às inter-relações com a natureza. Esses lugares são denominados pelos seus moradores de comunidades ribeirinhas, sendo que no

caso do rio Cuieiras as comunidades ribeirinhas compostas predominantemente por famílias indígenas são identificadas por comunidades indígenas.

No rio Cuieiras, considerando as frequentes migrações, ocorre também uma significativa rede de inter-relações entre as diversas comunidades e grupos familiares do rio negro e afluentes. O primeiro elemento que caracteriza essas comunidades são os elos de sangue. Uma primeira família chega ao lugar, se instala, em seguida vêm outros membros familiares. É caso da Comunidade de Nova Esperança, onde morava inicialmente a Sra. Dometila e sua família, vieram de Santa Isabel do Rio Negro, após sua chegada e instalação na Comunidade que hoje é a Nova Esperança, novos grupos familiares chegaram ao lugar e ajudaram a construir a comunidade, conforme revela o seguinte morador da Comunidade de Nova Esperança:

Nós foi um dos primeiros moradores, primeiro foi seu Domingo que mora ali pra cima agora de Nova Esperança, logo em seguida foi o Dadico, tinha a Dometila que já morava aqui desde os anos 80 parece que compraram essa área aqui na época, aqui só era capoeira, só era roça, aí foi na época que a gente chegou, já 90, aí viram a necessidade que tinha muita criança na época, né, por aqui por onde tinha esse sítio tinha muita criança, entendeu, sem estudar, aí, o dono ele já era aposentado, um militar aposentado, aí resolveu ajudar os pais, reuniu os pais ajudar a gente. Aí surgiu a comunidade aí começou vim, veio primeiro nós, depois veio tio Lindoso, aí último que veio de lá foi a vovó, agora todo mundo tá aqui agora... (Joarlison, morador da Com. de Nova Esperança)

Claval (1999, p. 114) afirma que uma *“comunidade de base pode ser construída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma família”*. Nesse sentido, destaca-se também o trabalho sobre as populações do Alto Solimões de Alencar que aponta o seguinte:

No alto Solimões a principal característica dos povoados da várzea é a existência de um tipo de organização social fundada no parentesco e na apropriação comunal dos recursos naturais existentes em seus territórios. Esses povoados são referidos regionalmente como “comunidades”, termo amplamente utilizado para referir a um grupo de famílias que se reuniram para formar um grupo social, com uma forma de organização com cargos de representação política, como presidente e vice-presidente. Os outros cargos de destaque são os de professor e o de agente de saúde (2005, p. 82-83)

O histórico do processo de organização das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras coincidem com o período de formação das comunidades que foram estimuladas pela Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970 com objetivo de reunir

famílias que residiam isoladas umas das outras, num mesmo espaço, enfatizando o aspecto comunitário das ações coletivas (ALENCAR, 2005). A esse respeito, temos também o exemplo da organização do espaço nas Comunidades do Careiro da Várzea que tem seu fundamento na religiosidade, sendo que a religião católica prevalece como organizadora do lugar e fundadora da maioria das comunidades, porém, atualmente seguidores da igreja evangélica também estão se organizando e formando novas comunidades, ainda que no mesmo espaço onde já existem comunidades católicas (NOGUEIRA, 2005). As disputas nas comunidades do rio Cuieiras entre as religiões também ocorrem em algumas comunidades, porém o maior conflito reside nas disputas que envolvem indígenas e não indígenas que co-habitam uma mesma comunidade.

As entrevistas e observações que obtivemos durante a fase de campo permitem-nos aferir que umas das características que reforçam o sentimento de comunidade, além das inter-relações de parentesco entre famílias de comunidades distintas, são suas histórias em comum de migração para o lugar, acesso coletivo aos recursos naturais²⁰, mobilizações coletivas no sentido de defender o direito a morar no lugar, uma vez que algumas comunidades estão inseridas em uma unidade de Proteção Integral, o Parque Estadual do Rio Negro – setor sul, fato que vem gerando conflitos entre o poder público representado pelo ICMBio²¹ e as comunidades do rio Cuieiras, conforme veremos no capítulo terceiro.

²⁰ As comunidades do rio Cuieiras têm em sua organização espacial uma área, que é o núcleo demográfico, também chamado de sede, e habitações dispersas no entorno deste núcleo. De acordo com Cardoso e Semeghini (2009), os moradores que preferem viver isolados em relação ao núcleo populacional distinguem claramente unidade doméstica e comunidade. Fazer parte de uma comunidade significa estar “inscritos” em determinado centro comunitário, ter direito aos benefícios sociais, participar de atividades lúdicas, recreativas e religiosas. Porém, mesmo dispersos em relação ao centro comunitário, a maioria das famílias se identificam com alguma comunidade, uma vez que existem limites espaciais estabelecidos em comum acordo do uso dos recursos naturais. Membro de uma determinada comunidade pode explorar madeira, pescar ou caçar até os limites da sua comunidade. A quebra dessa regra significa divergências políticas em fóruns de discussões comunitárias, além do indivíduo “infrator” ficar “mal visto” por outros moradores da sua e de outras comunidades.

²¹ O ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2010), é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Foi criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a atribuição de realizar a gestão de 304 Unidades de Conservação (atualmente), propor a criação de novas áreas protegidas e apoiar aproximadamente 500 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a instituição ainda é responsável por definir e aplicar estratégias para recuperar o estado de conservação das espécies ameaçadas por meio dos Centros Especializados de Pesquisa e Conservação.

Para Claval (1999) comunidades podem ser interpretadas como pequenas unidades vividas, pois, na concepção deste autor, acrescenta um vivo sentimento do lugar, do território comunitário como patrimônio comum. Para Cohen (1985 apud ALENCAR, 2005, p. 83):

O conceito de comunidade possui um sentido relacional e remete não apenas ao aspecto material, mas também ao simbólico; remete a regras, valores e códigos morais e fornece elementos para a construção de um sentido de identidade aos seus membros. Sua ênfase é sobre o aspecto simbólico das fronteiras que constituem uma comunidade.

No caso das comunidades ribeirinhas que estão se constituindo, em sua maioria simultaneamente, este sentimento de identidade que reflete nos coletivos comunitários se impõe a partir da relação de alteridade com o outro e reafirmação de sua base territorial:

O índio ele não tem muito futuro na vida dele não, aqui porque eles têm essa escola, uma plantinha pra eles, aí já tá tudo bom, aqui porque eles já ver tudo bonito, né, aí eles querem ficar tudo só pra eles. Eles falam se ganharem vão tirar todos os brancos daqui, por isso que é a revolta do pessoal. Já que eles querem assim, porque eles não vão procurar uma comunidade indígena, como ali no Zé, lá só tem indígena (Sr. C., morador do rio Cuieiras).

A nova Canaã termina ali no lago Boa, o lago Boa faz parte daqui, pra lá já é Nova Esperança. A gente não pode ir pescar pra lá não e nem eles pra cá (Francisco, jovem morador da Com. Nova Canaã)

Como vimos, as comunidades são as formas de organizações sociais e territoriais que prevalecem no rio Cuieiras em suas múltiplas inter-relações de solidariedade e conflitos socioculturais, ambientais e étnicos, elementos que contribuem para o sentimento de pertencimento ao lugar à medida que esses habitantes, através de suas vivências e experiências, vão ressignificando-o atribuindo-lhe fortes sentimentos topofílicos e topofóbicos.

2.3 A DINÂMICA SOCIOECONOMICA E CULTURAL DAS COMUNIDADES DO RIO CUIEIRAS

Os moradores das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras se relacionam principalmente com a cidade de Manaus e Novo Airão. A distância das comunidades para a cidade de Novo Airão é aproximadamente à distância para o espaço urbano de Manaus se considerarmos o transporte em pequenas embarcações motorizadas com motores Hp 15, com duração de sete e oito horas.

Alguns moradores possuem familiares que moram em Novo Airão, assim como costumam ir a esta cidade em busca de serviços bancários e cartórios. Porém, conforme já salientamos, é com a cidade de Manaus que as relações são mais intensas e freqüentes. Da cidade de Manaus vem os serviços oferecidos para a educação, saúde, combustíveis para o transporte e fornecimento de energia, as mercadorias de diversos gêneros (vestuário, utensílios, eletrodomésticos, alimentícios, bebidas, etc.). Para Manaus vai a produção agrícola e extrativista (madeira, Farinha, espeto, frutas, etc.) destinada ao comércio, visando a geração de renda. Os serviços de cartórios, bancários e judiciários são realizados principalmente na cidade de Manaus.

As comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras, localizadas à margem esquerda do rio Negro e pertencente à jurisdição do município de Manaus não possuem serviços de energia elétrica 24 horas, uma vez que as comunidades estão isoladas e não fazem parte do sistema elétrico de energia de Manaus. Nesse sentido, as comunidades usam motores geradores de energia (ver fig. 11), combustível como o diesel e a gasolina, alguns próprios da comunidade e outros pertencentes às escolas municipais que atendem toda a comunidade.



Fig. 11: motor gerador de energia, com. São Sebastião. Mai./2010
Autor: Ricardo Cardoso.

O fornecimento de energia nessas comunidades ocorre no período das atividades escolares, com duração de oito horas, distribuídos da seguinte forma: duas horas no período matutino, duas horas no período vespertino e quatro horas no período noturno. O volume de combustível que cada comunidade recebe da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) para o fornecimento de energia depende do tipo de motor gerador e varia de 500 a 1000 litros mensalmente, sendo que em algumas comunidades as famílias costumam cooperar em forma de taxa para complementar o combustível destinado à oferta de energia na comunidade e, assim, ampliar o tempo do motor ligado aos finais de semanas quando tem os festejos e torneios de futebol comunitário.

A racionalização do uso de energia nas comunidades reflete no cotidiano dos habitantes. Ao anoitecer, cedo as famílias se recolhem para seus lares, jantam e dormem cedo. Por volta das 20:00 ou 21:00 horas, o silêncio impera no lugar, interrompido somente no espaço escolar, onde as atividades escolares vão até às 22:00 horas, e dia de culto nas igreja evangélicas. Acorda-se cedo para pescar, cultivar o roçado, cortar a madeira para fazer o espeto, afazeres domésticos e iniciar a rotina escolar (ver fig. 12).



Fig. 12: escola Mul. Rui Barbosa, Com. Nova Canaã. Mai./2010
Autor: Ricardo Cardoso.

Algumas famílias, principalmente as que moram dispersas em relação ao núcleo comunitário, possuem motores geradores de energia próprios com potência suficiente para atender somente a demanda de energia da casa. A energia é usada principalmente para manter regularmente o refrigerador ligado e conservar os alimentos, assistir televisão à noite, principalmente filmes em DVDs e músicas populares. Ressalta-se a influência dos programas televisivos e musicais no comportamento dos jovens das comunidades, suas preferências musicais, vestuários e linguagens lembram o perfil dos jovens do espaço urbano de Manaus.

Os serviços postais são inexistentes nas comunidades. Geralmente, as famílias utilizam endereços de familiares e amigos que possuem residência no espaço urbano de Manaus para as correspondências. A comunicação por telefone fixo ou móvel também é inexistente, exceção comunidade de São Sebastião (ver fig. 13) que possui telefonia fixa via satélite, uma vez que a área correspondente ao rio Cuieiras não faz parte da cobertura das telefonias que prestam serviços no estado do Amazonas.



Fig. 13: antena telefônica via satélite, com, São Sebastião. Jan./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

O sistema de telefonia que atende a Comunidade de São Sebastião e as outras é via Embratel, onde o serviço de comunicação é por satélite e obtenção de energia via solar. Este serviço foi conseguido para a comunidade depois de muita insistência das lideranças e comunitários locais, porém sofre constantes interrupções em razão da ausência de uma equipe de manutenção permanente, sendo que os comunitários geralmente fazem uso do telefone fixo do posto de saúde da comunidade que funciona à bateria.

As formas de comunicações descritas acima acabam sendo as únicas alternativas, visando uma comunicação mais rápida com a cidade de Manaus em casos de emergência, como, por exemplo, a necessidade de se comunicar com equipes de saúde para solicitar atendimento de transporte para o deslocamento para o centro com melhores condições de atender os casos mais graves, assim como os serviços do corpo de bombeiro²².

²² No dia 24 de maio de 2009, um jovem de 21 anos, da comunidade de Nova Canaã, que sofria de Epilepsia, morreu afogado nas proximidades da comunidade, os comunitários tiveram imensa dificuldade para se comunicar com o serviço de bombeiro. O corpo do jovem, desaparecido desde às 16:00 horas, foi resgatado somente a uma hora da manhã do dia seguinte, graças à ação solidária de familiares e amigos que improvisaram uma varredura no fundo do rio com anzóis grandes, puxados por motor HP 15. O jovem foi enterrado no cemitério da comunidade vizinha, Nova Esperança, e até hoje seu óbito ainda não foi oficializado nos órgãos responsáveis pelo serviço na cidade de Manaus.

2.3.1 SAÚDE: A MALÁRIA DESPERTANDO SENTIMENTOS TOPOFÓBICOS

Assim como nos meios de comunicação, São Sebastião também é a comunidade que possui um posto de saúde (ver fig. 14) que acaba atendendo todas as comunidades do rio Cuieiras, enquanto que o posto de saúde da comunidade de Três Unidos é mais restrito aos comunitários dessa comunidade. A equipe de saúde conta com uma enfermeira, uma agente comunitária de saúde²³ e um médico clínico que se desloca de Manaus uma vez por mês para atender a população local.



Fig. 14: Posto de saúde, com, São Sebastião. Jan./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

Entre os problemas de saúde mais recorrentes nas comunidades, a malária é sem dúvida o maior problema sanitário, uma vez que a área faz parte do mapa de maior ocorrência dessa doença. No período da vazante do rio (entre os meses de julho a novembro), de acordo com os moradores, a incidência de malária aumenta em razão das descidas das águas, deixando poços de águas no solo exposto, após baixar o nível do rio, locais onde os mosquitos, entre eles os transmissores da malária, do gênero *Anopheles* depositam os ovos, proliferando e vitimando os habitantes das comunidades.

²³ Cada comunidade possui um agente comunitário de saúde, com exceção de Nova Canaã, pertencente à sua comunidade que faz visitas regularmente às famílias, prestando serviços de orientação preventiva e atualização de históricos clínicos.

Até o ano de 2009, a Comunidade de Três Unidos era a única que tinha em seu posto de saúde equipamentos para o diagnóstico da malária. Em 2010, São Sebastião também passou a ter equipamentos e realizar diagnósticos de malária e disponibilizar medicamentos para o combate a esta doença. Os comunitários revelam que existem exemplos de pessoas que já tiveram mais de 10 casos de malária ao longo do tempo que moram no lugar, existindo casos em que aulas são interrompidas em razão da quase totalidade de alunos terem contraído malária e ficarem sem condições de render nas aulas. Observe o comentário de uma moradora:

Moro aqui nessa beira de rio faz quatro anos, quer dizer, né, aqui nos Cuieiras, eu nasci, só que eu sair da minha casa que ficava no tucunaré por detrás de São Sebastião. Lá dava muita malária, vixe ali é impestado dessa doença, peguei malária bem umas sete vez lá, sofri muito, olha, hoje já tô acostumada, mas não quero ir mais morar ali não, prefiro aqui mermo, aqui ainda não peguei nenhuma, só meu filho, mas acho que foi noutro lugar (Sra. Fátima, Comunidade de São Sebastião).

A malária é sem dúvida um dos maiores problemas que assola as comunidades, mais intensamente em algumas (São Sebastião, Barreirinha, Três Unidos), sendo causas tofóbicas de alguns moradores em relação ao lugar. O indivíduo vítima de malária fica completamente indisposto para o trabalho e estudo, sendo que algumas famílias evitam morar em alguns espaços da sua comunidade, ou até mesmo em outra comunidade, onde a incidência é maior.

2.3.2 A EDUCAÇÃO: RUPTURAS ENTRE AS GERAÇÕES

A educação no cotidiano dos habitantes do rio Cuieiras tem um papel importante na rede de relações que se estendem a todos os membros da comunidade. Como citamos anteriormente, da escola depende a oferta de energia, da escola vem a renda de algumas famílias (professores, serviços gerais, merendeira e condutores de barco), da escola vem a merenda, dieta complementar para a maioria das crianças. É comum a redução drástica da frequência de alunos no período em que a escola não tem merenda para oferecer para estes, fato que também é bastante frequente.



Fig. 15: merenda escolar, com. São Sebastião. Ago./2007.
Autor: Ricardo Cardoso.

Até o ano de 2007, todas as comunidades, exceção a comunidade de Barreirinha, ofertavam para seus comunitários somente o ensino fundamental, infantil e de 1º ao 5º anos, tendo no quadro de professores somente uma professora por escola, funcionando em classes multisseriadas. Em 2009, a escola de Boa Esperança foi desativada devido a conflitos internos, envolvendo famílias indígenas e não indígenas, sendo que os alunos dessa comunidade tiveram que ser atendidos pela Comunidade de Nova Canaã e algumas não estão freqüentando nenhuma escola em razão de decisões políticas dos pais²⁴.

Resultado de reivindicações de famílias indígenas, em 2007, a educação indígena (ver fig. 16) foi implementada nas comunidades de Nova Canaã, Nova Esperança e Boa Esperança (porém, esta hoje desativada) e Três Unidos. Professores indígenas de Nova Esperança e Nova Canaã falam e ensinam a língua geral (Ñheengatu) e dividem o espaço escolar com professores do ensino regular, enquanto que na Comunidade de Três Unidos, cuja língua é a Kambeba, dois

²⁴ No caso das famílias indígenas de Boa Esperança não permitem que seus filhos freqüentem escola de outras comunidades com o objetivo de pressionar a prefeitura a reativar a escola da comunidade e entregar sua gestão para os indígenas e implementar a educação indígena, porém a prefeitura municipal de Manaus, ou seja, o Distrito rural da SEMED, alega insuficiência de alunos para reativar a escola.

professores indígenas moradores da comunidade se encarregam do ensino indígena e regular.

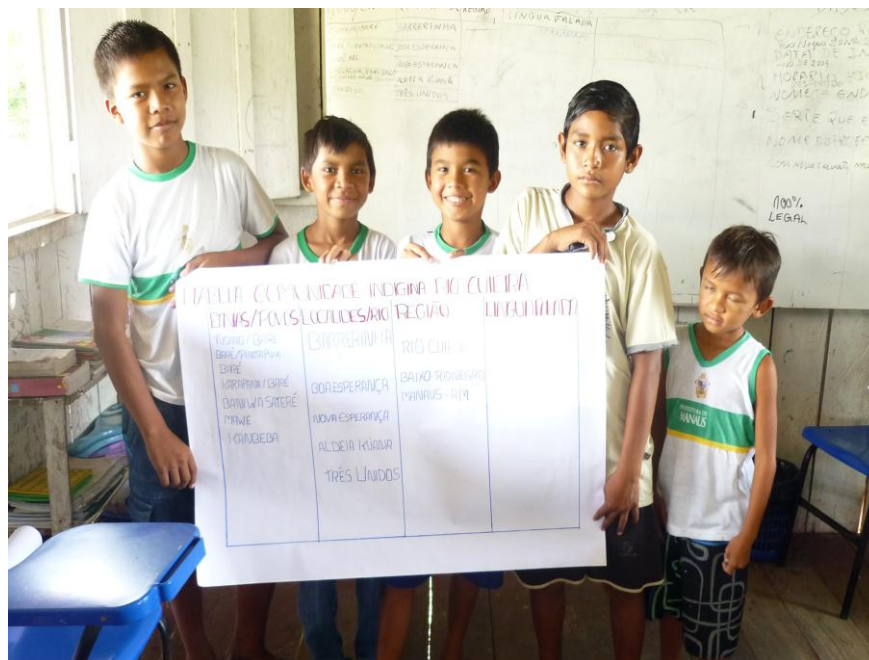


Fig. 16: alunos indígenas, com. Nova Canaã. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Em junho de 2007, a prefeitura municipal de Manaus implementou no espaço rural o Projeto “Itinerante”, dividindo-o em polos compostos por três comunidades próximas cada um, com o objetivo de oferecer o ensino Fundamental do 6º ao 9º anos, por módulos concentrados das disciplinas escolares²⁵, uma conquista das comunidades que reivindicavam esse serviços como prioridade na intenção de possibilitar ao seus filhos a continuidade ao estudo sem a necessidade de se deslocar para a cidade de Manaus.

Em 92 [ano de 1992] eu fiz um requerimento pra fazer a escola de alvenaria, um bote canoa grande, eu sempre ia reivindicar com o prefeito, já por Manaus, em 96 [1996] passou aqui pra Manaus. Eu achei especial, a escola funcionou com um grupo de professores do itinerante, foi pra mim um prazer. É o que eu sempre digo, gastei meu tempo, nunca ganhei nada, buscando as melhorias da comunidade... meus filhos, minhas filhas estudaram aqui, hoje não preciso já mandar meus filhas na 5ª série já pra

²⁵ O projeto “Itinerante” implementado pelo Distrito Rural da SEMED-Manaus estabelece um rodízio entre as disciplinas, distribuídas em módulos, sendo que cada comunidade recebe três professores num período de três meses aproximadamente. Ao encerrar o módulo, a equipe de professores é redistribuída nas comunidades do respectivo pólo, ao final do período escolar se completa o rodízio. De acordo com a coordenação do Distrito rural da SEMED, este sistema de ensino se enquadra melhor na realidade rural de Manaus, em razões de comunidades dispersas pelas margens do rio e reduzido número de alunos por classe, não atingindo 20 alunos por turma.

Manaus, naquela época tinha que ir pra Manaus buscar matrícula, mas hoje não, hoje tá ótimo (Sr. Miguel Rodrigues, morador da Comunidade de Nova Canaã).

O calendário escolar das comunidades do rio Cuieiras é considerado especial, iniciando no mês de Janeiro e finalizando no mês de Novembro, uma vez que boa parte dos alunos utilizam o transporte fluvial (ver fig. 17) e, no período máximo da enchente (novembro e dezembro) fica inviável a navegabilidade em alguns trechos do rio, comprometendo o deslocamento dos alunos.



Fig. 17: transporte escolar no rio Cuieiras. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

As pequenas escolas de madeiras, sendo que algumas existem desde o surgimento da comunidade, são consideradas referências importantes nesses lugares, pois fazem parte da sua história. Com a implementação do projeto “Itinerante”, em 2007, as escolas que oferecem este projeto (São Sebastião e Nova Canaã) foram reformadas, sendo substituídas por escolas de alvenarias (ver fig. 18). No caso da Comunidade de Nova Canaã, a escola mais antiga de alvenaria foi destinada para a Educação indígena.



Fig. 18: escola pública, com. de São Sebastião. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

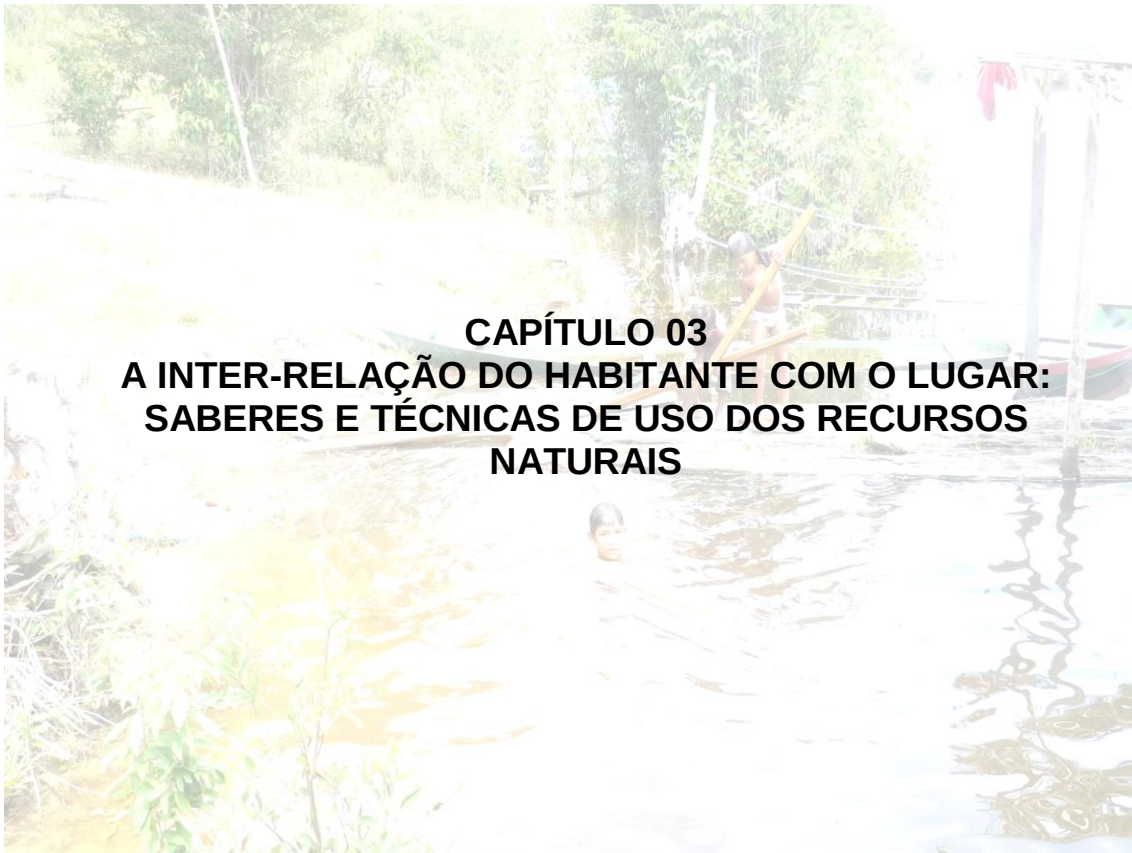
As mudanças na área educacional que vêm ocorrendo nas maiores comunidades do rio Cuieiras estão colaborando para a permanência dos jovens que antes dessas mudanças, ao término do 5º ano (antiga 4ª série), paravam de estudar ou migravam para a cidade de Manaus com o objetivo de continuar os estudos. Este quadro refletiu no alto índice de analfabetismo, que se verificou na área de estudo, entre os adultos e migração de jovens para a área urbana, fato que confirma as observações de Cardoso (2008) quando este afirma que a população é composta basicamente por adultos e idosos, com poucos jovens e crianças.

As observações de campo e depoimentos de moradores apontam para a transferência da descontinuidade do ensino regular fundamental para o ensino médio, uma vez que formadas as turmas do ensino fundamental, a demanda pelo nível médio obrigará as famílias a transferir seus filhos para a cidade, fato que gera descontentamento, pois falta recursos para manutenção dos seus filhos na cidade, além do receio da exposição dos filhos à marginalidade e prostituição urbana.

Outro fato referente às mudanças na área educacional no Rio Cuieiras são as rupturas, no que se refere à transmissão de saberes, uma vez que novas formas de aprendizado, e não somente aquela repassada no seio da família e da comunidade, passam a influenciar no forma como os jovens percebem o lugar.

Como vimos, através das percepções dos habitantes do rio Cuieiras, suas histórias a respeito das comunidades, seus lugares de vida, sua organização

socioeconômica é resultado também de uma cultura que exprime também em relações simbólicas e se expressa espacialmente, é a posse do lugar que se dá também a partir de inter-relações e técnicas de uso dos recursos disponíveis neste ambiente natural.



3 A INTER-RELAÇÃO DO HABITANTE COM O LUGAR: SABERES E TÉCNICAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS

Os homens tiram de seu ambiente aquilo que eles têm necessidade. Eles procedem pela coleta (o que supõem que eles reconheçam, entre as dezenas ou centenas de espécies, aquelas que são nutritivas, aquelas que são venenosas, aquelas que fornecem fibras, etc.), pela pesca ou pela caça (o que implica um inventário detalhado da fauna terrestre ou aquática), pelo pastoreio (que se baseia na domesticação de uma ou várias espécies animais, no conhecimento de suas necessidades alimentares, seus deslocamentos necessários para aproveitar as áreas de pastagens nos momentos mais favoráveis e no recurso ao fogo para aumentar ou regenerar as zonas de percurso) e pela agricultura. Neste último caso, os grupos aprenderam a cultivar, a conservar e a consumir certas espécies. Antes de semear ou de plantar, eles preparam as terras utilizando recursos freqüentemente complexos (CLAVAL, 2007, p. 101).

Na relação que o homem constrói com a natureza existe um diálogo permanente, construído no dia-a-dia. Conforme explica a epígrafe, o indivíduo age sobre a natureza inicialmente para atender suas necessidades materiais e existenciais. A mediação tecnológica é parte essencial no que se refere ao domínio da natureza e agimos sobre ela conforme os valores que recebemos ao longo da vida (CLAVAL, 1999), dotando-a de diferenças e significados.

O conjunto de habitantes que vivem no rio Cuieiras é formado por agricultores, caçadores, pescadores, extrativistas de variadas madeiras, artesãos, etc., sendo que estes habitantes costumam combinar simultaneamente algumas dessas atividades para garantir sua reprodução material e existencial. Suas relações de interação, seja de cooperação e/ou conflitos, com o seu ambiente natural foram entendidos neste trabalho de pesquisa como reflexo de uma dinamicidade cultural, resultado de um determinado conjunto de valores, que vem sendo transmitido de gerações a gerações, e percepções que orientam as ações destes sobre seu ambiente de vida.

3.1 O uso da floresta, da terra e da água: conflito de saberes

Um primeiro ponto que devemos destacar na relação que envolve os habitantes do rio Cuieiras e o seu entorno é a sua potencialidade para fazer uso dos recursos naturais envolventes, ainda que a paisagem revele um espaço pouco alterado. A afirmação feita por inúmeros pesquisadores que estudam o modo de vida ribeirinho na Amazônia enaltece a capacidade que estes indivíduos têm para trabalhar a terra, a floresta e o água na Amazônia²⁶. Seus saberes minuciosos sobre o seu meio de vida, conhecimentos etnobotânicos e etnozoológicos, são ainda compartilhados por uma maioria, fato que não ocorre mais nos espaços urbanos, haja vista que os saberes nestes lugares, segundo Claval (1999), são cada vez mais restritos a especialistas.

A respeito da polivalência do homem amazônico, o sociólogo Antônio Witkoski destaca bem a multifuncionalidade como característica básica do camponês amazônico em sua relação com o ambiente quando salienta que *“há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais – que passam de geração a geração por via oral”* (2007, p. 163). Auxiliados por suas percepções e experiências, esses homens e mulheres vão tomando consciência dos ciclos naturais que os envolvem, interagindo e construindo suas vidas.

Entre os ciclos naturais que mais interfere no cotidiano dos habitantes do rio Cuieiras, o processo de enchente e vazante assume uma dimensão importante à medida que as atividades voltadas para a subsistência e geração de renda dos moradores estão vinculadas a este fenômeno natural. A esse respeito, observemos a revelação de um morador do lugar:

Bem, aqui nesse lugar, a gente tem que ter paciência com tudo, né, veja como é, quando o rio tá cheio, isso já pra meado de abril, maio, aqui a gente não tem quase o peixe, né, fica escasso, o rio tá grande, aí eles ficam mais é no igapó. Nesse tempo, a gente tem que escapar na roça que dá pra plantar aí o ano inteiro e na caça, né, pegar uma paca, uma cutia que nessa época é fácil de pegar, esse bichos vão todo pra beirada (Sr. João, morador da Comunidade de Barreirinha)

²⁶ Entre os pesquisadores que estudam o modo de vida ribeirinho na atualidade, muitos afirmam a capacidade desses habitantes das margens dos rios da Amazônia de combinar as diversas atividades (caça, pesca, extrativismo, agricultura entre outras) como forma de atender suas necessidades produtivas, dentre os quais destacamos Cruz (2007), NOGUEIRA (2001), Witkoski (2007) e Fraxe (2000).

O rio Cuieiras está subordinado ao processo de enchente e vazante do rio Negro. De acordo com Cardoso:

O período de cheia do Rio Negro vai de maio a julho, sendo junho o mês que o Rio Negro alcança sua cota máxima, em torno de 2.800 cm. O período seco vai do fim de setembro até o início de janeiro. O mês com a menor cota foi novembro, com uma média de 1.854 cm. O clima dominante é tropical-chuvoso com temperatura em torno de 26° C (2008, p. 30).

Ainda de acordo com Cardoso (2008), a bacia do rio Cuieiras drena uma área total da ordem de 3.200 km². Os principais igarapés tributários formadores são: o rio Branquinho e os igarapés Goela, Tucunaré, Ambrósio, Cachoeira, Tucumã e Coanã. As características pluviométricas da bacia correspondem ao da cidade de Manaus, sendo o seguinte:

A precipitação anual média em uma estação pluviométrica na cidade de Manaus com uma longa série histórica para o período de 1901 a 2003 foi de 2.072,7 ± 393,9 mm. O período chuvoso vai de janeiro a abril, sendo março e abril os meses mais chuvosos, com médias de 294,7 e 289 mm. O período seco vai de junho a setembro, sendo o pico da estação seca o mês de agosto, com média de 63,3 mm.

Na concepção dos moradores do rio Cuieiras, o período de “subida” das águas é a época da enchente e , posteriormente, cheia, tempo de caça como compensação para a diminuição da oferta de peixes. O período que corresponde à “descida” das águas marca a época da vazante e posteriormente, “seca”, período de fartura para os moradores no que se refere à pesca, sendo também o tempo de dedicação à agricultura²⁷.

No começo da seca, deu muita caça, agora aí não, né, porque ficou muito seco , fica muito longe pra ir caçar. Então, enchente e vazante pra mim tanto faz, né, a vantagem da enchente porque fica mais fácil pra andar na mata, caça também. Já na seca ficou bom também por causa do peixe, dá muito peixe aí, só fica ruim por causa do igarapé, pra pegar peixe tem que ir pra longe a pé (Evandro, morador da Comunidade de Nova Canaã).

²⁷ Alguns autores também costumam dividir as estações do ano na Amazônia como resultado de dois períodos distintos: a fase de “inverno” (meses de chuva) e a fase de “verão” (meses de estiagem na região. Segundo Sioli (1991 apud CAMPOS, 2008, p. 48), “os meses com chuvas copiosas correspondem ao inverno amazônico e os meses secos ao verão”. Nesse sentido, na região da qual faz parte o rio Cuieiras, o período das chuvas, ou seja, o “inverno”, tem início no mês de dezembro, se estendendo até o mês de maio, enquanto que o “verão” tem início no mês junho, quando finaliza a enchente do rio Cuieiras, se estendendo até novembro.

Eu gosto da época da cheia porque quando seca tem aquela dificuldade de se locomover de lá pra cá, a distância, aí seca tudo... já no tempo da seca fica mais fácil pro peixe, né, e no tempo da cheia fica difícil pra pesca aqui, só entrando nesse igapó aí pra dentro (Amildo Garrido, 29 anos, morador da Comunidade Nova Esperança).

O ciclo hidrológico e a dinâmica sazonal das águas são elementos que estão peculiarmente impregnados no cotidiano dos habitantes em suas relações com o ambiente natural. A partir da percepção sobre a repercussão deste fenômeno, os moradores estabelecem as classificações dos espaços vividos e experienciados, assim como relacionam a temporalidade ao processo de mudança dos níveis das águas dos rios.

No que se refere à classificação dos espaços percebidos e vividos da área foco do estudo, em seu trabalho recente de dissertação, Campos destacou a capacidade que os habitantes do rio Cuieiras, que praticam a caça, têm de identificar e distinguir os espaços que compõem a paisagem do lugar. Segundo esta autora:

Os caçadores do Rio Cuieiras percebem, identificam e nomeiam 17 unidades de paisagens relacionadas a ocorrência da fauna cinegética utilizando critérios como a variação topográfica, aspectos hidrográfico, distúrbios ambientais, tipos de solo e tipos de vegetação: roça, capoeira baixa, capoeira alta, sítio, mata alta, mata baixa, campina, patauazal, buritizal, palhau, restinga, caatinga, igapó, beira do rio, praia, rio e igarapé (CAMPOS, 2008, 42).

Nesse sentido, observa-se o papel da dinâmica das águas na composição da paisagem para os habitantes do lugar, fato que reafirma claramente a hipótese que na escala do vivido o lugar não aparece como um todo homogêneo, mas sim apreendido em suas diferenciações micro-espaciais e temporais.



Fig. 19: paisagem do rio Cuieiras na vazante. Dez./2009.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 20: paisagem do rio Cuieiras na enchente. Mai./2009.
Autor: Ricardo Cardoso

A percepção das múltiplas faces espaciais e temporais do lugar, somada aos saberes transmitidos ao longo da sua existência, faz com que os habitantes do rio Cuieiras diversifiquem suas atividades produtivas, destacando-se a caça, a pesca, a agricultura, artesanato e extrativismo voltado para a exploração de madeira, visando principalmente a comercialização com a cidade de Manaus, fato que vem gerando conflitos no lugar, uma vez que a área também está no mapa das Unidades de Conservação de Proteção integral e sustentável.

3.1.1 O ROÇADO: “AQUI SE PLANTA O ANO INTEIRO”

Witkoski (2007) afirma que quanto maior for o tempo de fixação de uma população em um determinado ambiente, maior o grau de adaptabilidade dessa população às pressões ambientais. Entendemos por adaptabilidade o diálogo permanente que homem constrói com o meio em relações de interações e conflitos, diálogo que se dá para além das mudanças físicas ou biológicas, mas também relação do corpo com o seu entorno, através dos sentidos que percebem e mediam a relação homem/meio.

Quando direcionamos nossas investigações para os habitantes que vivem às margens do rio Cuieiras, inevitavelmente o histórico de ocupação recente das famílias que atualmente habitam o lugar leva-nos a concluir que apesar do período relativamente curto de vivência com este ambiente natural, estes moradores já consolidaram formas específicas em sua organização territorial, onde a agricultura, principalmente a prática do roçado, é uma das suas expressões espaciais visível na paisagem.

O espaço da roça, a prática do roçado, salienta Cardoso e Semeghini (2009, p. 40), *“constitui-se como espaço por excelência da agricultura na Amazônia e, no rio Cuieiras, não poderia ser diferente”*. A agricultura realizada no Cuieiras, através da roça, principalmente da mandioca para produção de farinha, representa uma parcela importante da subsistência local e, em menor escala, geração de renda.

No rio Cuieiras, a prática agrícola ocorre na terra alta ou terra firme, onde os espaços selecionados para a roça geralmente é o fundo dos terrenos, ou seja, espaço localizado entre as propriedades domésticas e a floresta (ver fig. 21) e espaços distantes da comunidade central, geralmente identificados pelos moradores como sítios²⁸ (ver fig. 22).

²⁸ De acordo com Cardoso (2008), os sítios são espaços localizados nas imediações das residências, construídos nos primeiros momentos de implantação da residência, enriquecidos com o cultivo de árvores frutíferas. No caso dos sítios no rio Cuieiras, alguns moradores possuem terreno em áreas distantes da comunidade onde se localiza sua residência, costumeiramente atribuindo a esses lugares a função de sítio, onde é praticada a roça e outros cultivos ao longo do ano.



Fig. 21: roça de mandioca, com. de Nova Canaã. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 22: roçado de mandioca em sítio, com. de São Sebastião. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

A realização das práticas agrícolas em área de terra firme constitui um fator que os agricultores locais costumam citar como vantajoso pelo fato de permitir o trabalho da terra o ano inteiro, uma vez que se trata de áreas não inundáveis pelas águas mesmo no período máximo da cheia. Por outro lado, os moradores citam as condições empobrecidas da qualidade do solo como fator limitante ao aumento e diversificação da produção, conforme aponta o seguinte agricultor:

Aqui, pra essa terra, algumas plantas é boa, pra outras não é muito boa: pra banana, maniva é boa, pra outras não, tem muito areia, é arisca. Então, às vezes você quer plantar uma outra planta, não pode, né, não chega nem a nascer, o mato toma de conta (Sr. José Gonçalves, morador da comunidade de Boa Esperança)

Em relação à fertilidade do solo local, alguns agricultores citam que é possível encontrar áreas com um grau maior de fertilidade, onde o cultivo é de melhor qualidade. Um exemplo é a ocorrência da terra preta indígena (TPI) em algumas áreas, bastante aproveitada pelos indígenas e não indígenas. Neste caso, segundo o levantamento feito por Cardoso (2008), tem-se o exemplo da mandioca, onde percebe-se que algumas variedades crescem mais rápido nesta terra do que em relação ao barro e ao areiusco e é possível realizar até três replantes e ter uma maior produção.

Cardoso elaborou uma tabela relacionando os tipos de solo com as principais plantas cultivadas. Observemos a tabela abaixo:

Tabela 02 – principais plantas cultivadas

Tipos de solo	Principais plantas cultivadas	
	Dá bem	Não dá bem
Terra Preta	Mandioca, abacaxi, banana, cará, batata doce, cana, pimentas, feijão de praia, frutíferas e palmeiras em geral	-
Barro	Mandioca, cará, batata doce, abacaxi, banana, cubiu, açai-do-pará, pupunha, pimenta	Melancia, cana, caju, feijão de praia
Areiusco	Mandioca, caju, abacaxi, tucumã, pupunha, piment.a	Banana, melancia, gerimum, cana, cubiu, feijão de praia, laranja, limão

Fonte: Cardoso (2008).

A escolha de um lugar para o cultivo agrícola depende também de prévia autorização da liderança comunitária, identificada e reconhecida pelos moradores como presidente da comunidade, geralmente um membro experiente e que mora a bastante tempo na comunidade.

Não há dúvida que o cultivo da mandioca seja a principal atividade agrícola praticada entre agricultores e agricultoras do lugar. “o mandiocal é a roça

desses habitantes”, constituindo-se num espaço rico em significados socioculturais, conforme aponta Cardoso:

No rio Cuieiras, assim como em todo rio Negro, a roça é o principal espaço cultivado e a mandioca brava a sua planta estruturadora. Este espaço deve ser visto como parte de um sistema agrícola mais amplo, integrado à floresta, aos quintais e a outros locais próprios para o cultivo. A roça é o *locus* de manutenção da diversidade agrícola. Deve-se, também, considerar que a implantação de uma roça possui significados culturais profundos produzidos dos estreitos laços entre a agricultura e as plantas (2009, p. 40).

A força do trabalho que se volta para a roça, no rio Cuieiras, envolve geralmente todos os membros da família, dependendo do momento do cultivo. Nesse sentido, a fase de escolha da área de cultivo, derrubada e queima são atividades desenvolvidas pelos homens, podendo ser individual ou até mesmo através do mutirão, o ajuri, conhecido também pelo termo de “*puxirum*” (ver fig. 23). O período de cultivo e colheita envolve geralmente uma ação combinada do casal, podendo incluir também a participação dos filhos.



Fig. 23: prática do mutirão para plantação no rio Cuieiras. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

O período de derrubada e queima para o cultivo da mandioca é bem relatada por um morador da Comunidade de Nova Esperança:

Primeiro você derruba a mata, aí deixa passar uma, duas semanas, pra secar, pra poder tacar fogo, aí depois deixa passar dois dias assim, pegar um pouco de chuva, molhou, aí já dá pra plantar. Depois que planta, tem mandioca que com seis mês já dá pra tirar e tem mandioca de um ano...esse de seis mês não pode deixar passar mais porque aí apodrece, né, fica agoada. Só não pode misturar as de um ano com as mandiocas de seis mês, aí você divide o roçado, metade da roca fica a mandioca de um ano, a outra fica de seis mês...depois que planta nesse roçado, outro ano já não nasce bem, aí tem que fazer um outro roçado... quando você vai fazer a farinha, deixa a mandioca um ou dois dias de molho. Ai a depois a gente descasca e raspa a mandioca, né, faz a farinha, separa para fazer o tucupi e a tapioca (Amildo, Nova Esperança).



Fig. 24: derrubada da cobertura vegetal para a queima, rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Conforme o relato do agricultor Amildo, da comunidade indígena de Nova Esperança, se sobressai dois tipos de mandioca, diferenciadas pelo ciclo reprodutivo e qualidade propriamente dita²⁹. Ressalta-se também que durante a fase de plantio, os agricultores diversificam este plantio, inserido outras espécies, como a macaxeira, cará, batata-doce e árvores frutíferas, objetivando o complemento da produção agrícola e preparo do espaço da roça para a atração futura de potenciais caças de animais silvícolas que fazem parte da dieta alimentar dos habitantes do lugar.

No que se refere à organização do espaço da roça para a produção, destaca-se a casa de farinha (ver fig. 25), que pode ser individual por família ou

²⁹ De acordo com os moradores entrevistados, a maniva que após o plantio demora seis meses para atingir o amadurecimento se diferencia da maniva que atinge o amadurecimento de um ano pela forma, (atinge menos altura e possui folhas mais esverdeadas) e pelo fato de não possibilitar o uso da mandioca para a produção de goma, tucupi, tapioca, sendo limitada à produção de farinha.

coletiva, quando a casa de farinha é construída a partir da mobilização comunitária ou doada pelo poder público ou por particulares.



Fig. 25: casa de farinha, com. Nova Esperança. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento das atividades agrícolas são manuais, como o terçado, enxada, machado, moto-serras (esporadicamente), paneiros, aturás, forno, boca de lobo, entre outros. Somam-se a esses instrumentos, caixotes feitos de madeira, utilizados como recipiente para deixar de molho a mandioca, antes de ir ao forno para assar e produzir a farinha.

No rio Cuieiras, percebe-se que a prática do roçado, voltado principalmente para a produção de farinha a partir da mandioca constitui uma fonte nutricional importante para os habitantes. Da mandioca vem a farinha, gênero alimentício considerado fundamental no cardápio dos moradores, a tapioca (ver fig. 26), o Tucupi, a goma e o beiju . Parte dessa produção é para o próprio consumo familiar, enquanto outra parte é destinada para o comércio, geralmente entre os próprios comunitários, sendo bastante reduzido o número de famílias que conseguem produzir farinha com quantidade suficiente para o comércio na cidade de Manaus.

A gente sempre vende uma parte da produção aqui pros vizinhos mesmo, né, por exemplo, nesse ano eu produzi dez saco de farinha vendi por

R\$90,00 o saco da farinha (Evandro, morador da Comunidade de Nova Canaã).



Fig. 26: produção de tapioca, com. Nova Canaã. Abr./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Um morador antigo da Comunidade de São Sebastião lembra, com saudosismo em seu relato, que o lugar já foi em outro período referência de produção “boa” de farinha que atendia ao comércio de Manaus, principalmente os comerciantes no bairro da Compensa, na cidade de Manaus. A esse respeito, relata-se o seguinte:

Aqui a farinha do Cuieiras era conhecida, todo comerciante comprava lá na Compensa, vendia muito. No dia que esse pessoal fazer faria e vender aqui no cuieiras, aí vai ser outra vida, porque é o seguinte a roça, todo cara que tem a roça, ele tem a casa farta, a roça ela dá a tapioca, dá a goma, dá a farinha, ela dá o beiju, dá o bolo que você faz e seus derivados, tem o tucupi e o povo que não planta, mas ele pescador traz o peixe pra vender pro cara pra poder comprar a farinha, aí fica a subsistência estabilizada” (Sr. José Messa, morador da Comunidade de São Sebastião)

A fala do Sr. José Messa evidencia a combinação de atividades produtivas que ocorre entre os moradores em relações de trocas mútuas. Isto ocorre em razão da prioridade que cada família, ou até mesmo cada comunidade³⁰, direciona para determinada atividade em detrimento de outra. A esse respeito,

³⁰ Na Comunidade indígena de Nova Esperança, a maioria da família se envolve com a produção de artesanato, visando a comercialização para turistas, havendo apenas quatro famílias que desenvolve a agricultura na comunidade.

Cardoso (2008), constatou que 20% das famílias produzem farinha como principal produto para a comercialização e consumo interno. Outro fator é o tempo de duração do ciclo de cultivo da mandioca e produção da farinha, ultrapassando geralmente um ano, sendo necessário o envolvimento do agricultor em outras atividades, enquanto a roça amadurece e propicia o início da produção da farinha e outros gêneros.

De acordo com os moradores que foram entrevistados, o ano de 2007 representou o início de um período de mudanças significativas para a produção agrícola no rio Cuieiras. Com a intensificação da fiscalização do Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA), e depois Instituto Chico Mendes (ICMbio), para coibir o extrativismo de madeira e seu escoamento para comercialização na cidade de Manaus neste rio e adjacência, uma vez que Unidades de Conservação de proteção integral e sustentável se sobrepõe às comunidades, houve uma migração de muitas famílias que trabalhavam preferencialmente com o extrativismo para o plantio de roça.

O exemplo significativo que temos, observado nas atividades de campo, é o caso da Comunidade de Nova Canaã, onde, atualmente, do total de 26 famílias existentes na comunidade, 15 desenvolvem o plantio de roça, sendo que anterior ao ano de 2007 apenas a metade dessas famílias aproximadamente se dedicavam à prática agrícola. Está ocorrendo neste momento no rio Cuieiras uma reversão das atividades produtivas, com a diminuição das atividades extrativistas, através da exploração da madeira para a construção civil e, conseqüentemente, o aumento das atividades agrícolas, expressa na adesão de famílias a esta atividade.

3.1.2 O ESPAÇO DA ÁGUA: A PESCA

O uso do rio para a pesca e da floresta para a caça no rio Cuieiras representam as atividades que expõem mais claramente a geograficidade dos habitantes com o seu lugar. A caça e a pesca são atividades complementares, indissociáveis, no cotidiano de ribeirinhos e indígenas, profundamente vinculadas ao ciclo das águas.

Ao estabelecer uma analogia entre o uso da floresta e do rio na vida do camponês amazônico que habita áreas de várzeas, Witkoski (2007) afirmou não haver dúvidas a respeito da floresta como espaço menos trabalhado pela família camponesa, porém não negando a relevância da floresta para a subsistência destes camponeses. No rio Cuieiras, percebemos que fica mais difícil estabelecer uma hierarquia de importância entre o uso da água e da floresta na vida dos habitantes, Uma vez que, dependendo do período do ano, em razão das mudanças sazonais das águas, no que se refere à caça e a pesca, uma atividade passa a ser priorizada em detrimento da outra.

No começo da seca, deu muita caça, agora aí não, né, porque ficou muito seco, fica muito longe pra ir caçar”. Aí quando tá secando, isso lá pra setembro já, é época de peixe grande, você vai pescar nesses igarapé aí, até mesmo pertinho daqui, você pega aqueles tucunaré grandão, muito peixe, da muito peixe aí, só fica ruim por causa do igarapé, pra pegar peixe tem que ir pra longe a pé (Evandro, morador da Comunidade de Nova Canaã).

A respeito da qualidade do rio Cuieiras³¹, e seus afluentes, para a prática da pesca, a percepção de alguns pescadores sobre a pesca neste rio aponta para uma posição de “compreensão” em relação à generosidade da natureza, o que difere da visão criada sobre os “rios da fome”, pois estes citam sempre que o período da escassez do peixe é recompensado pelo aumento da oferta da caça.

Olha, quando cheguei aqui nesse rio, rapaz, era muito bom, peixe tinha os rolos, pegava aí na frente mesmo, nem precisa ir pra longe não. Eu nunca reclamei daqui não, olha que vim lá do Solimões, você sabe, né, pra essas bandas peixe tem demais, vixe, mas aqui é diferente, pelo tempo que vivo aqui, meu irmão, você precisa se acostumar porque aqui tem época que a fartura de peixe é muito boa, sabe como é, né, todo mundo pesca à vontade, mas quando o rio tá cheio, aí a gente tem que correr pra caça, pegar uma paquinha, uma cutia aí nesse mato pra dentro ou então ir agüentando como pode com comida que a gente compra no vizinho, né, uma conserva, ovo de galinha, mas vai levando até chegar de novo a época do tucunaré, aí é aquela festa [risos] (Sr. Gonçalves, morador da Comunidade de Boa esperança).

³¹ Conforme salientamos anteriormente, o rio Cuieiras faz parte da bacia do rio Negro, sendo águas com elevadas concentrações de ácidos húmicos e fúlvicos. Segundo Barbosa e Freitas (2006), são águas que possuem características físico-químicas distintas dos rios de águas brancas e claras. Apesar da predominância das águas negras, ácidas e pobres em nutrientes, esses ambientes aquáticos são piscosos devido à interação com a floresta ciliar, que fornece frutos, sementes, flores, folhas, larvas e insetos adultos, detritos, etc., que se tornam a base da cadeia alimentar, que inclui os peixes (BARBOSA e FREITAS, 2006).

O extrativismo através da pesca no rio Cuieiras, com raras exceções, é uma atividade preferencialmente masculina. O conhecimento minucioso dos espaços privilegiados para a pesca é inicialmente o desafio do pescador. Às vezes é preciso navegar longas distâncias pelo rio Cuieiras, seus afluentes, lagos e igapós, na busca dos cardumes de peixes. Nesse sentido, os habitantes que praticam a pesca no lugar sabem identificar e classificar os trechos dos rios, lagos e igapós com mais detalhes, conforme esclarece o seguinte pescador:

Todo igarapé aí pra dentro tem apelido. A gente pesca e caça mais no Parazinho, aí tem o Tiririca, o Tiriricão, aí tem o Coanazão, que é o grande, aí tem vários igarapés pequenos, tem o Tefé, o Tefezinho, Araçá, Araçazinho. Quando você chegar aí pra caçar e pescar o pessoal pergunta, você fala, aí o pessoal já sabe onde é (Raimundo, morador da Comunidade de Nova Canaã).

O conhecimento a respeito do ciclo reprodutivo dos peixes mais pescados no rio Cuieiras também é um elemento importante que aguça a percepção do pescador, possibilitando a este estabelecer um “calendário” mental sobre o período propício para a pesca de determinada espécie. Observemos a fala do pescador:

... mês de maio, de vinte em diante, é bom pra pegar matrixã, elas vão subindo o rio pra cabeceira, um cardume assim, não vão ovada, aí lá, já voltam ovada. A gente pega com tramalha e espiel... depois só quando começa a secar o rio de novo, aí vem tucunaré, jaraqui, começa secar, aquelas pontas [do relevo] começam parecer baixa, aí começa parecer peixe de novo...em outubro vem a irapuça, bicho de casco, elas andam em muito, você acha uma, acha duas, pode mergulhar que tem é um cardume, a gente procura mais onde tem capim pra elas comer”(Raimundo, morador da Comunidade de Nova Canaã).

O conjunto de conhecimento que os pescadores, que são também ao mesmo tempo caçadores, possuem sobre o lugar é transmitindo aos filhos (ver fig. 27), sendo uma prática de transmissão de saberes comum nos espaços rurais da Amazônia.



Fig. 27: filho de pescador acompanhando e ajudando o pai na pesca. Set./2008.
Autor: Raimundo Alencar.

Conforme citamos anteriormente, possivelmente o extrativismo através da pesca seja a atividade que mais exige da percepção dos seus executores; É preciso saber o horário certo que o peixe poderá estar em um determinado lugar, o período do ano, os lagos que possuem determinado tipo de peixe e muita paciência, uma vez que não é todo dia que o “lago tá pra peixe”. Neste sentido, os pescadores do rio Cuieiras utilizam-se de variados instrumentos e técnicas de pesca, mesmo porque a variedade de peixes é numerosa. Sendo assim, os pescadores do lugar utilizam geralmente os seguintes instrumentos de pesca: caniço, linha de mão, arpão, arco e flecha, zagaia, tarrafa, espinhel, malhadeira, etc.

Um dos instrumentos de pesca mais usado e característico no rio Cuieiras é a linha de mão³², utilizado principalmente para pescar o tucunaré, espécie de peixe bastante apreciada pelos moradores locais (ver fig. 28)

³² É a principal técnica de pesca de subsistência em rios de águas pretas. Consta de uma linha comprida, clara, de monofilamento de náilon, com um peso e um único e pequeno anzol, cujo tamanho varia entre os números 6, 7 ou 8. É iscado com um pedaço de peixe ou camarão que, após atirada ao longe, é deixada descer até a profundidade considerada ideal. O pescador pode deixar a linha imóvel ou, com movimentos ritmados, subir e descer a linha em pequenas amplitudes até que o peixe morda a isca e seja capturado. A estratégia depende do tipo do peixe que está tentando capturar (BARBOSA e FREITAS, 2006).



Fig. 28: pescador exibindo a pesca obtida através da linha de mão. Set./2008.
Autor: Francisco Alencar.

As ações voltadas para a atividade pesqueira nas comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras fazem parte do cotidiano de quase a totalidade das famílias, sendo que a intensidade desta atividade é que varia ao longo do ano, conforme o processo de enchente e vazante do rio.

Os tipos de espécies de peixes mais consumidos pelos habitantes do rio Cuieiras, além da disponibilidade das espécies, são influenciados pelos hábitos alimentares, o que inclui tabus criados por mitos, por exemplo, tem pessoas que não consomem peixes com pele de couro ou peixes lisos, assim como comportamento, tamanho e forma das espécies da ictiofauna. Nesse sentido, as principais espécies de peixes que fazem parte da dieta alimentar desses habitantes são as seguintes: tucunaré, pacú, matrinxã, traíra, jaraqui, carádisco, cará buceta, cará-açu, aracu, mandi, orana, sulamba, etc.

A pesca realizada no rio Cuieiras é realizada principalmente para atender o consumo interno das famílias, sendo o peixe a principal fonte de proteína para esses habitantes. Mas, conforme apontamos anteriormente, no período da enchente, quando a pesca fica mais escassa e difícil, esses moradores passam a consumir mais a alimentação proveniente da caça, assim como gêneros alimentícios industrializados (Conserva em lata, Salsicha, ovos de galinha de granja, frango congelado, sardinha em lata, entre outros produtos.), adquiridos em pequenos comércios existentes na própria comunidade, sendo um período de restrição

alimentícia, uma vez que algumas famílias não dispõem de uma renda permanente, dependendo às vezes da ajuda de vizinhos e familiares e compras a prazo no comércio local.

Além da pesca de subsistência (ver fig. 29), registra-se também a pesca comercial (bastante restrita em razão da fiscalização dos órgãos ambientais), pesca esportiva (realizada por turistas que freqüentemente circulam no rio Cuieiras) e a piscicultura (ver fig. 30), que vem sendo desenvolvida por algumas famílias das comunidades, sendo em alguns casos por conta própria e outros através de parceria com os órgãos governamentais do governo estadual, esta última em caráter ainda experimental.



Fig. 29: pesca para a subsistência, rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 30: prática da piscicultura no rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

A captura ou “pesca” de quelônios no rio Cuieiras também é freqüente, apesar das restrições das leis ambientais. O espaço privilegiado para a captura dos quelônios, ou bicho de casco como são comumente conhecidos entre os habitantes do rio Cuieiras, é a praia:

As praias são grandes depósitos de areia sem vegetação, localizados na margem do rio. Durante a cheia podem estar inteiramente emersas e durante a vazante é considerado local de desova de alguns bichos de casco (CAMPOS, 2008, p. 44).

O período do ano mais propício à captura dos bichos de casco corresponde ao período que antecede a seca (entre setembro e novembro). Abaixo, a relação das principais espécies de quelônios que são capturados e consumidos no rio Cuieiras:

Tabela 03 – Relação de Quelônios existentes no rio Cuieiras

Animais	qualidades	Nome científico
Bicho de casco	Cabeçuda	<i>Peltecephalus dumerilianus</i>
	Irapuca	<i>Podocnemis erythrocephala</i>
	Perema	<i>Platemys platycephala</i>
	Lalá	<i>Phrynops cf. nasutus</i>
	Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>

Fonte: Campos, 2008.

A captura de bichos de casco no rio Cuieiras exige uma percepção aguçada dos moradores que realizam essa atividade de subsistência. É preciso ter paciência para guardar a chegada do “tempo da irapuça”, conhecer bem as áreas de praia ou igapós onde ocorre a presença e desova dessas espécies, estar atento ao movimento de uma possível captura na água para então colocar em prática suas técnicas de captura, que vai desde o uso de zagaia e anzol até mergulho no fundo do rio para pegar o quelônio com as mãos³³.

O consumo de quelônios no rio cuieiras é considerado um alimento especial, ocasião que a família e amigos costumam se reunir para saborear o alimento, que geralmente é assado sem alterar sua constituição física, assa-se “com casca e tudo”, apenas faz um corte na sua lateral, retira as vísceras que podem “amargar” o sabor, e inclui um pouco de sal e cebolinha, colocar para assar ao fogaréu, todos apreciam, desde crianças aos mais experientes.

Em relação à ligação que temos com os lugares, Relph (1979, p. 08) afirma que “*através de nossos sentidos estamos ligados ao espaço*” sendo o paladar uns dos sentidos que nós orienta na relação com os espaços vividos. Neste sentido, através da observação e depoimentos de moradores, foi possível compreender que suas ligações com o lugar, mesmo os que não moram mais no rio Cuieiras, também se condicionam pelo “gostar” de saborear os peixes e os bichos de casco do lugar, conforme o relato abaixo:

Quando tenho uma folgazinha em Manaus, gosto muito de vim pra cá pra esse rio maravilhoso. Sabe, aqui eu gosto de comer o peixe daqui, minha nossa, como é bom, né, bem fresquinho, você pega na hora. Quando é o tempo de irapuça então, é tão bom, sabe, é um tipo de carne que não tem preço não, não é a mesma coisa da cidade, é diferente, todo mundo gosta, vixe, venho mais aqui por causa da minha família e de comer coisa boa aqui (Sr. J., ex-moradora do rio Cuieiras).

³³ Alguns moradores do rio Cuieiras, caçadores e/ou pescadores, utilizam-se de mergulho ao fundo do rio para a captura de bichos de casco, principalmente irapucas. A técnica, de acordo com os moradores, consiste inicialmente em identificar a presença das irapucas em algum trecho do rio, em seguida o pescador e/ou caçador mergulha ao fundo do rio, utilizando óculos de mergulho, que geralmente compram no comércio de Manaus, pega com mãos as irapucas, vão guardando-as no bolso da calça e na cintura até seu limite físico de resistência à submersão na água chegar ao fim, subindo à terra novamente com as presas. O mergulho ao fundo do rio é uma técnica restrita a poucos pescadores, pois exige habilidades especiais do pescador ou caçador.

3.1.3 O USO DA FLORESTA: A CAÇA

O desbravar dos espaços das florestas, que margeiam o rio Cuieiras, é sem dúvida uma missão dirigida principalmente aos caçadores do lugar, homens que a partir de suas experiências na relação com um espaço “supostamente homogêneo” ao olhar de “fora” se apropria de um conjunto de saberes transmitidos e adquiridos a partir da percepção e vivência com a floresta e a fauna do lugar, sendo que:

Os saberes que os caçadores possuem não se reduzem a uma relação utilitária com os recursos faunísticos, pois há um excesso de conhecimentos somente justificado pelo mero prazer de saber, pelo gosto do detalhe e pela tentativa de ordenar o mundo de forma intelectualmente satisfatória (CAMPOS, 2008, p. 32 apud CUNHA e ALMEIDA, 2002).

De acordo com Campos (2008), os caçadores do rio Cuieiras têm uma definição própria de caça, identificando-a ao ato de captura de animais terrícolas ou arborícolas, incluindo mamíferos, aves e alguns répteis, independente do tamanho corpóreo da espécie e que principalmente, tenham potencialidade alimentar. Ainda, segundo a autora, o conceito de caça também está ligada à estratégia com que se captura o animal, como no caso do jacaré que embora seja considerado um “peixe”, se diz que se caça jacaré, pois ele é capturado com a espingarda ou zagaia.

Em relação aos espaços de ocorrência da caça, a floresta é o espaço privilegiado para esta atividade, porém, segundo Campos:

Os caçadores do Rio Cuieiras percebem, identificam e nomeiam 17 unidades de paisagens relacionadas à ocorrência da fauna cinegética utilizando critérios como a variação topográfica, aspectos hidrográfico, distúrbios ambientais, tipos de solo e tipos de vegetação: roça, capoeira baixa, capoeira alta, sítio, mata alta, mata baixa, campina, patauazal, buritizal, palhau, restinga, caatinga, igapó, beira do rio, praia, rio e igarapé.

Considerando as inter-relações cotidianas de caçadores, que são também geralmente extrativistas de madeira ao mesmo tempo, com o espaço da floresta, percebe-se no da rio Cuieiras uma considerável capacidade de distinguir e ordenar os espaços da floresta, sendo que:

Cada uma dessas paisagens percebidas se distingue por apresentar um conjunto integrado de atributos localmente percebidos, tornando, assim, a identificação da paisagem uma construção coletiva e individual que depende da construção simbólica e da história de socialização das pessoas com o ambiente, ou seja, de experiências e vivências de cada morador ao longo do tempo (CARDOSO e SEMEGHINI, 2009, p. 85).

De acordo com o relato de alguns moradores, outra característica do lugar é a percepção a respeito da inexistência de uma área florestal isenta da ação humana, sendo freqüente seguinte a afirmação: “essas matas aí já foram habitadas há muito tempo”. Campos também colheu o seguinte depoimento dos caçadores do lugar: “Não existe mais mata virgem, existe? Pelo menos eu acho que não”.

A intensificação da caça no rio Cuieiras ocorre entre os meses maio ao final de agosto ou início de setembro, sendo que este período ainda pode ser subdividido em períodos mais curtos no que se refere à “época de caça de determinada espécie animal”. Observemos a narração de um caçador do lugar:

Agora tá chegando a época da paca porque tá começando a encher o rio, tem o igarapé pra gente pescar e caçar e quando tá seco, a gente já deixa a caça de lado e vai mais pescar peixe por causa que aí a água fica longe do igapó, terra, aí a gente utiliza mais é pescaria mesmo, quando tá cheio o rio, a gente vai mais é pra caça, o peixe some, o igapó fica grande, daí o peixe se espalha e fica muito pouco peixe pra muito habitante, fica difícil, a gente escapa mais na caça (Raimundo, morador da Comunidade de Nova Canaã).

Conforme o relato acima, é possível compreender a íntima relação do habitante com seu ambiente natural, sendo capaz de dominar a cronologia dos períodos oportunos para a caça, a influência do ciclo das águas, entre outros conhecimentos, e assim aferir suas ações sobre o meio que o cerca.

Outro fato que chamou atenção, no que se refere à caça, é a percepção que os caçadores têm em relação à influência da lua no comportamento de algumas espécies de animais, determinando em muitos aspectos o sucesso da caçada:

A lua cheia é melhor, acho que mexe assim com os bichos que eles desce bastante, de noite assim é melhor caçar na lua cheia, caçar paca, elas desce pra beira do rio, elas ficam deitada na beira. (Sr. F. morador do rio Cuieiras)

aqui é comum pegar paca na época da lua cheia, principalmente na vazante, aí você mata três, mata cinco (Sr. J., morador do rio Cuieiras).

às vezes na lua cheia é bom de o cara sair (para pescar), as pacas desce (para a margem do rio), ficam bestas elas, aí é faço de matar elas (Sr. A., morador do rio Cuieiras).

As espécies de animais que serve de caça para os habitantes do rio Cuieiras são variadas, onde a subsistência é o principal objetivo, havendo em alguns casos a destinação da caça para o preparo de remédios e, esporadicamente, o uso comercial principalmente entre a vizinhança local, esta última é, hoje, é bastante restrita devido à ação de fiscalização dos órgãos ambientais, assim como trabalho de conscientização ambiental desenvolvido principalmente por Organizações não governamentais³⁴.

Tabela 04 – Relação dos principais animais caçados no rio Cuieiras

Nome popular da espécie animal	Nome científico
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Cutia	<i>Dasyprocta aguti</i>
Tatu	Gêneros <i>Cabassous</i> e <i>Dasyours</i>
Jacaré-tinga	<i>Caiman crocodylus</i>
Guariba	<i>Alouatta seniculus</i>
Catitu	<i>Pecari tajacu</i>
Mutum	<i>Mitu</i> sp.
Jaboti	<i>Geochelone carbonaria</i>
Jacu	<i>Penolope jacquacu</i>
Nambu	Tinamidae
Jacaré-açu	<i>Melanosuchus Níger</i>
Veado	<i>Mazama</i> spp.
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Jacamim	<i>Psophis leucoptera</i>
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>
Tucano	<i>Ramphastos</i> sp.

³⁴ O Instituto de Pesquisas Ecológicas, o IPÊ, é uma organização não governamental que desde o ano de 2008 vem aumentando sua atuação na região do Baixo Rio Negro, atuando em parcerias com os órgãos públicos ambientais, comunidades ribeirinhas e indígenas, tendo como objetivo central contribuir com a construção do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.

Arara	<i>Ara sp.</i>
Papagaio	<i>Amazona sp.</i>
Cuxiu	<i>Chiropotes satanás</i>
Quati	<i>Nasua nasua</i>
Maguari	Ciconiidae
Mergulhão	Podicipediformes
Aracuã	<i>Ortalis sp.</i>
Coatá	<i>Ateles paniscus</i>
Gavião	Accipitridae
Maracajá	<i>Leopardus pardalis</i>
Pato-do-mato	<i>Cairina moschata</i>
Parauacú	<i>Phitecia pithecia</i>

Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009.

Cabe destacar que entre os animais mais caçados, se destaca a queixada (Porco do mato), a paca, a cutia, o tatu, o veado, a anta e algumas aves. O alimento proveniente da caça é consumido por todos os membros da família, tanto indígenas (ver fig. 31) como não indígenas, muitas vezes compartilhados com outros familiares e vizinhos, a exceção são as famílias ligadas às igrejas protestantes (evangélicas), onde o consumo de carne de origem silvícola é restrito a algumas espécies.



Fig. 31: morador assando animal silvícola obtido em caça. Jun./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Campos e Kurihara (2009) destacam que a relação que os moradores do rio Cuieiras estabelecem com os animais não é apenas de subsistência, e sim uma relação vital, cheia de significados, valores e interesses, tratando-se de uma relação que transcende o material, sendo também simbólica, sendo que as atividades relacionadas à caça comumente se faz presente nas histórias sobre seres encantados no lugar.

3.1.4 O EXTRATIVISMO DE MADEIRA

O primeiro ponto que devemos esclarecer sobre o extrativismo voltado para a exploração de madeira³⁵ no rio Cuieiras e entorno é a histórica e intensa relação desta atividade nesta área. A esse respeito, Victor Leonardi (1999), em sua obra “Os historiadores e os rios”, caracteriza bem a importância histórica do extrativismo no baixo rio Negro, quando este autor cita os diversos naturalistas e religiosos que no século XVIII e XIX registraram a importância desta atividade na região da qual faz parte o rio Cuieiras.

Nas últimas décadas, fase de ocupação do lugar pelos atuais moradores, inúmeras famílias migraram para o rio Cuieiras motivadas para o trabalho com o extrativismo, principalmente exploração de madeira. Visando a comercialização com o crescente mercado de construção civil da cidade de Manaus. Atualmente, esse extrativismo pode ser resumido em três eixos de extração: através do beneficiamento da madeira “serrada” para a confecção de pranchas, tábuas e compensados; com a extração e venda de varas (árvores jovens utilizadas como pau-escora na construção civil); e na retirada de madeira para confecção do espeto, um utensílio muito utilizado na região como acessório da culinária, sendo cada

³⁵ De acordo com Campos e Kurihara (2009, p. 86), Entende-se que o extrativismo e a coleta dependam de duas lógicas econômicas diferentes, a primeira regulada pelo mercado externo e a outra pelas necessidades da unidade doméstica. Neste contexto, designa-se o termo extrativismo aos sistemas de exploração dos produtos florestais destinados ao comércio regional, nacional e internacional; e as atividades de coleta aos produtos limitados ao consumo familiar e/ou a troca.

atividade com grau diferenciado de intensidade de extração (CAMPOS e KURIHARA, 2009).

A particularidade da exploração de madeira realizada por algumas famílias do rio Cuieiras é a sua destinação para a comercialização, ainda que a realização dessa atividade no lugar seja amplamente combatida. Ao uso local (doméstico), o material proveniente da madeira extraída da floresta destina-se à construção das casas (ver fig. 32) e embarcações (canoas e pequenos barcos, conforme fig. 33), do mobiliário e utensílios. Não poderíamos também deixar de mencionar o uso da floresta para fins de complementos alimentares (frutas), obtenção de espécies (geralmente folhas, casco, caule, etc.) para uso medicinal, ornamental e artesanal.



Fig. 32: casas feitas de madeira no rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 33: morador construindo uma canoa de madeira, rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso.

Em relação à exploração de madeira para destinação comercial, as observações e entrevistas aos moradores durante o levantamento de campo apontaram para o fato que o número de pessoas envolvidas nesta atividade varia conforme a comunidade, a período do ano (processos de enchente e vazante), assim como períodos de maior intensificação da fiscalização ambiental.

Em relação às comunidades, observou-se um maior envolvimento das comunidades que não fazem parte do Parque Estadual do Rio Negro – setor Sul (Nova Canaã e São Sebastião), exceção a Comunidade de Três Unidos que, juntamente com Nova Esperança, tem um número expressivo de famílias que se dedicam prioritariamente ao artesanato (biojóias, escultura em madeira de diversos tamanhos, leques, cestos, paneiros, etc.).

Em relação ao ciclo hidrológico, de acordo com os moradores, o período da vazante do rio dificulta consideravelmente a atividade de exploração de madeira, havendo uma maior dificuldade de acesso às espécies vegetais que servem, por exemplo, para a fabricação de espeto, refletindo ainda na valorização do produto. Vejamos a fala de uma moradora:

A gente faz espeto aqui, né, mas na época que enchendo o rio porque quando tá muito seco o rio, a gente sofre pra chegar até onde pode pegar aquela madeira própria merma que a gente usa pra fazer o espeto, tem que ir pra dentro desses igapó aí, só lá que dá pra encontrar hoje a ripera. É difícil encontrar essa madeira, quer dizer, a árvore, né, em qualquer lugar, já

tem gente de fora, lá do rio Negro que tá vindo pra cá porque é difícil nessas épocas de madeira (Sra. B., moradora do rio Cuieiras).

O preço aumenta quando tá secando, vai pra R\$4,00 [reais], R\$5,00 [reais], porque fica difícil, né, pegar a ripera, aí aumenta o preço (Sr. F., morador do rio Cuieiras)

Conforme já relatamos anteriormente, nos últimos três anos a atuação dos órgãos ambientais (ICMbio em parceria com a Polícia Federal) tem intensificado o combate à exploração e comercialização de madeira na área do rio Cuieiras e proximidades, fato que vem refletindo expressivamente na mobilidade das atividades produtivas do rio Cuieiras. A esse respeito, temos o relato de um morador de uma comunidade que em sua narrativa expõem essas mudanças no lugar:

Tô agora trabalhando com espeto, né, antes trabalhava com o Bó, na escora... isso é só um quebra galho, pra comprar um açúcar, porque a produção seria é aqui da roça que a gente tira...rapaz, um hectare de roça, dá uma faixa de 150 sacas, a gente vai fazendo de pouco, um ou dois sacos, na outra semana, faz mais dois, até interar, mas aí a gente vai pra Manaus e vender pra lá, então pra agüentar aqueles dias que não tem nada, esse espetinho aqui quebra o galho (Sr. G., morador do rio Cuieiras)

A rotina das atividades voltadas para extração de madeira, seja para a construção (pau-escoras, tábuas, etc.) ou uso culinário (espeto), representa um esforço árduo para esses habitantes, sendo que a renda gerada a partir dessas atividades, considerando a extração de madeira para construção civil, depende de uma intensa disposição para o trabalho; de ir até a floresta, identificar às espécies, depois de longas caminhadas pelo rio ou terra, extrair a madeira, utilizando quase sempre moto-serras, transportar em barcos desgastados até o espaço urbano de Manaus, preocupando-se com a ação fiscal dos agentes ambientais que fazem a fiscalização principalmente no trecho mais estreito do rio Negro, chegar ao destino final (geralmente a orla do Bairro do São Raimundo, zona oeste da cidade de Manaus) sempre pela madrugada (à noite a fiscalização ambiental é menos intensa) para efetivar a comercialização.

A produção de espetos de madeira no rio Cuieiras constitui uma importante fonte de renda para as famílias. Trata-se de uma atividade praticada em todas as comunidades, sendo menos praticada nas comunidades indígenas de Nova Esperança e Três Unidos, pois conforme citamos anteriormente, estas direcionam seus trabalhos que propiciam renda para a produção artesanal. Registra-se ainda

que a produção de espeto realizada pelas famílias é uma atividade que exige muito do esforço da família, sendo realizada também individualmente, demandando tempo, porém a renda extraída é considerada pelos praticantes dessa atividade muito baixa, não justificando o esforço empregado, mas necessário principalmente em momentos de plantação e amadurecimento da roça, assim como por tratar de uma produção onde o sujeito que produz os espetos comercializa localmente entre os atravessadores³⁶ locais (donos de barcos e extrativistas de madeira da construção civil).

As etapas da extração de madeira para a produção de espeto têm, em sua fase inicial, a busca pelas árvores que possuem uma madeira mais propícia para a produção deste item culinário. Nesta fase, tanto o homem como a mulher costumam adentrar a floresta para procurar as espécies vegetais, principalmente a ripera (considerada de melhor qualidade para esta atividade) ou cabeçudo. Após a identificação das espécies vegetais, é procedido o corte da árvore, sendo o caule dividido em toras (ver fig. 34) de 30 centímetros aproximadamente, em seguida é transportado nas pequenas canoas e nos arredores da casa do produtor é realizado o trabalho de produção do espeto (ver fig. 35).



Fig. 34: toras de madeiras destinadas para a produção de espeto. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

³⁶ Atravessadores é grupo de pessoas que compram o produto direto do extrativista e revende no espaço urbano de Manaus. No caso do rio Cuieiras, os atravessadores geralmente são os proprietários de barcos de linha e comerciantes locais que costumam obter uma maior lucratividade em relação ao extrativista.



Fig. 35: produção de espeto no rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Cumprida a etapa de preparação das toras de madeira, inicia-se o momento de corte dessa tora em pequenas varetas (o espeto), sendo que este momento de trabalho além de ser bastante perigoso, uma vez que é feito uso de uma faca bem afiada, é comum ter a participação do trabalho infantil nesta etapa da produção de espeto, facilmente visível nas mãos cicatrizadas de crianças de algumas famílias. A seguir algumas revelações de moradores sobre esta atividade:

Eu fazia oito milhero [unidades de espeto] por dia, dava dezoito reais, quer dizer ainda tinha que ir na mata tirar a tora, cortar depois essa tora, nisso passava dois dias redondo pra ganhar quinze reais, quer dizer, não dá, né, não compensa (Sr. J., morador do rio Cuieiras).

Eu faço quinhentos espetos em uma hora, em um dia eu faço 5 milhero, um enfiado no outro. Cada milhero custa quatro reais, então eu faço vinte reais por dia, né, tem que trabalhar bastante (Sr. F., morador do rio Cuieiras).

Aqui pra mim, não deu espeto, não deu vara, não deu esteio, não deu madeira, não é uma questão de não ter força de trabalhar não, é porque as condições é que não dá, você se maltrata tanto, o dinheiro dava mal pra comprar um açúcar e um café, já não comprava outra coisa porque o dinheiro não dava...eu já vivi cinco anos aqui e já tenho uma roça plantada que é minha (Sra. M., moradora do rio Cuieiras).

Lá no garapé Açu não tem mais pau pra fazer espeto, tão vindo comprar aqui dentro do Cuieira. Tem gente que vem de lá serrar pau aqui no Cuieira pra fazer espeto lá pra cima. Isso não pode, um dia desse o pessoal tava criticando...eu fico pensando, mais o que o espeto dá, né? muito pouco! (Sr. C., morador do rio Cuieiras).

Outra atividade que é relevante no rio Cuieiras é a prática de artesanato, realizada pelas comunidades indígenas de Três Unidos e Nova Esperança. Semanalmente barcos de turistas visitam o rio Cuieiras com o objetivo de conhecer as comunidades indígenas e comprar os artesanatos oferecidos pelos indígenas (ver fig. 36).



Fig. 36: comercialização artesanal no rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Diante das novas diretrizes voltadas para a proteção ambiental no rio Cuieiras, bem expressa nas restrições ao uso dos recursos naturais do lugar, os habitantes veem pela frente novos desafios no tange às relações culturais com o lugar. Nesse sentido é preciso compreender o contexto histórico, ainda que recente no lugar, das novas formas de territorialidades impostas pelo ordenamento territorial no que se refere às sobreposições das Unidades de Proteção Integral e Sustentável aos espaços vividos das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, que vem contribuindo para o desencadeamento de conflitos inter-étnicos e novas percepções sobre o lugar.

3.2 A “NOVA” CARTOGRAFIA AMBIENTAL DO RIO CUIEIRAS *VERSUS* LUGARES DE VIDA

Nas últimas décadas vem se consolidando na política ambiental brasileira a criação de áreas protegidas ou regimes especiais de proteção para os recursos naturais. Prova disso é a existência de áreas protegidas legalmente instituída pelo Poder Público em todas as unidades da federação, recobrando um total de 8% do território nacional (IRVING, 2006). Tal quadro insere o país como uma referência na temática ambiental, dado sua dimensão continental, pluri-cultural e megadiversa. Neste sentido, também apontamos a situação da Amazônia como alvo hoje preferencial das políticas ambientais locais e do governo central no que tange à criação de áreas protegidas³⁷.

As restrições impostas a partir da criação de áreas protegidas impõem aos habitantes dos lugares um dilema complicado, considerando a necessidade de preservar seus interesses, padrão de reprodução sociocultural e relações afetivas com o seu ambiente de vida, e os de preservação ambiental adotada pelo país que tende a *“ver a natureza como algo exterior ao humano e este, como um exterior à natureza”* (ARRUDA, 2000, p.284). Tal concepção de natureza e sociedade, vista dissociadamente, que enfatiza o natural em detrimento do sociocultural, também foi classificada por Luchiari (2001, p.10) de *“espírito preservacionista que protegeu ecossistemas naturais e restringiu ou excluiu antigas práticas sociais de subsistência das populações tradicionais”*.

³⁷ A esse respeito, concordamos com Ricardo Nogueira quando este autor afirma o seguinte: “Poderíamos dizer, de maneira metafórica, que uma verdadeira “revolução verde” passou a ocorrer nesta região, não no sentido de uso agrícola das terras, mas em virtude do “congelamento” de milhões de hectares de florestas destinados tanto à preservação quanto à conservação dos recursos naturais, que terminam por ser culturais também” (2007, p.36). O novo mapeamento ambiental brasileiro, segundo Cardoso et al (2009, p. 4), Na Amazônia 23,5% da Amazônia brasileira encontram-se sob alguma forma de unidades de conservação seja de proteção integral (8,7%) como parques, reservas biológicas e estações ecológicas, seja na forma de unidades de uso sustentável (13%), na forma de reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e florestas nacionais, entre outras categorias.

De acordo com Becker (1996, p.236), o Vetor Tecno-ecológico³⁸ impulsiona a implementação do “desenvolvimento sustentável” na Amazônia que refletiu fortemente na política ambiental brasileira. Prova disso é a criação do IBAMA (1989), do ministério do meio ambiente (1985) e, mais recentemente, do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, criado em 2000). No que tange às Unidades de Conservação (UC), estas são consideradas pelo IBAMA “como instrumento mais eficaz de proteção da natureza, sendo áreas geográficas delimitadas com a finalidade estrita de conservação e preservação para fins científicos, culturais e recreativos” (IBAMA apud BECKER, 1996, p.238), distinguindo-se em dois modelos de Unidades de Conservação: as de uso indireto de recursos naturais restrita à preservação, educação ambiental, pesquisa científica e recreação (Parque Nacional, Estação ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre); as de uso direto dos recursos naturais onde é admitida a exploração controlada de recursos e permanências das populações que aí vivem (Reserva Extrativista, Floresta Nacional, Área de Proteção Ambiental, etc.).

Diante deste contexto histórico recente de avanço das áreas de proteção ambiental na Amazônia, em especial no estado do Amazonas, constatamos a inserção do rio Cuieiras, que faz parte do mosaico do baixo rio Negro, na “nova cartografia ambiental” do país, fato que vem impondo novos desafios aos espaços de vida das populações locais, conforme vimos nos capítulos anteriores.

Seguindo nesta lógica preservacionista, em 1995 foi criado o Parque Estadual do Rio Negro-Setor Sul (PERN), com 157.807 hectares. Estão inseridas nos limites do PERN as comunidades indígenas de Nova Esperança, Boa Esperança e Barreirinha, enquanto que as comunidades de Três Unidos (indígena), São Sebastião e Nova Canaã estão inseridas nos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Esquerda (ME) Rio Negro, Setor Aturiá-Apuaúzinho. Outra sobreposição envolvendo as comunidades do rio Cuieiras é a instalação de uma área de treinamento militar da marinha e uma base avançada da polícia federal no

³⁸ O atual período denominado por M. Santos (1999) Técnico Científico e Informacional, baseado na tecnologia e informação configura uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica. Diante deste cenário, Becker (1996, p.226) aponta a Amazônia como área a ser preservada, uma vez que o novo modo de produzir valoriza a natureza como capital de realização atual e/ou futura, dominando nessa região um modelo de desenvolvimento compreendido como Vetor Tecno-Ecológico (VTE).

interior deste rio, precisamente entre as comunidades de Boa Esperança e Barreirinha.

Mapa das sobreposições das Unidades de Conservação no rio Cuieiras

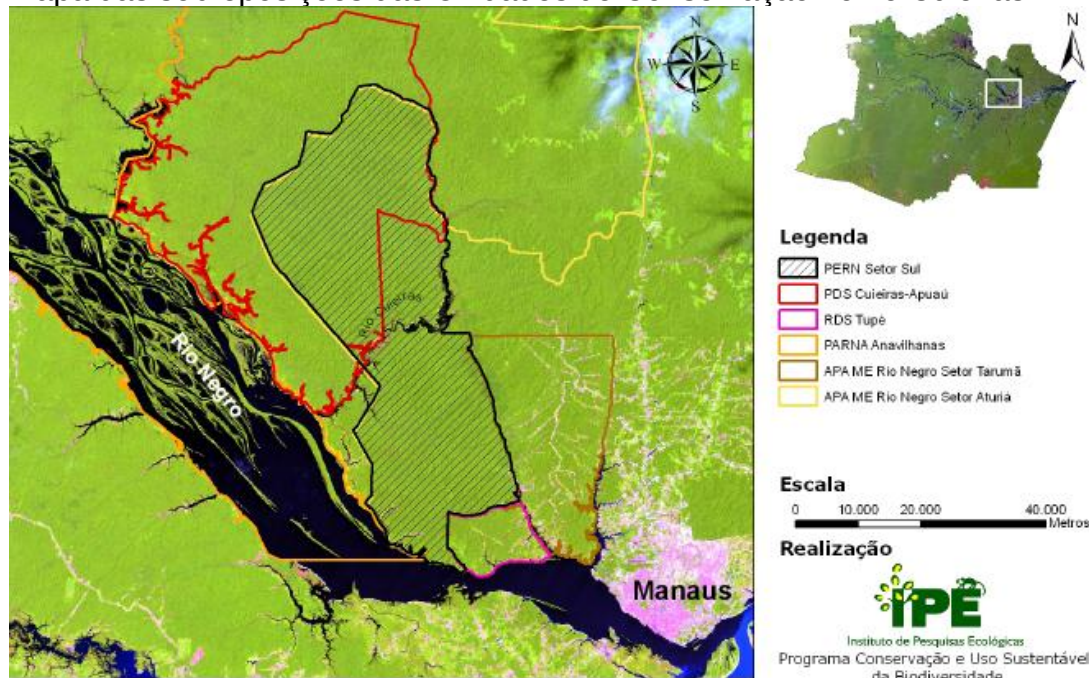


Fig. 37: mapa de sobreposições no rio Cuieiras
Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPÊ, 2010.

Em relação à implementação do Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul, Cardoso (2008) que Após sua criação o parque foi esquecido completamente e sua gestão não foi implementada. Sobre este fato, um morador de uma comunidade inserida no Parque revela o seguinte:

Apesar de termos nosso direito, como a comunidade é indígena, a FUNAI já reconhece, e a própria legislação brasileira diz que onde tem um povo, cabe a união legalizar a situação fundiária dele, mas mesmo assim muitas das lei da gente não são respeitadas, nós que tem que correr atrás. Nesse sentido, o a situação do Parque, ele foi criado em 1997, nós já morávamos aqui já, não apareceu ninguém pra vir aqui conversar, dizer que aqui ia ser um Parque, qual era o benefício, o que ia acontecer com a criação do Parque, né, a gente foi saber depois de quase dez anos que aqui era um Parque, ninguém sabia, esqueceram das pessoas que moravam aqui e tinha gente que morava aqui muito mais tempo, desde de 1950, no caso, seu Domingo. Hoje a gente tá na maior confusão aqui com eles, eles querem que a gente assine um compromisso dizendo que somos habitante do Parque, então se fosse cumprir a lei desse SNUC, nós já tinha saído daqui, né, mas como eles não vieram dialogar com a gente na época, então tem essa parte a nosso favor, entendeu, a gente tem trabalhado as três comunidades, nós, Boa Esperança e Barreirinha, né, mas Terra Preta... (Joarlison, morador da Comunidade de Nova Esperança).

A nova realidade ambiental “imposta” à dinâmica de vida no rio Cuieiras nas últimas duas décadas tem levado à mobilização de grupos indígenas e não indígenas no lugar, contribuindo inclusive para o aumento da tensão entre esses grupos. Em relação às comunidades indígenas do rio Cuieiras e rio Negro (proximidades), destaca-se a reivindicação e confirmação da oficialização em comunidades indígenas as seguintes comunidades: Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha, Três Unidos e Terra preta (rio Negro). Nos últimos anos, essas comunidades indígenas, atuando de forma articulada, reivindicando a criação de uma Terra Indígena no rio Cuieiras, fato que tem gerado conflitos com as comunidades ribeirinhas não indígenas deste rio e proximidades, refletindo na mobilização destas comunidades na busca pela regularização fundiária da área. Observemos os comentários:

A luta é pra demarcar terra contínua, só que aí ia gerar uma confusão bem grande, né, porque aqui tem Canaã [Nova Canaã], que é mista, São Sebastião, tem o Chita, Pagodão, Santa Maria, Solimõeszinho, já pensou essa terra toda de lá, Igarapé-açú pra cima, Maravilha, ia tá tudo dentro, ia ter que assinar, mas com certeza, eles não queriam assinar pra ser toda reserva indígena, né... aqui pra gente pra cima [Nova Esperança, Boa Esperança e Barreirinha] fica mais fácil, agora aí pra baixo, mais Santa Maria que já são comunidades antigas (morador do rio Cuieiras)

Nós convivemos numa comunidade muito desunida. Nós vivemos nessa comunidade, então, o seguinte, você tem um povo aqui que mora na ponta que são indígenas, já tem o povo que dizem que são os brancos, dizem que são brancos, mas realmente todos são indígenas, só porque não temo uma certidão indígena, não falemos a língua indígena que nos somos diferentes do outro, não, nos somos todos igual, se furar meu dedo, meu sangue é vermelho e o deles é vermelho também... (moradora do rio Cuieiras)

Atendendo às reivindicações das comunidades ribeirinhas não indígenas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou, em 2005, o Programa de Desenvolvimento Sustentável - PDS Cuieiras-Apuá³⁹, com cerca de 210.000 ha. O PDS foi criado, segundo Cardoso (2008) sem um trabalho mínimo de

³⁹ De acordo com Illenseer e Cardoso (2008), os modelos tradicionais de assentamentos para a região amazônica mostraram-se inadequados levando em conta a baixa fertilidade dos solos e dificuldade de acesso bem como a distância. Devido a este histórico foi realizado uma revisão metodológica que adapte a atuação do órgão frente à realidade Amazônica visando o reconhecimento das populações tradicionais propondo novos modelos de assentamentos em áreas coletivas como: Projeto de Assentamento Florestal (PAF); Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). No caso do rio Cuieiras, o INCRA se responsabiliza pelo repasse do material para construção das casas (onde contrata trabalhadores das próprias comunidades para a extração de madeira na floresta localizada no entorno desta e construção das casas).

organização social gerando uma situação de desinformação e conflito entre os assentados. Além disto, o assentamento está sobreposto à metade da área do Parque Estadual do Rio Negro (ver fig. 37).

O quadro das relações inter-comunitárias e destas com os órgãos governamentais no rio Cuieiras, na atualidade, aponta para um estado de tensão entre os segmentos envolvidos. No que se refere às unidades de conservação, constata-se resignações por parte dos habitantes em relação ao acesso aos recursos naturais do lugar (pesca, caça, extração de madeira), sendo que o quadro se torna mais complexo quando as categorias de unidades de conservação impõem normas diferenciadas de uso destes recursos naturais.

Nesse sentido, as comunidades abrangidas pelo Parque Estadual do Rio Negro – setor Sul (Nova Esperança, Boa Esperança e Barreirinha) sofrem mais restrições que as comunidades abrangidas Pela APA Margem Esquerda (ME) Rio Negro, Setor Aturiá-Apuaúzinho⁴⁰ (Nova Canaã, São Sebastião e Três Unidos). O reflexo no cotidiano dos moradores dessas comunidades, além das limitações ao uso dos recursos naturais, tem sido os conflitos verbais, isolados, a respeito da “invasão” de membros de outra comunidade no espaço convencionalmente pertencente à outra comunidade.

As restrições ao uso dos recursos naturais são bastante mencionadas nas narrativas dos moradores e revelam resignações que estão contribuindo para as dificuldades de permanência das famílias nesses lugares. Observemos os relatos de dois moradores:

Essa lei que proíbe a gente de pescar e pegar madeira só fez piorar, proíbe isso, proíbe aquilo e as pessoas que mora aqui não tem nenhum ganho fixo, né, então alguns usam a floresta pra ir lá no mato pegar um macaco, alguma coisa, aí matavam, pegavam e vendia pra comprar um café, um quilo de açúcar. Agora não, tá tudo proibido, não tirar uma árvore de pau. Desse jeito não tem condições... em vez de ficar pagando esse monte de policia ambiental, podia era pagar o pessoa pra eles mermo proteger a área onde eles moram. Eles tinham aquele dinheiro pra receber, aí não precisavam e lá na floresta desmatar por causo que ele tavam ganhando pra proteger a área deles (Raimundo Alencar, 29 anos, morador da Comunidade de Nova Canaã)

⁴⁰ De acordo com Art. 14^o, da lei 9.985 de 18 de julho de 2000, a Área de Proteção Ambiental faz parte do Grupo das Unidades de Uso Sustentável, tratando-se de uma área de proteção ambiental onde é possível a permanência da ocupação humana desde que assegure a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Art. 15^o). Já o Parque Nacional, segundo o Art. 8^o da mesma lei, está inserido no grupo das Unidades de Proteção Integral com objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Art. 11^o), proibindo a permanência de áreas particulares incluídas em seus limites que deverão ser desapropriadas.

Hoje em dia já penso ir embora, devido o meio de vida, tá ficando difícil mermo... no meu sentido é devido essa perseguição. O pessoal diz que tem como legalizar, mas quando a gente corre atrás, eles pede tanto documento da gente que torna quase impossível de a pessoa se documentar para trabalhar legalizado... é difícil ir pra Manaus toda semana, ninguém tem condições. Semana passada (entre os dias 03 e 07 de agosto de 2009) o recreio (barco de linha que faz transporte de carga e passageiro no rio Cuieiras para o espaço urbano de Manaus) foi pego pelo IBAMA e tomaram todo o espeto... confiscaram tudinho o espeto dele e ele vai pagar multa (Alfredo, 40 anos, morador da Comunidade Nova Canaã)

Por exemplo essa placa [ver fig. 38] aqui já era pra eu ter derrubado, papai até falou que essa semana era pra derrubar, ainda não foi derrubado, aqui é uma comunidade, tem que ter todo um respeito, nem pediram, nada e é por isso que nós vamo arrancar daí... (morador do rio Cuieiras).



Fig. 38: placa identificando área ambiental no rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

O caso mais emblemático em relação à atuação dos organismos ambientais no rio Cuieiras e sua repercussão no cotidiano dos moradores, é o caso da Comunidade de Nova Canaã, dividida entre famílias declaradamente indígenas e famílias não indígenas. De acordo com o depoimento de moradores, lideranças da Comunidade de Três Unidos (etnia kambeba) pleitearam junto à FUNAI o reconhecimento das comunidades e da terra como indígenas⁴¹. Consultas internas

⁴¹ De acordo com Illenseer e Cardoso (2008, p. 43), em 1995, os Kambeba enviaram um documento para Brasília, solicitando o reconhecimento de sua terra. Em 1998, um antropólogo chamado Ricardo realizou uma incursão de reconhecimento da área territorial, onde hoje estão às comunidades de Terra Preta, Nova Esperança, Barreirinha e Nova Canaã. O resultado da visita do antropólogo resultou em um documento que informou o direito dos indígenas a demarcação contínua, englobando

aos moradores das comunidades envolvidas resultaram na oficialização das comunidades de Três Unidos, Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha e Terra Preta (rio Negro) como comunidades indígenas.

No caso da Comunidade de Nova Canaã, houve mobilização por parte de famílias indígenas para a adesão da Comunidade de Nova Canaã, denominada pelos indígenas de Coanã, à condição de comunidade indígena, porém as famílias que se declaram não indígenas rejeitaram a proposta, fato que vem colocando em lado opostos as famílias nesta comunidade. A seguir, alguns relatos que enfatizam a percepção atual de alguns moradores da comunidade:

Tem aqui uma história dos índios que querem demarcar esse lugar como indígena... são migrantes, tudo isso são histórias novas, porque as velhas são exatamente nesses lugares quando não existia esse pessoal, tudo aqui era o pessoal tradicional, os arigós que plantaram e chegaram primeiro aqui. Eu tinha cinco ano de idade, mas conhecia a história dos arigós que vieram pra cá, meu avô, por exemplo era arigó, ele tava aqui há 30 ou 40 ano, quer dizer, meu avô morreu com 70, meu pai morreu com 64 ano e já tenho 70 anos, então, quando eles [os indígenas] quiseram montar um negócio, eu fui pra cima dizendo que não é verdade, isso não é verdadeiro (morador do rio Cuieiras)

Aqui os indígenas são de diferentes tribos, tem, por exemplo, os Baniwa, os Carianas, Tucano, Saterê, Carapano, Piramatapuia, quer dizer, aqui pode ser uma comunidade indígena, né?

Os indígenas pra mim é normal porque antes eles ficavam conspirando, falando que ia tirar a gente daqui, que a gente não tinha direito, aí gente fica chateado, né, mas fora isso, não implicando com a gente (morador do rio Cuieiras)

A regularização da Comunidade de Nova Canaã em comunidade indígena está “*sub judice*”, fato que tem contribuído para o aumento dos ânimos políticos no lugar, refletindo inclusive na organização espacial da comunidade. É preciso ressaltar, ainda, que tal quadro político e territorial de Nova Canaã não tem impedido nas relações cotidianas o envolvimento mútuo dessas famílias, uma vez que estes interagem em diversas atividades voltadas para o coletivo na comunidade (mutirão, por exemplo), assim como eventos festivos, religiosos e lúdicos, havendo apenas exceções pontuais e isoladas de conflitos, de ordem verbal, restritos a algumas famílias de ambas as partes.

Outra atuação do poder público que vem contribuindo para inserção de políticas públicas diferenciadas nas comunidades do rio Cuieiras, assim como alteração na organização espacial das comunidades, é o INCRA. Através do Projeto PDS, este órgão atendeu, através de assentamentos (ver fig. 39) as famílias, inicialmente as comunidades não indígenas do rio Cuieiras, São Sebastião e Nova Canaã, deixando de fora as comunidades indígenas, fato que causou bastante desconforto entre as famílias indígenas. Porém de acordo com o relato de moradores, a partir do ano de 2009, o projeto se estendeu às comunidades indígenas do rio Cuieiras.



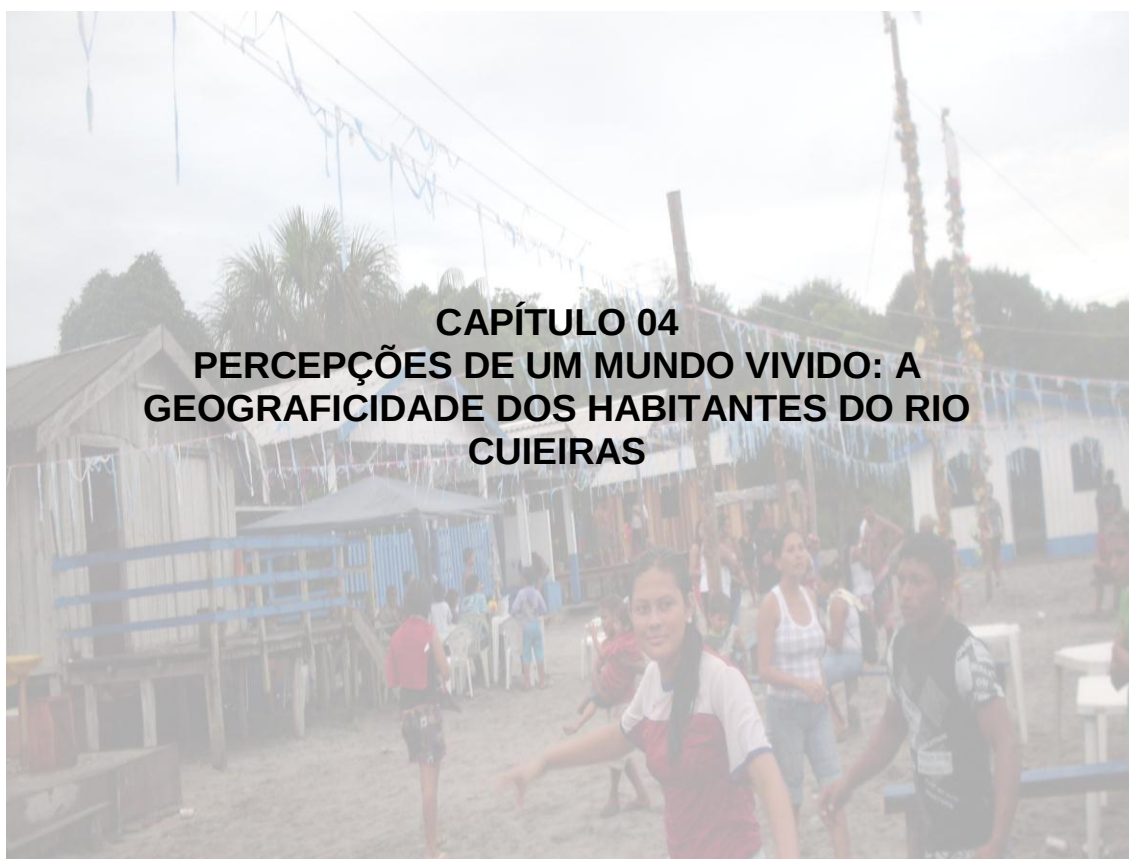
Fig. 39: assentamento do INCRA, Comunidade de São Sebastião. Jan./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Conforme vimos, é na escala de vida que diretrizes políticas ambientais e fundiárias se tornam mais sensível, refletindo em incertezas quanto ao futuro e o próprio direito de habitar, bem expresso na seguinte narrativa de uma senhora indígena:

Eu fico pensando, temo plantação muito, a gente tem roça. Nós, ninguém tem terreno. Nós temo que ir no pé do prefeito, do governador, ele tem que arranjar lugar pra gente, porque em Manaus eu não tô acostumada. Fomo criado pelo interior que a gente cria planta, banana, cana, a gente já tá acostumado, a gente vai pra cidade, a gente não se acostuma com a comida, com peixe de gelo, eu, principalmente não me acostumo... como nós vamos viver, como vai ser daqui pra adiante, o que esses branco vão fazer com nós? (Sra. Otília, moradora da Comunidade de Nova Canaã).

Paul Claval (1999) afirma que entre os imperativos ambientais e fundiários existe um mundo que também é construído simbolicamente através dos indivíduos que vivem, percebem e experienciam os lugares. Como exemplo, temos as narrativas dos habitantes das comunidades ribeirinhas e indígenas, sobre suas experiências de vida e percepções sobre o lugar, que confirmam a base material que os ligam aos lugares, mas, também trazem à tona todo um conteúdo simbólico que ligam esses habitantes aos seus lugares de vida. Isto gera cultura, gera história e também traduz geograficidade, todo um plano existencial de vida vinculado aos lugares.

CAPÍTULO 04
PERCEPÇÕES DE UM MUNDO VIVIDO: A
GEOGRAFICIDADE DOS HABITANTES DO RIO
CUIEIRAS



4 PERCEPÇÕES DE UM MUNDO VIVIDO: A GEOGRAFICIDADE DOS HABITANTES DO RIO CUIEIRAS

Para iniciar este capítulo, convidamos a refletir sobre a possibilidade de considerar esgotada a viagem ao mundo vivido dos habitantes das comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras. Nesse caso, consideraríamos que uma descrição etnográfica que se proponha minuciosa, sobre as relações socioculturais e ambientais com o lugar, seria suficiente para traçar a Geografia do rio Cuieiras. Mas, os espaços, que foram e que são apreendidos na convivência e experiências diárias de homens e mulheres, se revestindo de múltiplos significados e contornando o sentido de habitar o lugar, suas paisagens, que ao olhar “*estranho*” oculta uma convivência secreta, mediada pelos voluntários sentidos, revelam também uma geofricidade, uma escritura, forma singular de grafar a Terra em um sentido existencial.

Na busca de dialogar com o mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras, se fez necessário investigar, através das suas percepções sobre o lugar, reveladas principalmente em narrativas, o sentido de habitar o lugar. As percepções primeiras do habitante sobre o mundo que o cerca, seus sentimentos topofílicos e topofóbicos, suas representações simbólicas dos espaços construídos e vividos, serão vistas neste capítulo como elementos constituintes do mundo vivido desses habitantes que contribuem para sua *realização existencial e seu próprio destino, uma geofricidade expressa “coletivamente compartilhada que constitui um sistema de significação que forja uma identidade espacial a partir de um domínio simbólico-terriotrial”* (NARDY, 2007, p. 228).

4.1 OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS: A LIBERDADE DE HABITAR O LUGAR

De acordo com Buttimer (1985, p. 166), “a humanização da Terra pode ser vista como um processo pelo qual a humanidade tem procurado vários estilos de habitação no espaço e no tempo”. Essa busca em muitos aspectos está

condicionada à liberdade de escolher o lugar, lançar-se sobre ele e percorrê-lo em todos os seus sentidos. Nesse sentido, na contemporaneidade, muitos espaços construídos são impostos “de cima”⁴², estabelecendo novas formas de habitar, porém sem considerar o sentido profundo de habitar o lugar em sua criatividade e liberdade de escolha, ligações subjetivas com o ambiente e com o outrem.

Os espaços construídos no rio Cuieiras, representado, sobretudo pelas comunidades, ao contrário, são espaços experienciados como abertos, um continuum que se estende das casas aos espaços da natureza. A localização da casa na comunidade, por exemplo, passa muitas vezes por critérios relacionados à aproximação com a família e vizinhos, uma escolha em relação ao outro, conforme podemos observar nas narrativas abaixo:

Morar na beira do rio é bom demais, você ver as pessoas passando no barco, porque tem gente que mora lá pras cabeceirinha, não sou traíra pra morar. Morar num canto que passe barco, na beira do rio... sair daqui e morar em Manaus, pra mim seria a maior perda da minha vida. (Raimundo Alencar, 29 anos, Comunidade de Nova Canaã)

Quando meu filho morreu, faz dois mês que ele partiu, pensei com minha mulher em ir embora daqui, só que pensei ir embora e deixar ele aqui, porque sei que ele morreu, mas pra mim é comum se ele sempre tivesse aqui entre nós, depois também tem nosso trabalho. Vou ficar aqui, criar os outros filhos e vou fazer uma catacumba bem bonita pro meu filho descansar. (Sr. César, 45 anos, Comunidade de Nova Canaã).

Moro nessa comunidade faz treze anos. Aqui tudo é tranqüilo, o clima é bom, a gente toma banho a vontade nesse riozão aí. Pra mim isso que é saúde, durmo tranqüila, de janela aberta. De noite dá aquele frio tão bom. Quando vou pra cidade (área urbana de Manaus) não me sinto bem, durmo mal, muita zoadá. Manaus é bom só pra passear final de semana, já pra morar prefiro aqui mesmo, perto da minha família, meus filhos, netos e dessa tranqüilidade que você tá vendo (Sra. Inês Pascoal, 70 anos, Comunidade de Nova Canaã).

Aquele lugar [Comunidade de São Sebastião] significa pra mim uma história de vida, né, da minha mãe e minha história que foi construída. Meus irmãos quando saíram eu fiquei naquele local, ali foi começado a história, ali peguei muitas malárias, teve ano que eu peguei quatro malária, queriam que eu saísse de lá, aí foi na época que a minha mãe faleceu, aí pedi que deixasse eu ficar lá um mês, por que minha mãe quando ela tinha 71 anos, aí ela me chamou, mandou pra eu fazer a benfeitoria pra ficar no terreno dela, aí eu fiz, até porque a pessoa que cuidava dela era só eu” (Sra. Luiza, moradora da Comunidade de São Sebastião).

⁴² A esse respeito, Frémont (1980) cita que a civilização industrial impõe a massa uma nova maneira de habitar, propondo muitas vezes o alojamento em cadeia e afetando diretamente a ligação psicológica dos homens com os lugares habitados. Nessa mesma linha, Roux (2004) denuncia que os “experts” do planejamento do território, leia-se também gestores ambientais, não consideram como legítima a maneira como alguns grupos se colocam na sua relação com os lugares vividos.

Em relação ao espaço rural, Frémont (1980) cita que a religião, as relações entre as pessoas, a ligação à família e a terra contam mais do que as relações de classe. Nesse sentido, nota-se na fala do morador Raimundo, da Comunidade de Nova Canaã, a escolha do lugar de sua moradia a partir da vontade de está próximo do movimento de barcos e pessoas, justificando assim seu desinteresse em habitar na cabeceira (nascente) do rio, lugar isolado onde mora as traíras (espécie de peixe encontrado próximo às nascentes dos rios).

No caso da fala do Sr. César, a razão maior de permanência no lugar é a possibilidade de permanecer próximo ao lugar onde seu filho foi enterrado, considera ainda sua casa como espaço para receber todos que vem de fora precisando de um agasalho, enquanto que no caso da Sra. Inês (ver fig. 40) sua preferência pelo lugar reside no fato do sentimento de segurança, tranquilidade e proximidade com a família como elementos importantes na sua ligação com o lugar.



Fig. 40: Sra. Inês, moradora da com. de Nova Canaã. Dez./2007.
Autor: Ricardo Cardoso

Em relação aos processos que levam as pessoas a preferir um determinado lugar e não outros também se somam às experiências vividas que, de acordo com as idades da vida, “se forma, se estrutura e se desfaz” (Frémont, 1980, 23). Neste caso, no rio Cuieiras, verificam-se visões perceptivas distintas sobre o lugar dos adultos e idosos em relação aos jovens. Observe os relatos abaixo:

Não gosto muito daqui não por não ter um trabalho melhor, né?... não ter pra onde o cara sair. Nessas festas aqui todo mundo já conhece todo mundo, aqui é muito parado! (João, 19 anos, jovem morador da Comunidade de Nova Canaã)

Manaus, em Manaus, a gente vai ficando velho, vai ficando difícil com o barulho, o mal comportamento dos outros, não deixar ninguém sossegar, não deixa ninguém dormir. Dos meus amigos já morreram bem tudo, eram mais de 200 funcionários e já morreram quase tudo... eu digo quem quer viver bem, viva no interior! (Sr. José Gonçalves, 72 anos, morador da Comunidade de Boa Esperança)

As percepções sobre o lugar pode refletir um momento do desenrolar da vida. A esse respeito, Claval (1999) esclarece que na idade madura, prevalece a preferência por lugares mais sossegados, clima agradável, melhor qualidade de vida e, à medida que a velhice chega, espaços destinados ao sagrado passam a ganhar um sentido maior. Na fase jovem, fase de mutação do corpo, da afetividade, de descobertas e do mundo a descobrir e rupturas, o lugar pode ser visto como uma “prisão”, gerando sentimentos topofóbicos em relação a habitar o lugar.

Nesse sentido, Cardoso (2008), constatou que no rio Cuieiras a população das comunidades apresenta poucos jovens entre 10 e 24 anos e adultos na faixa entre 40 e 50 anos. Por outro lado, verifica-se uma considerável população entre 50 e 60 anos, sendo que, dentre os fatores que reforçam esta distribuição demográfica, estão ligados fenômenos como migração de jovens para o espaço urbano de Manaus com o objetivo de continuidade dos estudos e busca de oportunidades de trabalho.

Outra característica da organização espacial dos espaços construídos no rio Cuieiras são os tipos de moradias. As casas são em geral de madeiras (ver fig. 41), construídas com madeira do próprio lugar, sendo em alguns casos cobertas com palhas. Apesar de haver divisões entre os terrenos das propriedades, não há uma rígida separação física através de cercados, sendo mais comum o entorno da casa se estender ao quintal, espaços domésticos, onde geralmente é cuidado pelas mulheres, sendo um espaço reservado ao cultivo de pequenas hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, árvores frutíferas e criação de pequenos animais (ver fig. 42).



Fig. 41: tipo de moradia típica do rio Cuieiras. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

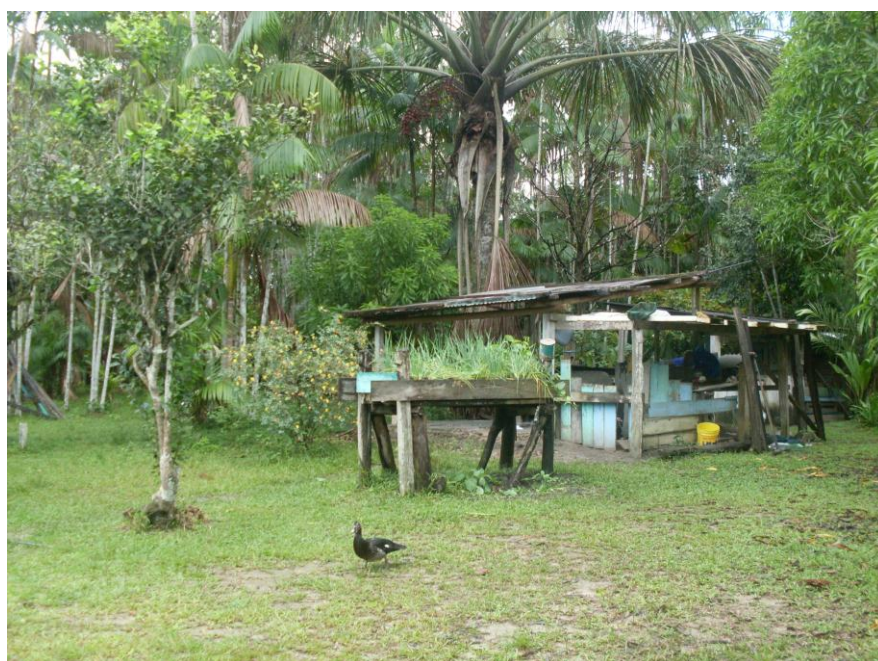


Fig. 42: quintal, espaço de criação de pequenos animais e cultivo . Jan./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

As atividades de lazer, principalmente as atividades desportivas, constituem formas de interação social significativas para os moradores do lugar. Nesse sentido, cada comunidade do rio Cuieiras possui seu campo de futebol (ver fig. 43), sendo, portanto, um espaço de apropriação coletiva e ao mesmo tempo impregnado de valores simbólicos para os moradores.



Fig. 43: torneio de futebol de campo na Com. de Três Unidos. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Claval (1999, p. 130) salienta que “em todas as idades, as atividades esportivas têm seus adeptos. Nos rincões da Amazônia, nas pequenas comunidades ribeirinhas, as práticas desportivas possuem um forte significado de interação social entre os comunitários, principalmente em períodos festivos. Vaz sintetizou bem esta relação destes moradores das margens dos rios com o lazer voltado para o esporte quando este revela o seguinte:

Os ribeirinhos gostam muito de festas e as principais são as “festas de santo” e os torneios de futebol. Nestas ocasiões os moradores das comunidades mais próximas vêm para participar. A vida da comunidade em festa se transforma: comenta-se sobre qual será o melhor time e a qualidade da aparelhagem de som (que vem da cidade mais próxima), amigos e namorados se reencontram e dançam muito. Aqueles que chegam de outros lugares são todos alojados nas casas das famílias, e mesmo um desconhecido é bem acolhido (1996, p. 54).

Aos finais de tarde e finais de semana, nas comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras, homens, mulheres e crianças (ver fig. 44) costumam se reunir no campo de futebol da comunidade, praticar esta modalidade de forma democrática, se constituindo numa interação social, minimizando os conflitos étnicos em algumas comunidades e, até mesmo religiosos, reafirmando também sentimentos de contentamento, pertencimento e afetividade em relação ao lugar, conforme podemos constatar nas revelações abaixo:

Eu gosto daquela vida d'eu tá lá na minha casa, às vezes, no final de semana, a gente vem, bater uma bolinha, brinca aquelas horas ali com os vizinhos, quando termina, eu vou pra minha casa de novo, no outro dia a gente sempre faz isso, ali fica o campo onde a gente pratica futebol, pra lá brinca todo mundo aqui da nossa comunidade, todo mundo brinca mesmo, é tão legal, vem sempre no final de semana as comunidades daqui vizinhas, sabe, então a gente vai pra lá, todo mundo se respeita, noutro lugar não tem isso, né? (Sra. Judite, moradora da Comunidade de Nova Canaã).

Sabe que mais gosto aqui? Gosto de jogar bola aqui, toda tarde, né, todo aqui, até minha mãe brinca com a gente, quando tem festa nas comunidade, a gente joga com o nosso time da comunidade os torneio de Carrera⁴³ e quando tem de pênalti⁴⁴ tem muita gente aqui que joga. Tipo não tenho vontade de ir pra Manaus, não, porque aqui eu não troco tudo isso que a gente brinca à vontade (Emanuel, jovem da Comunidade de Nova Esperança).



Fig. 44: moradores apreciando o torneio de futebol de campo. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

⁴³ Carrera é o nome que os praticantes de futebol costumam designar ao futebol de campo que agrega as regras oficiais desse esporte, havendo jogadores de linha e o goleiro que compõem a equipe de uma determinada comunidade, sendo que o número de componentes de cada equipe depende das dimensões do campo e do interesse do organizador do torneio que pode às vezes diminuir a quantidade de jogadores por equipe para aumentar o número de times participantes, garantindo o retorno monetário da premiação e direcionamento deste recurso para o custeio da festa promovida pela comunidade.

⁴⁴ O Pênalti é uma alternativa quando aos organizadores tem interesse em aumentar a premiação, sendo participação por dupla ou individual. A regra do torneio tem como princípio o número de paradas, que é o número de participação que cada dupla tem ao longo do torneio, sendo que cada derrota no pênalti, tiros livres diretos, a dupla perde um parada, ganha no final a dupla que obtiver parada (s) e as outras equipes todas eliminadas. Esta prática é muito comum nos eventos esportivos do rio Cuieiras, chamando a atenção de competidores inclusive de Novo Airão e da cidade de Manaus,

4.2 AS FESTAS E A RELIGIOSIDADE COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DO MUNDO VIVIDO NO RIO CUIEIRAS

O sentimento de habitar o lugar em seus meandros afetivos também passa pela importância das festas e da religiosidade no rio Cuieiras. Conforme já salientamos, os habitantes das comunidades ribeirinhas e indígenas gostam muito de suas festas comunitárias, quase sempre associadas aos eventos religiosos, as *“festas de santo”*.

Na concepção de Duvignaud, a festa atinge a seguinte dimensão em um grupo social:

Marca uma ruptura coletiva e particularmente clara e significativa no desenvolvimento ordinário dos dias. Ela dá ritmo aos momentos importantes da vida familiar – nascimento, casamento, morte – lembrados a cada ano nos aniversários (1973 apud CLAVAL, 1999, p. 131).

As festas, principalmente de religiosidade popular nas comunidades do rio Cuieiras, representam momentos de forte interação social, sentimento de solidariedade, referências tofólicas dos lugares de onde as famílias migraram, onde muitas vezes a realização de uma festa destinada a um santo simboliza a possibilidade de continuação das experiências vividas nos lugares habitados no passado.

O calendário de festas no rio Cuieiras e comunidades próximas representam o momento de maior interação social entre as comunidades. No mês de janeiro tem o festejo de São Sebastião, na comunidade de mesmo nome. No final de maio tem a Festa do Divino Espírito Santo, na comunidade indígena Três Unidos. No Mês de outubro é a vez da Comunidade de Boa Esperança realizar o festejo em homenagem a Nossa senhora de Aparecida. A última grande festa dedicada a santo no rio Cuieiras ocorre na Comunidade de Nova Esperança, em homenagem à Santa Luzia. Registra-se ainda que na Comunidade de Barreirinha os membros da comunidade comemoram o dia de São Francisco de Canindé, porém o pequeno festejo fica restrito somente às famílias da comunidade. Na Comunidade de Nova Canaã, não há festas religiosas e nem profana e, segundo alguns moradores, isto se

deve ao fato da característica predominantemente protestante⁴⁵ da comunidade, havendo esporadicamente eventos isolados (casamento, aniversários, data comemorativa da fundação da igreja, etc.), organizados pelos membros da igreja evangélica “Santidade Bíblica do Nazaré”.

Em relação à festa de São Sebastião, conforme salientamos anteriormente, comemora-se desde início dos anos de 1980, sendo uma promessa de uma das primeiras moradoras da comunidade, Sra. Nazaré Paulino, festejo que continua sendo organizado todos os anos, liderado pela Sra. Luiza, filha da Sra. Nazaré Paulino. observemos a narrativa abaixo:

O que me dá vontade de fazer a festa de Sebastião todo ano é o povo, porque eles me respeitam muito, eu peço sem agressividade para que eles dancem bem, dancem a noite toda, se divirtam e não briguem porque se brigarem, só tem festa até aquele ano dali pra frente não ia mais fazer...graças a deus, eles me atendem muito bem, vem pessoas de Roraima, Novo Airão. Minha satisfação é essa e outra que tenho é a tradição de minha mãe e eu não quero perder a tradição da minha mãe, foi o compromisso que ela me entregou, né, ela me entregou toda a responsabilidade da igreja (Sra. Luiza, moradora da comunidade de São Sebastião)

O festejo de São Sebastião no rio Cuieiras é considerado uma das maiores festas do baixo rio Negro, ocorrendo sempre na segunda quinzena de janeiro, envolvendo atividades esportivas (torneio de pênalti e futebol de campo, adulto, masculino e feminino, infantil), levantamento de mastro, leilões de guloseimas, a missa (ver fig. 45) e a festa, que geralmente conta com bandas musicais de da cidade de Manaus e comunidades vizinhas.

⁴⁵ A expansão das igrejas protestantes nas comunidades ribeirinhas na contemporaneidade, no espaço rural do Amazonas, espaços historicamente construídos com a participação da igreja católica, vem contribuindo para mudanças radicais no cotidiano dessas comunidades. A esse respeito, Harris (2006) cita o convertimento de famílias outrora católicas em protestantes, conversão que reflete nas relações sociais (não mais participam das mesmas festas e eventos religiosos), não comem mais determinadas espécies de peixes e caças, assim como rejeitam histórias associadas ao ambiente encantado, gerando rachas e novas territorialidades, as comunidades ribeirinhas protestantes.



Fig. 45: missa em homenagem a São Sebastião. Jan./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

O festejo do Divino Espírito Santo na comunidade indígena de Três Unidos é realizado sempre nos dois últimos finais de semana. O líder da comunidade, Sr. Waldemir, é um dos responsáveis pela organização do evento, sendo um dos eventos religiosos do lugar onde se percebe um forte zelo ao caráter religioso do evento. A igreja construída em homenagem ao Divino Espírito Santo tem no seu interior uma imagem da Pomba Branca (ver fig. 46), símbolo do Espírito Santo, os moradores enfeitam toda a comunidade com fitas de variadas cores, sendo que, segundo Mariano (2009), cada uma dessas cores simboliza um dom do Divino Espírito Santo. Têm-se as bandeiras vermelhas e tambores como elementos importantes do rito da festa religiosa.



Fig. 46: altar da igreja do Divino Espírito Santo, com. Três Unidos. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

No mês de dezembro, o grande festejo do rio Cuieiras ocorre na Comunidade indígena de Nova Esperança. Trata-se de uma festa religiosa católica que tem como umas das suas especificidades recriarem a festa de Santa Luzia, um festejo existente na Terra Natal, Santa Isabel do Rio Negro, das famílias que habitam a comunidade. Através das narrativas dos moradores, será apresentado o festejo de Santa Luzia no rio Cuieiras:

Desde de 93 [ano de 1993], nós começamos lá pra onde nós morava, a gente festejava também, aí quando nós chegamos, passou um tempinho, aí nós começamos de novo... A festa do alto [Rio Negro] é tudo assim com bandeira, aí eles vão encontrar o mordomo, vão encontrar o festeiro, eles cantam, é muito bonito, eles cantam! (Sra. Orgulhina, moradora da Com. de Nova Esperança).



Fig. 47: recepção aos visitantes do festejo de Santa Luzia. Dez./2009.
Autor: Ricardo Cardoso

...aí levam a santa pra terra, ficam só, esperando os mordomos chegar, aí toda vez que o mordomo chega, esse mordomo é alguém que sempre faz uma promessa pra Santa Luzia, aí tem que ir lá pagar, aí tem mordomos de outras comunidades, aí toda vez que o mordomo chega, tem que descer com a Santa até na beira e levar pra terra, aí o mestre sala fica responsável de pegar os bagulhos [gêneros alimentícios e bebidas], as coisas, e levar pra um local onde lá vai ficar, aí a Santa é carregada até a igreja. Toda vez que um mordomo chega, aquele que chegou primeiro desce com a Santa e entrega a Santa pra aquele que chegou e aí eles saem e levam pra igreja (Amildo, morador da Com. de Nova esperança).



Fig. 48: chegada da imagem de Santa Luzia à comunidade. Dez./2009.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 49: missa em homenagem à Santa luzia, com. de Nova Esperança. Dez./2009
Autor: Ricardo Cardoso

O período do festejo de Santa Luzia tem início na quinta-feira da semana do evento com a visita do barco de esmola às comunidades vizinhas:

No dia da saída, primeiro tem a abertura, tem a saída da canoa de esmola, tem aquelas troca de foguete... Sobre o barco de esmola porque lá pra Santa Isabel que eles festejam Santa Isabel, São Lázaro, São Pedro, aí todos eles tem essa canoa de esmola, então essa canoa de esmola, sai em todas as comunidades pra arrecadar assim alguma fruta, farinha, alimentos também pra não sair muito pesado pros festeiros. Dentro do barco vai o mestre sala, juiz do mastro e outras pessoas que ficam encarregadas de receber as coisas. Esse barco de esmola passa por todas as comunidades daqui do Cuieiras, só na Canaã, porque aqui só tem mais evangélicos, né, aí a gente respeita (Amildo, morador da Com. de Nova esperança).

Da chegada do barco de esmola com a Santa Luzia ao alvorecer de domingo as atividades são intensas, envolvendo todos os comunitários e, inclusive de outras comunidades:

A missa é realizada na sexta-feira e tem a levantação, cinco horas da tarde, do mastro, esse ano foram quatro mastros, sábado tem o torneio, à noite, a festa. Ainda sexta, umas três horas tem a entrega do mastro que é o pro juiz de mastro, que entrega pro festeiro, que vão colocar os produtos no mastro que é pra levantar. Sábado tem o currere, onde os mordomos acabam todas as bebidas que eles têm, por exemplo, se tu levar um litro de vinho, não pode sair de lá com o vinho pela metade, tem que acabar tudo lá mesmo. A noite tem a missa e, em seguida, a festa. Esse ano um padre lá de Novo Airão vinha rezar a missa, só que ele não foi, aí quem fez foi o Zé Mutuca que é da comunidade” (amildo, morador da Com. de Nova esperança).

A organização do festejo se realiza mediante o compromisso que cada participante assume, havendo uma democrática divisão de funções:

O procurador é pra ir tirar água, ajudar na cozinha. O mestre-sala é pra cuidar lá da sede, pra ver se a dama tão sentada lá na sede, se tão dançando, se o pessoal não tão bagunçando. Coloca dois mestre-sala, um pra cuidar da igreja, pra tá acendendo vela, pra não deixar o pessoal bagunçar. A juíza do mastro, se hoje é a festa quem vai bancar é ela, sabe, ela vai tomar de conta, ela vai fazer o cafezinho dela, ela vai fazer o almoço, ela fazer por conta dela, sabe, mas aí tem os mordomos que ajuda, sabe, coopera assim com feijão, arroz, carne mermo pro pessoal comer. Aí depois das três horas é a entregação do mastro, aí a juíza do mastro já vai entregar pra festeira, a festeira que vai tomar de conta até toda a festa, mas é a gente que organiza a festa, mas tem a festeira, paga promessa... (Sra. Orgulhina, moradora e organizadora do festejo de Santa Luzia).

O festejo de Santa Luzia é resultado de uma promessa:

A gente festeja Santa Luzia já lá quando a gente morava no Alto [rio Negro]. Nesse tempo eu tinha só uma filha, a Sônia, aí nós tava na barraca de seringá, nós tava cortando seringá, aí chegou um bucado de gente, assim vizinho mermo, vinham também cortar seringá, aí o velho disse assim pra mim: - vai fazer um café, disse ele pra mim, pra dá pro pessoal beber, aí eu fui pra cozinha, uma barraca assim, aí fiz fogo no fogareiro, numa panelinha assim com alça, aí tava conversando, ia pra lá pra frente, aí a água tava fervendo, aí coloquei o pó dentro, aí o quê que achou essa menina de fazer, ela era desse tamanho assim, menino, quando eu peguei aquela panela, que eu dei uma volta assim, parece que a menina vinha ainda atrás, aí a panela bateu bem aqui [na face de sua filha], aí foi uma gritaria, sofri uma noite com ela, quando ela amanheceu, esse rosto dela ninguém via, mas ela chorava, ô, chorava, aí tinha um rapaz que tinha um bom remédio, assim pra queimadura, pomada, aí velho foi lá com ele, nos passemos, aí pai dela disse assim: - será que queimou o olho dela, será que afetou o olho dela? vamo ver quando desinchar. Aí ele fez uma promessa com Santa Luzia, promessa bem feita mermo, ele disse que não deixasse secar o olho da filha, que ela ia voltar a enxergar normal, assim que ela melhorasse, que voltasse a enxergar, ele ia mandar comprar uma imagem de Santa Luzia. No dia que chegasse essa imagem de Santa Luzia, ele ia mandar rezar, ia comprar comida pro pessoal comer a vontade, aí ele ia começar com a festa e no outro ano ele já ia fazer festa assim, com mastro, com tambor e foi assim que começou, aí não afetou os olhos dela não, graças a Deus. Ficou uma marca aqui, cicatrizou... aí nós chegamos aqui, fomos lá com o Silverio, aí ele disse que era bom mandar rezar na época de Santa Luzia, aí nós conhecia pouca pessoa, né, aí nós rezemos na festa de Santa Luzia, nós convidamos seu Mister, Roberto, Helton, tudinho, Auxiliadora, velho Sarney. Nesse tempo, eles moravam todinho pra cá, né, aí depois do almoço nós conversemos, né, com o pessoal, olha outro ano, se Deus quiser, vamo fazer assim, vamo começar com a nossa festa, nós vamo colocar mordomo, festeiro, juíza do mastro, procurador, mestre-sala, tudo isso tem... (Sra. Orgulhina, moradora da Com. de Nova esperança).

As manifestações religiosas dos habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras, que através dos festejos de santos rompe com o cotidiano do grupo, assume diversas especificidades no lugar, sendo foco também de valores toponímicos.

Conforme os relatos dos moradores, a realização dos festejos é resultado do envolvimento coletivo dos comunitários, pois os dias de realização do festejo envolvem inúmeras atividades, entre os quais destacamos o papel das mulheres na preparação do almoço que é ofertado aos visitantes. Trata-se de um momento forte de reafirmação de laços fraternais entre todos os participantes, uma vez que o custo de uma festa nessas comunidades são elevados para os padrões locais, havendo a necessidade de contribuição de todos os membros da comunidade e adjacências.

Durante a realização da missa correm os ritos de batismo e casamento, onde todos os membros da comunidade e visitantes participam, momento em que crianças e jovens estão presente e assimilando os saberes desta tradição. Após a missa, ocorre a festa, que representa um dos momentos do festejo mais esperado pelos “festeiros”. Cada comunidade possui a sede (ver fig. 50), onde é realizada a festa, sendo que em cada comunidade há um espaço reservado para acolher os visitantes, atar as redes, cuidar das crianças e dormir, aguardando o alvorecer do domingo, onde ocorre a derrubada do mastro (ver fig. 51).



Fig. 50: sede usada para comemoração dos festejos religiosos. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso



Fig. 51: derrubada do mastro no alvorecer de domingo. Mai./2010.
Autor: Ricardo Cardoso

Em relação aos festejos religiosos nas comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Cuieiras, é interessante resgatar o conceito de cultura de Claval (1999) a respeito das raízes culturais de um grupo social que tem raízes num passado distante, imerso no território, onde seus mortos foram enterrados e seus deuses e mitos foram manifestados, sendo raízes que são transmitidas de geração a geração e assumindo especificidades em cada lugar.

4.3 UMA NATUREZA PERCEBIDA PELOS SENTIDOS

Nas relações com o seu ambiente de vida, as percepções dos habitantes se voltam também para o movimento da natureza e a repercussão em suas vidas, manifestadas através de sentimentos tofílicos. Nesse sentido, os moradores ao falarem de seu lugar, expressam uma relação existencial com ele, para estes a tranquilidade e o silêncio deste lugar, é a razão maior de não desejarem outro lugar para morar, conforme os relatos abaixo:

Aqui é o mesmo que está no céu, me arrependi de não ter vindo a mais tempo. Eu gosto na verdade de tudo, principalmente desse silêncio, quer ver? Escuta aí, que coisa boa, não tem uma zoadinha de carro, nem de

aparelho, nem nada, né?... Não tem coisa melhor, é muito bom a natureza, eu vivo aqui porque eu gosto mesmo (Sr. Adailton, morador da Comunidade de Barreirinha)

Você dorme aqui uma noite se você viu o silêncio que tem, a tranquilidade, parece assim que o cara tá dentro de um ar condicionado, é sinal que nós tamo dentro mesmo do ar condicionado de Deus. É uma lindeza, não tem carapanã, não tem nada para lhe perseguir (Sr. José Raimundo, morador da Comunidade de São Sebastião)

Na beira do rio tem a brisa... o sombrio da natureza é muito importante, né? O silêncio, quando, você tá só na mata, você ouve a natureza, a natureza fala, você pode ficar observando na mata, parece assim que ela tá falando (Sr. José Messa, morador da Comunidade de São Sebastião).

Eu acho tudo muito bonito aqui, mas eu acho mais bonito mesmo é quando chove, quando a chuva vai caindo. Em Manaus você não olha nem as estrelas, nem a lua, nem nada (Sr. Adailton, morador da Comunidade de Barreirinha).

Observa-se, através da fala dos moradores, uma percepção obtida através do ouvir, sentido que na concepção de Tuan (1980) aumenta grandemente nossa experiência de espaço, contribuindo para o afloramento de sentimentos agradáveis e desagradáveis em relação ao lugar.

O sentido do paladar, o gosto pelos alimentos existentes no rio Cuieiras também são sensações que revelam o prazer de habitar o lugar. Alguns moradores entrevistados declaram desinteresse em ir para o espaço urbano de Manaus, destacando entre outros motivos não apreciar o peixe conservado em gelo que é comercializado na cidade, tendo, segundo eles, um gosto muito “*estranho*”, conforme podemos verificar na narrativa abaixo:

...porque aqui só tem coisa boa, se ele quiser como um peixe fresco, galinha, um porco, come um peixinho tirado na hora. Em Manaus só come coisa que faz mal, a galinha da cidade só é coisa de ração e o peixe também (Sr. José Gonçalves, comunidade de Boa Esperança).

...eu, por mim, minha vida se acaba aqui, primeiro porque na cidade grande eu não me dou com a comida, não me dou com coisa gelada, peixe, principalmente, eu não como quando tô em Manaus (Sr. José Raimundo, morador da comunidade de São Sebastião)

Em relação à percepção da natureza pelos sentidos dos habitantes do lugar, é interessante destacar, ainda, a íntima relação de alguns moradores que se dedicam às atividades extrativistas de caça e pesca. A caça, por exemplo, exige do caçador uma habilidade dos sentidos de audição e olfato; é preciso, além de selecionar os espaços com potencialidade para uma boa caçada, é preciso muitas

vezes criar caminhos pela floresta, limpá-los sutilmente, removendo folhas e galhos, visando uma audição acurada em relação a uma possível presença da caça, assim como a utilização do olfato para sentir a presença da caça. Dessas habilidades perceptivas que o caçador desenvolve com a natureza, através do sentido, depende o sucesso da caça.

Quando você ver que tem muita caça andando na mata, você limpa aquele terreno pra não atrapalhar você na hora de ouvir o bicho se aproximando, varre bem varredinho aquela área pra quando você andar não fazer zuada, aí você vai no escuro, só foca a lanterna quando tiver próximo da caça. Na mata a gente tem que ser esperto, saber ouvir bem, até mesmo cheirar pra sentir se passou um porco por exemplo, eles têm uma catinga forte, por exemplo, dia de chuva é ruim porque a gente não consegue perceber bem tudo isso, sabe (Sr. Domingos, Com. de Boa Esperança)

Aqui o pessoal caça nas beiradas, alguns faz o ramal, metade varrida pra pescar na varrida, mas é muito perigoso, cobra e varrida é quando você ver aonde ta passando bastante caça, daí você faz tipo um caminha assim de um metro de largura, é bem limpinho, aí você varre bem varredinho pra ficar bem limpinho pra quando você for caçar ficar mais fácil de pra ouvir, né, sabe, a gente não pode só confiar nos olhos, tem que parar pra ouvir bem tudo que a natureza mostra, sabe como, o peão que aprende a ouvir a mata, né, assim, os bichos, tem que saber tudo isso (Raimundo, caçador e morador da Com. de Nova Canaã).

À medida que os habitantes do rio Cuieiras interagem com o seu ambiente natural, vão aguçando seus sentidos e, assim estabelecendo uma relação que se estende para além dos imperativos materiais, sendo também ao mesmo tempo uma jornada de busca para organização do seu próprio mundo vivido. Nesse sentido, recordemos Relph que salienta que *“através dos nossos sentidos estamos ligados ao espaço – nós penetramos e olhamos dentro dele, movemo-nos através dele, ouvimos e cheiramos através dele”* (1979, p. 8).

4.4 UMA NATUREZA VIVENCIADA PELOS MITOS

Sobre o modo de vida e o mito na cultura das populações ribeirinhas amazônicas, Silva tece o seguinte comentário:

A construção interpretativa do mundo ribeirinho está carregada de sentido, significados e símbolos nascidos dos conhecimentos acumulados na vivência cotidiana com o ambiente. Os mitos e as narrativas míticas são

elementos aos quais os indivíduos atribuem um significado e que por sua vez, orienta-os no mundo (2007, p. 231).

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, e entre os habitantes das comunidades ribeirinhas do rio Cuieiras não é diferente, as histórias sobre seres encantados que permeiam o imaginário dos moradores constituem elementos importantes na relação com o lugar vivido, sendo formas de conhecimento que são transmitidos às novas gerações que fazem o papel de reinterpretação dos saberes míticos e contribuem para a “*organização*” do mundo vivido dessas populações (SILVA, 2007).

Sobre as histórias imaginárias, afirma Nogueira (2005), em sua essência são repletas de conhecimentos sobre o lugar, porque surgem da relação (experiência) que seus habitantes têm com este. Ainda que as histórias narradas sirvam de instrumentos de proteção da natureza e do lugar, muitas vezes são vistas com um sentimento de Topofobia, ou seja, os habitantes sentem receio ou medo de freqüentar determinados lugares.

Apesar de serem ainda muito presentes no cotidiano dos habitantes do rio Cuieiras, não podemos deixar de perceber que as narrações a respeito de seres encantados vêm perdendo a função de proteger os lugares ao longo dos anos, pois a nova geração pouco conhece ou acreditam na veracidade das histórias, que timidamente ainda são narradas pelos mais antigos, sendo que muitos afirmam não terem visto, mas foi alguém próximo deles que experienciou algo incomum nos arredores:

Eu ouvi a zuada duma foi lá próximo de Manacapuru, eu ouvi só a zuada dela, eu não estava sozinho, tava eu e um cunhado meu, nós tava tarrafiando, pegando peixe de noite, lá na boca de Anamã, aí ia baixando, né, aí ouvi uma zuada, tchee, não tinha vento, não tinha banzeiro, aí disse, rapaz, aquilo é a cobra grande... aqui ouvi falar da cobra grande na boca do Cuieiras, pessoal da FUNAI que viram atiram nela, mas não deu pra pegar nela, mas tiveram que correr pra beira, quase que pegava eles (Sr. Nazareno, 74 anos, morador da Comunidade de Nova Canaã)

As histórias mais presentes no imaginário dos moradores das comunidades do rio Cuieiras são a existência da cobra grande na desembocadura do rio Cuieiras, o aparecimento de pessoas estranhas no trecho do rio após a última comunidade, no sentido jusante-nascente, assim como surgimentos repentinos de imensas clareiras de fogo, denominadas pelos moradores de fogo-fátuo, geralmente

vista por pescadores, caçadores e condutores de barco escolar, conforme as narrativas abaixo:

Tem a ilha do cavalo que é desse lado daqui, e do lado de lá tem a ilha da Princesa, falavam que tinha uma época que elas se juntavam, tinha uma época que ficava uma pertinho da outra. Passava um mês, mais ou menos, voltava de novo para o mesmo lugar, o pessoal falava que era uma cobra grande (Darlan, condutor de barco escolar e morador da Comunidade de Boa Esperança)

Tem uma prainha, lá pra cima, fora do Cuieiras [no rio Negro], então os moradores de lá, muitos anos atrás, disque um foi pescar pra lá de madrugada, pescando por lá, quando foi olhar, era um fedor, mais um fedor, disque era uma cobra que era uma maceta, ela tava de boca aberta lá e os peixinhos só pulando na boca dela, disque ele se assombrou e foi embora, chegou na casa dele, ano passado, ouvimos falar muito dessa cobra que tava aparecendo, lá na boca do Cuieira (Darlan, morador da Comunidade de Boa Esperança).

Tinha um rapaz que uma vez foi caçar aí no mato, quando lá pela alto da noite apareceu um macaco que era um monstro de grande, começou a jogar galho de pau nele, ele saiu foi correndo, veio o macaco, não seguiu mais ele, não, veio, chamou o Marcelino, e disse que tinha macaco grande tacando pau nele, aí o Marcelino disse: - rapaz, eu não vou não, porque isso aí é mãe do mato (Sr. José Gonçalves, morador da Comunidade de Boa Esperança).

Uns quatro anos atrás eu me assombrei ai nessa cachoeira, aqui em cima [se refere ao trecho do rio Cuieiras, após a última comunidade, no sentido jusante-nascente]. Eu e meu cunhado fomo pescar pra lá, ai ele falou: - rapaz, ômbora subir (o rio) de canoa, nós passa um pouco da cachoeira, a gente sobe, sobe e sobe, aí quando escurecer a gente faz aí uma comida, fica um pouco e baixa [o rio]. Aí fomo embora, subindo, quando deu umas seis horas, aí começou a chover forte mermo, aí parou ficou aqueles pingo assim, aí quando olhei, ele agoniado lá na proa, eu vinha na popa, vi aquele bicho lá adiante, pra mim era uma criança, até juro que era uma criança, uma criança branquinha, sentada dentro d'água, vinha assim, perna cruzada, sentada, pra mim era uma criança, rapaz, veio, veio, aí ele remou pra beira, eu falei rema pra beira, aquele bicho veio por dentro d'água, deu o remanso e jogou pro nosso rumo, eu falei rema pra trás, isso já era seis e meia já, a noite já vinha quase escurecendo, aí bateu na proa da canoa, mergulhou depois do meu lado, foi quando eu me assustei, quando eu me assustei, ele se assustou também e mergulhou e boiou mais no meio do rio e sentou em cima d'água e foi embora, e aí com a correnteza do rio, o rio faz a volta, né, aí foi e dobrou, aí o Daniel ficou assim o que era aquilo, rapaz, não sei não, falei pra ele, parecia uma criança... nós ficamos meio assombrado, ô, naquele dia foi complicado" (Darlan, morador da Comunidade de Boa Esperança).

O rapaz que caçava disse: - um dia bom hoje, vou matar uma anta lá. E foi embora, tarde já, foi lá, armou a espera, atou a rede dele, umas dez horas lá vem aquele negócio, vem pisando, rapaz, é a anta, quando chegou, que ele espiou, era um homem que era o maceta, foi chegando perto dele, quando chegou assim, ele deu um pulo, veio embora, não foi nem na canoa, olha! (Sr. João, morador da Comunidade de Barreirinha).

Tinha um cara que toda a noite ia pra espera, era tatu, era paca, era tudo, nessa noite era noite de domingo, falou pra mulher que ia caçar, aí ela

falou: -mas rapaz, toda noite você sai pra caçar, deixa pra ir terça-feira. Aí ele falou: - não, vou hoje mermo porque amanhã começo a trabalhar. Aí quando foi umas horas da noite, lá vem o bicho, quando chegou no cabo da rede dele começou a morder e ele sentia que mordida, fazia aquele 'tró, tró', que diabo era isso, quando foi ver era um tatu sem cabeça... chegou em casa nadando, ele ficou doido (Sr. José Gonçalves, morador da Comunidade de Boa Esperança).

Esse negócio de fogo-fátuo eu cheguei a ver mais de uma vez, uma vez vi ali naquela ponta, seu Arnaldo sempre ver, ele aparece mais assim umas sete horas da noite... uns dizem que era lobisomem, os antigos falam que é lobisomem, né, tem outro que diz que é dinheiro que tá enterrado. Eu acho que o lobisomem mermo porque tem vez que ele assombra as pessoas...ele realmente existiu, agora não sei não porque já tá mais avançado, mas pra lá pra cabeceira [próximo à nascente do rio Cuieiras] deve ter ainda, sempre aparece. Não sei também se vão se afugentando porque vai aumentando a população, né? (Sr. César, condutor de barco e morador da Comunidade de Nova Canaã).

Conforme vimos nas narrativas míticas acima as histórias sobre seres encantados, que surgem da água ou na floresta, faz parte do imaginário dos habitantes do rio Cuieiras, contribuindo para estabelecer regras de interferir no próprio ambiente natural, sendo também formas de interpretar seu próprio mundo vivido (SILVA, 2007). Para ilustrar, temos o exemplo do Sr. José Gonçalves que, após narrar suas histórias de seres encantados, desabafa a respeito da ganância de algumas pessoas: *“esse pessoal quando mais matam, mais querem”*. A fala deste morador revela uma percepção a respeito das mudanças que houve no lugar, no que se refere à relação de respeito e critérios de uso dos recursos naturais que no seu *“tempo”* era mediado também respeito aos seres encantados.

De fato, a crença em seres encantados enquanto elementos constituintes da relação dos habitantes com o seu ambiente natural, em muitos lugares da Amazônia, estarem sujeitos a mudanças perceptivas, que reflete nas ações destes sobre o meio, consideramos também os impactos decorrentes das leis ambientais que se sobrepõem às comunidades ribeirinhas e indígenas, pois ao estabelecer *“novos critérios de uso dos recursos naturais”*, afetam o equilíbrio desta relação homem e natureza, construída ao longo da vivência e experiência com o lugar.

Para os habitantes do rio Cuieiras a realidade primeira é o lugar, a dimensão experienciada e vivida, constituída para além das relações materiais e ambientais, revestida também de valores simbólicos, onde cada espaço se soma à dimensão do tempo num sentido existencial, configurando a trama das singularidades dos lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma verdadeira viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo.

Marcel Proust

A viagem ao mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras teve como objetivo compreender a dinâmica de vida destes a partir de suas relações socioculturais, ambientais e afetivas com o lugar. Visando o cumprimento do objetivo exposto, se apropriamos da proposta de Bonnemaïson (2002) que não basta viajar em torno do território, mas procurar invadi-lo e revelar a convivência secreta que liga os homens aos lugares, assim como seguir a orientação de Eric Dardel que o geógrafo não perde nada ao deixar em suspenso “*as verdades científicas*” e abraçar o mundo vivido dos sujeitos que constroem as singularidades dos lugares.

Para efetivar a proposta desta pesquisa, direcionamos nossas reflexões para a Geografia humanista que se preocupa com a dimensão cultural, uma vez que esta abordagem tem como um dos seus campos de análise o mundo vivido, que parte de uma leitura dos princípios fenomenológicos para a compreensão da intersubjetividade e sua relação com o ordenamento espacial.

Nesta caminhada, se apropriamos da categoria geograficidade de Eric Dardel para trazer à tona o mundo percebido e vivido dos habitantes do rio Cuieiras em seus combates diários para a vida, enquanto manifestação e base do seu ser social.

Ao final da jornada, pedimos permissão para compartilhar algumas considerações a respeito dos resultados obtidos nesta pesquisa:

O espaço rural do município de Manaus foi o lugar escolhido para os propósitos desta pesquisa. O olhar se voltou para a produção da vida nas margens do rio Cuieiras, em suas múltiplas inter-relações com o lugar e, assim, ter a oportunidade desvendar uma face da Amazônia tão natural quanto humana, onde estes homens e mulheres, concordando com Loureiro (1995), através de um comportamento geográfico insaciável imprimem na paisagem os padrões de sua afetividade e de sua visão de mundo, numa relação indissociável de natureza e cultura.

Descrever a história de surgimento das comunidades do rio Cuieiras, sob a ótica de quem vive no lugar, exigiu que ultrapassássemos as explicações generalizantes sobre a região. Neste sentido, vimos, através das narrações dos moradores, que as histórias do surgimento das comunidades espalhadas ao longo desse rio estão carregadas de referências e significados, de busca de sentidos, onde o lugar assume referências ambientais de um lugar deixado para traz, assim como a busca pela tranquilidade que a grande cidade não oferece mais.

As histórias das comunidades que tivemos a oportunidade de conhecer através de seus moradores se entrelaçam e convergem para uma realidade geográfica que se exprime nas referências coletivas do lugar: a igreja construída sob o suor e a fé do grupo, a escolinha que aproximou as famílias e onde os filhos foram letrados nos primeiros anos, assim como a própria comunidade, bem expressa nas palavras do jovem indígena, onde a esperança de progredir no sentido comunitário representa um desejo compartilhado por todos.

Em relação à inter-relação do habitante com o lugar, chamou atenção a capacidade que estes sujeitos têm para trabalhar a potencialidade que o ambiente natural oferece em suas múltiplas faces temporais e espaciais, resultado das suas relações perceptivas e vividas, transmitidas de gerações a gerações. Para estes moradores, a mudança sazonal da paisagem, no que se refere à subida e descida do nível das águas, representa mais que o desenrolar de um fenômeno natural que ocorre ciclicamente: separa o período da “*fartura*” do período da “*escassez*”, anuncia o início ou fim do período da malária, enfermidade que desperta sentimentos topofóbicos em relação ao lugar, entre outras percepções que vão moldando a relação destes habitantes com o lugar.

O uso da floresta, no que se refere à atividade de extração de madeira para as diversas finalidades, é na atualidade o fenômeno que dimensiona mais claramente a interface entre os habitantes do rio Cuieiras e à lógica externa do mercado, assim como “*as novas*” formas de ordenamento territorial, que se faz presente no lugar principalmente através das leis ambientais, que impõem restrições ao uso dos recursos naturais, interferindo nas dinâmicas socioculturais e ambientais dos grupos, tanto indígenas como os não indígenas, em relação aos seus lugares de vida.

Ainda, em relação à “*nova*” cartografia ambiental do rio Cuieiras, ou seja, a lógica de proteção integral da natureza sem a presença humana, concordamos

com Nardy (2007) quando este afirma que ao implementar políticas de proteção ao meio ambiente, não podemos deixar de considerar a visão de mundo e as múltiplas relações que estes habitantes estabelecem com o lugar, pois se não for levado em consideração no processo de tomada de decisão, uma espécie de *“dano ambiental invisível”* ocorrerá.

É na escala do mundo vivido que as diretrizes ambientais atingem o ponto maior de sensibilidade, refletindo em incertezas em relação ao futuro bem expressas nas narrativas da senhora indígena: *“como nós vamos viver, como vai ser daqui pra adiante, o que esses brancos vão fazer com nós?”*

Concordando com Leonard (1999), é necessário que a implementação de unidades de conservação não pode ser feita à revelia dessas populações, ou melhor, desses homens e mulheres que concebem suas vidas num plano indissociável da natureza. Estes não podem ser esquecidos ou prejudicados na formação de políticas públicas refletidas em leis de qualquer natureza, pelo contrário, criação de unidades de conservação deve inclusive levar em conta a cooperação desses habitantes, os principais interessados, que teriam muito a contribuir com sua história, conhecimento, cultura, etc.

A consolidação de uma política ambiental só atingirá seus objetivos maiores se considerarmos a complexidade do histórico relacionamento das populações humanas com a natureza. *“As leis de proteção da natureza deveriam levar em conta, além da flora e da fauna, a proteção desses seres humanos”* (LEONARDI, 1999, p.188), devendo ser reconhecido seu trabalho exercido em proveito da conservação da natureza, pois, segundo Diegues (2001), sem essas populações muito dos ecossistemas hoje transformados em Unidades de Conservação já teriam sido destruídos.

Na última etapa da viagem ao mundo vivido dos habitantes do rio Cuieiras, procuramos trazer à tona as percepções destes moradores sobre o sentido profundo de habitar o lugar em suas múltiplas formas (festas, religiosidade, atividades lúdicas e relações com a natureza através dos sentidos e dos mitos) e revelar uma forma específica de habitar em sua autonomia, criatividade, diversidade e complexidade.

Neste sentido, compreender a geograficidade do rio Cuieiras, a partir das percepções dos seus próprios habitantes, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das condições naturais e humanas, pois *“a riqueza*

da existência humana e a necessidade para existir a Geografia está no fato de sermos diferentes e existirem diferentes lugares (CASTROGIOVANNI, p. 83, 1999), e, assim, aceitar a idéia segundo o qual “a Geografia é obra de todos” (J.-P.FERRIER apud ROUX, 2004, p. 62).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **“Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação.** In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo – SP. Annablume, 2000.

BARBOSA, Roosevelt P. e FREITAS, Carlos E. **Apetrechos e técnicas de pesca da bacia do rio Negro.** Manaus: EDUA, 2006.

BECKER, Bertha K. **Redefinindo a Amazônia: o Vetor Tecno Ecológico.** In: Castro, I. E. et al. (org.). Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** – Obras escolhidas – Vol. 3ª Edição. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.

BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território.** In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L (org.). Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2002.

BRASIL. 1981. Decreto nº 86.061 **que institui a Estação Ecológica de Anavilhanas.**

BRASIL. 2000. Lei nº 9.985/00 **que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.**

BRASIL. 2005. Projeto de Lei nº 6.409/05 que Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.** In: Perspectiva da Geografia. Antônio Carlos Christofolletti (org.). São Paulo, Difel, 1985.

CAMPOS, Marilena Altenfelder de Arruda. **Cruzando ecologias com caçadores de caça no Baixo Rio Negro – Amazonas.** --- Manaus : [s.n.], 2008.

CARDOSO, Thiago Mota. **Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no rio Cuieiras, baixo rio Negro, Amazonas.** Dissertação (mestrado) – INPA/UFAM, Manaus, 2008.

CARDOSO, Thiago Mota., SEMEGHINI, Mariana Gama. **Diálogos agroecológicos: conhecimento científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no rio Cuieiras (Amazônia Central).** Manaus : Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009.

CLAVAL, Paul. **O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana**. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (org.) *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural** / tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. — Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. **Abordagem da geografia cultural**. In: CASTRO, Iná Elias de. E et alii (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLEARY, David. Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização**. — Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

COLCHESTER, Marcus. **Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e áreas Protegidas**. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo – SP. Annablume, 2000.

CORREIA, Marcos Antonio. **Ponderações reflexivas sobre a contribuição da Fenomenologia à Geografia Cultural**. R. RAÍGA, n. 11. Editora UFPR Curitiba-PR, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Organizadores). **Introdução à geografia cultural**. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRUZ, M. J. M. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro da Várzea-AM**. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1999.

_____. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. USP - São Paulo, 2007 (tese de doutorado).

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: - um paraíso perdido**. Manaus. Ed. valer, ed. da universidade federal do Amazonas, 2003.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** Tradução de Maria José J. G. de Almeida. — São Paulo : Centauro, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Tradução: António Gonçalves. Coimbra – Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 2ª Edição. Editora Bertrand Brasil. São Paulo, 2000.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados e Curibocas: Análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), século XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

HOLZER, Werther. **A Geografia fenomenológica de Eric Dardel**. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HOLZER, Werther. **A Geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990**. Dissertação de mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 1992.

HOLZER, Werther. **A Geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90**. R. bras. Geog., Rio de Janeiro, 55 (1/4): 109 – 146, jan./dez. 1993.

IBGE. 2010. **Censo demográfico**.

IRVING, Marta de Azevedo (organizadora). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro : Fundação Bio-Rio : Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006).

LEITE, Adriana Filgueira. **O lugar: duas acepções geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21 / 1998.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15 e Unb, 1999.

LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem, com uma introdução à antropogeografia**. 4ª edição, Ed. Nacional. Brasília, 1975.

LIMA, Deborah de Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. – Belém : Cejup, 1995.

LUCHIARI, M. T. D. P. **A (re) significação da paisagem no período contemporâneo**. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

MARIANO, Neusa de Fátima. **A divina festa do Espírito Santo: uma manifestação da religiosidade popular em Mogi das Cruzes, SP**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 25, pp. 89 – 108, 2009.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MEIHY, José Carlos S. Bom, **Manual de História Oral**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

MELLO, J. B. F. 1990. **Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo**. R. Bras. Geog., 52 (4): 91-115.

MELLO, J. B. F. de. **Descortinando e (re) pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan**. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELO, V. M. **Paisagem e simbolismo**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (organizadores). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Martins Fontes. São Paulo, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/menu/institucional>. acesso em 19. de out. de 2010.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Coleção Araújo Lima, Agência SPVEA – Rio, 1960.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

NARDY, Afrânio José Fonseca. Geograficidade e Juridicidade na formação da Política Ambiental Brasileira. In: KOZEL, Salete, Org.: SILVA, Josué da Costa, Org.: GIL FILHO, Sylvio Fausto, Org. **Da Percepção e Cognição: Reconstrução Teórica da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Lugar e cultura: a produção da vida no Careiro da Várzea**. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Relatório de pesquisa, 2005. (mimeo)

_____. **Percepção e Representação Gráfica; a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas**. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2001.

_____. **Uma interpretação fenomenológica na geografia**. In: Silva, Aldo A. Dantas. Galeano, Alex (orgs.). Geografia, ciência do complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NUGENT, Stephen. **Identidade, História e Sociedade: Utopias e distopias na paisagem social amazônica**. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.;

NEVES, Walter, Ed. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 2ª Ed. Editora da Universidade Federal do Amazonas / Universidade do Estado do Amazonas, 2003. (Série Amazônia: a terra e o homem).

Plano de Gestão Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul (Versão para consulta publica. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Manaus-AM, 2010.

RELPH, Edward. **As bases fenomenológicas da Geografia**. In: GEOGRAFIA, 4(7): Rio Claro-SP. Abril, 1979.

RIBEIRO, Berta G. **Os índios das águas pretas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço, cultura e religião: dimensões de análise**. In: CORREA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROUX, Michel. **O re- encantamento do território (o território nos rastros da complexidade)**. In: Silva, Aldo A. Dantas. Galeano, Alex (orgs.). Geografia, ciência do complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, Aldo A. Dantas da. e GALEANO, Alex (orgs.). **Geografia, ciência do complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, Josué da Costa. **O mito e as crenças como constituintes do espaço ribeirinho na formação do modo de vida amazônico**. In: KOZEL, Salete, Org.: SILVA, Josué da Costa, Org.: GIL FILHO, Sylvio Fausto, Org. **Da Percepção e Cognição: Reconstrução Teórica da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar, a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. DIFEL. São Paulo/Rio de Janeiro, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo de percepção, atitude e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. DIFEL. São Paulo/Rio de Janeiro, 1980.

VARGAS, Icléia A. de. Paisagem, Território e Identidade: Uma Abordagem da Geografia Cultural para o Pantanal Mato-grossense. In: KOZEL, Salete, Org.: SILVA, Josué da Costa, Org.: GIL FILHO, Sylvio Fausto, Org. **Da Percepção e Cognição: Reconstrução Teórica da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem)

.